

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

EXTENSÃO RURAL E INTERESSES PATRONAIS NO BRASIL:
uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR
(1948-1974)

Niterói
2013

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

EXTENSÃO RURAL E INTERESSES PATRONAIS NO BRASIL:
uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR
(1948-1974)

Dissertação apresentada para a Defesa,
junto ao Programa de Pós-Graduação em
História do Departamento de História da
Universidade Federal Fluminense (UFF),
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientadora:
Prof^ª Dr^ª Sonia Regina de Mendonça

Niterói, RJ
2013

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

EXTENSÃO RURAL E INTERESSES PATRONAIS NO BRASIL:
uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR
(1948-1974)

Dissertação apresentada para a Defesa,
junto ao Programa de Pós-Graduação em
História do Departamento de História da
Universidade Federal Fluminense (UFF),
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Sonia Regina de Mendonça – UFF (orientadora)

Profª Drª Virgínia Fontes – UFF (arguidora)

Profª Drª Regina Bruno – CPDA(UFRJ) (arguidora)

Profª Drª Carolina Ramos – UFRJ (suplente)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães – UFF (suplente)

Niterói
2013

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.
(MARX, 1974, p. 335)

Para meus pais, Ana e Carlos e minha irmã Amanda.

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser o autor da dissertação, seria inverdade dizer que escrevi sozinho essas centenas de páginas. Inúmeras mãos, cabeças e corações me ajudaram nessa trajetória, em gênero, número e graus variados.

Agradeço, primeiramente a prof^a Dr^a Sonia Regina de Mendonça que desde a Iniciação Científica em 2008 me introduziu à pesquisa histórica que tanto me cativou. Sonia Mendonça fez mais que uma orientação acadêmica, ela fez uma OPV – Orientação Para a Vida. Sua inteligência, brilhantismo, generosidade, profissionalismo revela uma genialidade excepcional. Nessa trajetória cultivamos uma amizade verdadeira.

Gostaria de agradecer, em especial, aos meus pais, Ana Cristina e Carlos Dias, que me deram um incomensurável apoio, sempre me incentivando, sobretudo nas horas mais difíceis. Essa dissertação não seria possível sem vocês. Particularmente, tenho que confessar que minha mãe doou sua vida para a realização de meus estudos e de minha educação e meu pai dedicou horas de trabalho para garantir meu sustento. Espero que não os tenha decepcionado.

Minha querida irmã, Amanda Cristina, muito obrigado pela leitura atenta e minuciosa de todos os meus escritos desde a monografia. Sua inteligência me fascina, assim como sua força, justiça e brilhantismo. Depois de tanto ler meus manuscritos, acho que ela sabe mais de extensão rural no Brasil do que eu.

Agradeço também ao Núcleo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil. As reuniões coletivas e leituras críticas de Sonia Mendonça, Irene, Ricardo, Maurício, Melissa, Sonia Ribeiro, André e as especiais Camila e Nathália tornaram meu trabalho melhor.

Gostaria de ressaltar que as atividades do Núcleo foram cruciais para o meu desenvolvimento teórico em Gramsci e o aprimoramento da minha análise histórica.

Meu sincero agradecimento ao Antônio Cláudio Rabelo, vulgo Tuninho, que mesmo nos poucos encontros em Simpósios e Congressos ao longo do mestrado desenvolvemos uma grande amizade.

Meu, obrigado especial à Fernanda Martins pela ajuda na pesquisa em Brasília, nesse momento final da dissertação, Rafael Malhó e Gabriel Mattos pelo apoio na língua inglesa.

As professoras Virgínia Fontes e Manoela Pedroza que realizaram uma leitura minuciosa do meu material de qualificação e me fizeram pertinentes críticas.

Agradeço às professoras Virgínia Fontes e Regina Bruno por terem aceitado o meu convite para a banca de defesa.

Obrigado Carolina Ramos, vulgo Carol, por ter, inúmeras vezes, tirado minhas dúvidas, me ajudado na pesquisa e ter aceitado ser suplente de minha banca. Ao professor Carlos Gabriel por ter também aceitado esse convite desde minha monografia.

Agradeço, por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, sem ela não poderia ter realizado tamanha pesquisa e participação em Congressos. Obrigado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFF, sobretudo aos funcionários sempre dispostos a me ajudar.

RESUMO

Nesta dissertação será analisada a trajetória da extensão rural no Brasil, no período de 1948 a 1974. O projeto de extensionismo surgiu, no Brasil, devido a uma iniciativa privada bem-sucedida firmada em 1948 entre a Associação Internacional Americana (AIA) — controlada por Nelson Rockefeller — e o governo do Estado de Minas. Logo em 1956 o extensionismo virou uma política nacional, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR. Durante essa trajetória, a extensão rural foi projetada como o veículo de propagação de técnicas agrícolas e sanitárias aos pequenos produtores. Ressalta-se, no trabalho, a relação entre a ABCAR e as agremiações do patronato rural brasileiro, sobretudo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Nos anos 70, no que se convencionou chamar de “modernização” da agricultura, os objetivos da ABCAR também foram redirecionados para atender à nova demanda das frações da classe dominante agroindustrial. Uma nova orientação para o extensionismo consolidou-se na extinção da ABCAR em 1974. Portanto, a extensão rural no Brasil contribuiu para intensificar a desigualdade no campo ao longo de sua existência.

Palavras chaves: Extensão rural – Patronato rural – Estado – Poder – Hegemonia

ABSTRACT

In this study, the trajectory of Brazil's rural extension during 1948 and 1974 will be analyzed. The Brazilian extensionism project is due to a successful private enterprise that occurred in 1948 between Nelson Rockefeller's American International Association (AIA) and the government of Minas Gerais State. Right in 1956, extensionism became national policy when the Brazilian Association of Rural Credit and Assistance (ABCAR) was created. During this trajectory, rural extension was projected as the vehicle for disseminating agricultural and sanitary techniques, whose target audience was the small-scale farmers. In this study, special emphasis is placed on the relationship between ABCAR and the Brazilian rural employers' organizations, mainly the National Agriculture Confederation (CNA) and the National Agriculture Society (SNA). During the so-called "modernization" of agriculture in the 1970s, the objectives of ABCAR were also adjusted to meet the new demand of the fractions of the dominant agroindustrial class. A new orientation to extensionism was consolidated in 1974, when ABCAR was abolished. Therefore, rural extension in Brazil contributed to increase inequality in the countryside during its existence.

Keywords: Rural Extension - Patronage rural - State - Power - Hegemony

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	p. 11
LISTA DE QUADROS.....	p. 14
INTRODUÇÃO.....	p. 15
CAPÍTULO I: Experiência de Extensão rural no Brasil, capital-imperialismo norte-americano – origens da ABCAR (1948-1959).....	p. 25
1.1 – “A ilusão do nacional-desenvolvimentismo”.....	p. 25
1.2 – Importando um modelo de extensão rural.....	p. 29
1.3 – frações da classe dominante em disputa no Brasil.....	p. 39
1.4 – SSR “ <i>versus</i> ” ABCAR.....	p. 43
1.5 – Dinâmica da ABCAR: “ajudar a ajudar-se” (1956-1958).....	p. 48
1.6 – O binômio extensão/crédito rural.....	p. 55
CAPÍTULO II: A ABCAR e o Contexto Político dos Anos 60.....	p. 64
2.1 – Fases da extensão rural.....	p. 64
2.2 – Intelectuais orgânicos.....	p.67
2.3 – Preparando o terreno.....	p. 71
2.4 – Resultado do Plano.....	p. 78
2.5 – Nova dinâmica da ABCAR: “ajudar a produzir” (1961-1966).....	p. 79
2.6 – Para além do extensionismo: mobilizações e conflitos no campo.....	p. 84
2.7 – Crise política atinge a ABCAR (1961-1964).....	p. 87
2.8 – Ditadura civil-militar, extensão rural e Estatuto da Terra.....	p. 90
2.9 – Como pode ser medido o extensionismo no Brasil?.....	p. 95
2.9.1 – Redirecionamento do público-alvo.....	p. 105
CAPÍTULO III. Redefinições do Extensionismo e a nova correlação de forças no interior classe dominante agroindustrial (1966-1974)	p. 109
3.1 – “Tempos de mudança”: a ABCAR no INDA.....	p. 114
3.2 – O crédito rural a partir de 1966.....	p. 118
3.3 – Cirne Lima na ABCAR.....	p. 122
3.4 – O projeto de cooperativização na ABCAR.....	p. 125
3.5 – Desenvolvimento do Nordeste desigual.....	p. 129
3.6 – A ABCAR torna-se EMBRATER.....	p. 131

CONSIDERAÇÕES FINAIS	P. 140
FONTES E BIBLIOGRAFIA	p. 143
ANEXO I.....	p. 152
ANEXO II.....	p. 154
ANEXO III.....	p.155
ANEXO IV.....	p.156
ANEXO V.....	p.157
ANEXO VI.....	p.158
ANEXO VII	p.161
ANEXO VIII.....	p. 162
ANEXO IX.....	p.163

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAPESP – Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ABC – Associação Brasileira de Criadores

ABCD – Associação Brasileira dos Criadores de Devon

ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu

AIA – Associação Internacional Americana

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANDA - Associação Nacional dos Defensores de Adubos

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAIs – Complexos Agroindustriais

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional de Agricultura

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CRB – Confederação Rural Brasileira

CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FARERJ – Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

GERA – Grupo Interministerial de Reforma Agrária

IAA – Instituto de Açúcar e Álcool

ICA – Instituto de Cooperação Americano

IBC – Instituto Brasileiro de Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBEC – Corporação Internacional de Economia Básica

IICA – *Internacional Cooperation Administration* (Cooperação Internacional de Administração)

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MA – Ministério da Agricultura

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNRC – Sistema Nacional de Crédito Rural

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SSR – Serviço Social Rural

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência Para a Reforma Agrária

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UCESP - União das Cooperativas do Estado de São Paulo

USAID – Agência do Departamento Internacional dos Estados Unidos

LISTA DE QUADROS

Quadro I – 1ª Diretoria da ABCAR e Junta Governativa - 1956-1957.....	p. 49
Quadro II – Classificação das famílias rurais em uma determinada área.....	p. 58
Quadro III – Caracterização sumária dos dois períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.....	p. 65
Quadro IV – Expansão prevista e realizada dos escritórios locais.....	p. 96
Quadro V – Associações Estaduais, ano de fundação.....	p. 97
Quadro VI – Produtos avaliados pela ABCAR em 1968.....	p. 98
Quadro VII – Algumas características dos estabelecimentos produtores de Milho no Paraná.....	p. 100
Quadro VIII – Algumas características dos estabelecimentos produtores de Milho em Minas Gerais.....	p. 101
Quadro IX – Algumas características dos estabelecimentos e práticas empregadas na cultura do milho na Bahia.....	p. 101
Quadro X – Difusão de práticas na Cultura do milho em Minas Gerais.....	p. 103
Quadro XI – Difusão de práticas na Cultura do milho no Paraná.....	p. 103
Quadro XII – Difusão de práticas na Cultura do milho no Bahia.....	p. 103
Quadro XIII – Evolução do quadro de pessoal do SIBER entre 1956-1975, discriminado por atividade.....	p. 116
Quadro XIV – Empréstimos ativos segundo as modalidades de crédito rural educativo, por Serviço Estadual de Extensão - (Situação em junho de 1965).....	p. 119
Quadro XV – Empréstimos concedidos do crédito rural educativo no período de 1966 a 1969.....	p. 120

Introdução

Trabalhar com o Extensionismo Rural no Brasil nas décadas de 1950-70 implica em retomar diversas discussões sobre Estado, sociedade civil, projetos de intervenção capitalista, desenvolvimento econômico, político e social. Diferentes perspectivas surgiram nos estudos consultados para tentar dar conta desses questionamentos. Prisioneiros de matrizes derivadas do pensamento liberal conservador, muitos trabalhos perdem a visão crítica e a dimensão da realidade abstraindo-a em conceitos rígidos e pouco historicizados. Congelar a realidade suprime o caráter conflitivo e relacional inerente ao processo histórico. Sendo assim, as entidades patronais, os sindicatos oriundos dessas entidades e os intelectuais, organizadores de aparelhos privados de hegemonia na política brasileira, deixam de ser o centro do debate e passam a ser ignorados por tais estudos.

O objetivo dessa dissertação é iniciar uma discussão cujo epicentro reside na articulação entre a sociedade civil e a sociedade política, além de tentar mapear algumas estratégias do patronato agroindustrial brasileiro para preservar/afirmar sua hegemonia no campo através das primeiras experiências de Extensão Rural no Brasil e a trajetória da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Tentando fugir de reproduções do discurso Extensionista, optamos por discutir a política extensionista à luz da matriz gramsciana de Estado, à qual a especialista Christinne Buci-Glucksmann, acrescentou uma qualificação singular: “ampliado”. Gramsci pensa o Estado como uma relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política ou Estado restrito. Nesse sentido, discutir o conceito, sobretudo o de sociedade civil, e suas implicações na construção na história do Brasil é fundamental.

Estado ampliado

Caracterizar o Estado como Sujeito, fruto de um pacto político entre sociedade e o Estado, é algo que Marx recusou. Esse tipo de interpretação está relacionada aos pensadores liberais, desde Hobbes, Locke e Rousseau. Todavia, sabemos que Marx, apesar de rejeitar tal visão, não tornou a discussão do Estado como objeto central de sua obra, pois as transformações sociais e o sistema capitalista são suas principais preocupações conceituais. Poderíamos dizer que Lênin foi um dos primeiros marxistas a se debruçar sobre o conceito de Estado – claro, sem esquecer o parceiro infalível de Marx, Friedrich Engels e sua obra *Origens da Família, da propriedade privada e do*

Estado. O diferencial de Lênin está na importância que confere ao Estado no processo revolucionário, tanto num primeiro momento de derrubada do Estado burguês, quanto na elaboração da ditadura do proletariado, momento posterior a tomada do Estado e sua reordenação. (LÊNIN, 2007)

Nesse contexto, o marxista sardo refletiu intensamente que, por mais coerção que o regime fascista tenha exercido na Itália, o consenso era absolutamente vivido e necessário para manter a hegemonia de uma classe. Nesse sentido, o Estado para Gramsci é mais do que simplesmente monopólio legítimo da violência – conceito derivado de Max Weber – mas sim uma relação social, baseada em coerção e consenso simultâneos. A sociedade política, ou o que Gramsci chama de Estado restrito, possui uma relação recíproca com a sociedade civil (espaço de organização dos aparelhos privados de hegemonia) na construção de hegemonia, que se alimenta da cultura e a política. (FONTES, 2006, p. 271-273)

Desde então, conceituar sociedade civil, seguindo Gramsci, não é fácil nem simples. Devido à sua obra estar em cadernos escritos no cárcere, existe uma intensa censura, bem como seu próprio desgaste físico e mental elevado. Algumas reflexões foram apenas esboçadas ou inevitavelmente não revisadas. Todavia, é possível perceber que Gramsci, ao relativizar o conceito de Estado deslocando sua análise de ações manifestas para as relações sociais, rompe com correntes políticas, sobretudo da ciência política italiana do período. (BIANCHI, 2011, p. 189-200).

Gramsci, amparado na perspectiva marxista, enxergou na sociedade civil o lugar onde se encontram aparelhos privados de hegemonia, organizados voluntariamente segundo interesses de classe visando organizá-los como “vontades coletivas”. A meta dessas correlações de forças de grupos dominantes para consolidar a hegemonia de seus projetos, está nos aparelhos de Estado, ou na sociedade política, donde provirá a transmutação de seus interesses privados em políticas públicas.

Vale ressaltar que a preocupação de Gramsci não era estabelecer um conceito rígido de sociedade civil, pois, como bem lembra Bianchi:

[...] que cabe aqui ressaltar é que a sociedade civil, tanto em um sentido – conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso – como no outro – lócus da atividade econômica –, mantém uma relação unidade-distinção com a sociedade política. (BIANCHI, 2008, p. 183)

Portanto, sociedade civil e sociedade política são categorias operadas por Gramsci para fins principalmente metodológicos (GRAMSCI, 2001, p. 47), sendo impossível dissociá-los no processo histórico. Nesse sentido, a trajetória da extensão

rural no Brasil não foi uma política pública selecionada pelo próprio Estado restrito, de acordo com interesses inerentes a ele. No processo de constituição e desenvolvimento do extensionismo rural houve uma convergência de interesses entre as agências internacionais, tanto públicas – Departamento de Estado dos EUA – quanto privadas – Associação Internacional Americana (AIA) do Nelson Rockefeller – e de uma fração da classe dominante agroindustrial brasileira, fruto de uma escolha politicamente orientada em prol de um projeto político forjado nas frações de classe no Brasil.

Balanzo bibliográfico/historiográfico

Em termos históricos, o governo de Juscelino Kubitschek foi o período de aceleração da expansão capitalista no país, em virtude das novas relações capital-trabalho estabelecidas pela industrialização, bem como na nova configuração das relações com os capitais estrangeiros. Esse processo trouxe mudanças na correlação de forças políticas vigentes no país. Nesse sentido, não foi somente o espaço urbano que se modificou, mas também o campo, que passou a sofrer um processo de capitalização com intervenções institucionalizadas na tentativa de aumentar a produção/produktividade sem alterações na estrutura fundiária vigente. Na agricultura, os acordos entre Rockefeller e o governo JK foram decisivos para o desenvolvimento do Extensionismo e seu “siamês, o Crédito Rural (COLBY & DENNETT, 1998).

Não é surpreendente que as primeiras experiências do Extensionismo datem de 1948 e, com mais ou menos investimentos, continuem até os dias atuais. É impossível abranger todo esse recorte temporal numa dissertação de mestrado, sabendo que, nesse período, há diversos contextos e mudanças ocorridas na Extensão Rural. Vários especialistas no tema recortam essa trajetória de diferentes maneiras, de acordo com a metodologia escolhida.

O recorte aqui adotado está baseado na cronologia da primeira instituição federal criada para coordenar o Extensionismo. Assim, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) teve início em 1956 e foi extinta em 1974¹. Os conflitos internos a ela internos, ainda padecem de grandes lacunas, sobretudo entre os anos de 1948 a 1959, dificultando montar todo o quebra-cabeça político a eles subjacente.

¹Não há registro da lei de criação da ABCAR, somente há a data exata, 21 de junho de 1956. Contudo pelo Decreto nº 50.632 de maio de 1961 a ABCAR e suas filiadas foram declaradas de utilidade pública. Pela Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974 há a criação da EMBRATER e, conseqüentemente, a absorção da ABCAR e sua estrutura física pela nova empresa.

Nesse período, percebem-se ainda inúmeros acontecimentos na política brasileira que terão influência direta e/ou indireta na condução da política extensionista como por exemplo os planos de desenvolvimento lançados pelos governos: Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano Trienal do governo Goulart mesmo o Estatuto da Terra do pós-golpe de 1964 (DIAS, 1990).

Com relação à historiografia especializada sobre o Extensionismo podemos dizer que ela ainda é produzida, em sua grande maioria, pelos próprios Extensionistas centrando-se, basicamente, em duas áreas: a) Economia/Agronomia – onde se apresentam diversos Extensionistas ou especialistas técnicos que tratam de estudos de casos, métodos específicos da Extensão, seu funcionamento e estrutura interna (RODRIGUES, 1994; PEIXOTO, 2009; OLIVEIRA, 1997; CAPORAL, 1991); b) Educação – onde preponderam estudos sobre a metodologia de Educação na Extensão Rural em diversas áreas, como atividade complementar, seus benefícios e malefícios (DIAS, 1990; LEME, 2005; PORTILHO, 1998). Há, ainda, diversas teses na Universidade Federal de Viçosa sobre a Extensão Rural e seus desdobramentos na perspectiva de estudo de casos, contudo até agora não foi possível localizar nenhum trabalho produzido por historiador sobre o assunto. Nos trabalhos já lidos, dois aspectos são comuns: avaliação positiva ou negativa do Extensionismo no Brasil e A utilização do conceito de Estado como sujeito histórico.

Cyro Mascarenhas Rodrigues, sociólogo e extensionista, em sua tese de doutorado em Sociologia, defendida em 1994 na Universidade de Brasília, por exemplo, utiliza uma metodologia baseada na chamada “análise de políticas públicas pelas políticas públicas”, enraizada no que Claus Offe chama de “seletividade do Estado na elaboração de políticas públicas” (OFFE, 1984, p. 140-177). Dessa forma, o autor traçou três grandes períodos da Extensão Rural no Brasil: humanismo assistencialista (1948-1962), difusionismo produtivista (1963-1984) e humanismo crítico (1985-1991). (RODRIGUES, 1994, p. 233)

Essas fases foram estabelecidas segundo o perfil das práticas de extensionistas adotada pela ABCAR e, posteriormente, pela EMBRATER, utilizando dados quantitativos, como quadro de pessoal, quantidade de famílias assistidas pela Extensão, relatórios estatísticos de orçamentos produzidos pela ABCAR, entre outros.

Com efeito, A análise do autor em foco produzirá argumentos ligados ao pensamento de Claus Offe, que delimita o papel do Estado como “coordenador do sistema capitalista”. Essa base teórica leva Mascarenhas à conclusões, a meu ver,

precipitadas, de que o principal interessado em uma política pública implantada é o próprio Estado – visto como uma entidade separada das classes – e o capitalismo enquanto sistema econômico.

Já Francisco Caporal, agrônomo, em sua premiada dissertação de mestrado, apresenta-se como crítico ferrenho à Extensão Rural pós-EMBRATER, sobretudo contra seu primeiro presidente que, em uma série de discursos, lançou alguns “desafios” ao Extensionismo, promovendo uma espécie de reflexão sobre as ações e a própria metodologia extensionista. Mesmo tendo clara noção de que a Extensão Rural não é uma mera política pública, materializando-se em um aparelho de estado a serviço de projetos de frações da classe dominante, Caporal não perdeu certa visão bucólica sobre a extensão e o papel do próprio extensionista, achando que é possível fazer um trabalho de Extensão Rural e fugir da “ideologia burguesa”. Ainda no início do seu trabalho vemos a seguinte afirmação:

O estudo do problema mostrou que, ao assumirem funções de aparelho de Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder relacional do Estado classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes. Por sua parte, as próprias organizações, motivadas para o cumprimento de suas funções e visando assegurar sua auto justificação e manutenção, desenvolvem mecanismos internos, capazes de garantir, pela coerção ou pelo consenso, a reprodução da prática nos moldes historicamente instituídos. (CAPORAL, 1991, p. 4)

Todavia, Caporal vai contra sua própria argumentação crítica, não conseguindo se libertar do Extensionista que ele é como o demonstra o seguinte parágrafo final:

Finalmente, do conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu que-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática. (Idem)

Diferentemente dos demais autores consultados, José Augusto Leme, pedagogo, privilegiando mais a questão das continuidades do as rupturas, apresenta em sua dissertação de mestrado outros marcos de diferenciação do Extensionismo, considerando como Extensão Rural as propostas educativas existentes no Brasil desde o século XIX:

Pode-se dizer que a extensão rural, como dinâmica de transferência de conhecimento no meio rural, já existia no Brasil desde os colégios jesuítas que já possuíam conhecimentos para desenvolver uma ciência da terra. Porém, para nosso estudo possui maior significado a extensão rural organizada pelo setor público, que podemos encontrar na época do Império

com o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) ou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (LEME, 2005, p. 40)

Assim, diversamente de Rodrigues, o período delimitado pelo autor teve início na primeira metade do século XIX e estendeu-se até os anos 1950; a segunda fase compreenderia o período 1950-80 e, finalmente, a terceira fase que seria de 1980 até os anos 2000. José Leme enfatiza que, ao considerar o Extensionismo eminentemente uma relação entre técnico e agricultor, pode-se recuar no tempo, antes mesmo de sua tradicional origem, marcada pelos acordos entre norte-americanos e o governo de Minas. É interessante notar que o autor diferencia-se dos demais no próprio conceito de Extensão Rural adotado em sua pesquisa construindo, portanto, outros pontos de referência para as fases da extensão rural no Brasil. Contudo, ainda assim, Leme não se afasta de uma visão liberal de Estado, mantendo o foco no estabelecimento das relações entre Estado e agricultor desde o Império até os dias atuais.

Já Cleimon Dias, veterinário, foca seu trabalho na relação do Extensionista com o próprio programa de Extensão Rural. Através do conceito de *campo*, derivado de Bourdieu, Dias tece considerações sobre a teia de relações sociais estabelecidas a partir das estratégias adotadas pelo Extensionismo em Santa Catarina, revelando como os planos de desenvolvimento governamental influenciavam na política agrícola. O choque devido ao desmantelamento da EMBRATER em 1991 é um questionamento latente em todo o trabalho, elaborado neste mesmo ano. Assim, o Extensionismo é relacionado a um “Estado autoritário” que, nas décadas de 80-90, entrava em crise:

Essa situação de crise indicava a necessidade de reorientar algumas políticas e projetos, processo que começou a ser levado a cabo durante o governo Figueiredo, para ser posteriormente aprofundado com o advento da Nova República. (DIAS, *op. cit.*, p. 286)

Talvez um dos únicos trabalhos com uma perspectiva mais crítica em relação às políticas de extensão rural no Brasil seja o de Mauro Marcio Oliveira. Mesmo sendo um Extensionista, ele produz grandes críticas sobre a própria Extensão Rural, afirmando constantemente seu caráter classista e desigual, demonstrando que, contrariamente ao que a maioria defende, desde sua criação, a extensão rural não foi pensada para alcançar o pequeno agricultor desfavorecido, mas foi confabulada por interesses pessoais de empresas internacionais, como as de Rockefeller e as de grandes proprietários de terra em Minas, São Paulo e demais regiões do Brasil. O objetivo principal eram as linhas de crédito e o desenvolvimento tecnológico que beneficiaria grandes produtores, inclusive os estadunidenses:

A AIA também negociara esquemas de colonização com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. A proposta original da AIA foi feita no mês da eleição de Kennedy, pedindo que os EUA emprestassem dez milhões de dólares ao Brasil para desenvolver a região Centro-Oeste, incluindo os estados de Goiás e Mato Grosso e a área onde Nelson [Rockefeller] tinha uma propriedade de 400 mil hectares. (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 481)

O extensionista rural, portanto, seria o intermediário entre as agências de crédito e o pequeno agricultor, direcionando tecnologias para o interior do Brasil:

Por outro lado, falece razão à visão crítica de entender que ‘a lógica do capital exigiu da Extensão’ que se comportasse como um instrumento da reprodução capitalista. Isso porque, ao pé da letra, e no contexto do referencial aqui observado, a extensão é dada como ‘derrotada’ pelo capitalismo numa batalha que, de fato nunca aconteceu. No mundo ocidental, a extensão não existiu como *outsider* ao sistema político e econômico do capitalismo.[...]

Assim, a extensão é um ‘projeto educativo para o capital’ tanto quanto o são, as escolas formais e informais, as universidades e seus serviços de extensão universitária, os serviços de rádio e televisão, os setores de pesquisa, etc, etc, etc. (OLIVEIRA, 1999, p. 131)

Nesse sentido, para Oliveira, o extensionismo está a serviço do capital desde sua criação, como o mostra a trajetória da ABCAR extremamente ligada aos interesses estadunidenses e das agremiações do patronato rural brasileiro. No desenvolvimento da pesquisa foi possível confirmar que o extensionismo, no Brasil, esteve a serviço do desenvolvimento do capitalismo no campo e sua consolidação, visualizado seja na confirmação da hegemonia da agroindústria, seja na tentativa de introduzir o pequeno produtor na economia de mercado, virando refém das regras e imposições embutidas nessa relação.

Seja como for, a maioria dos estudos sobre o extensionismo por nós consultados além de limitarem-se à análise da política pública, acabaram por reproduzir os conceitos e pressupostos veiculados pelas agências estatais de extensão rural. A exaltação do extensionismo como uma política pública positiva para as populações rurais carentes e o conceito de Estado-Sujeito atrelado a uma perspectiva teórico-metodológica são os pressupostos comuns à maioria dos trabalhos. Acrescenta-se, ainda, que discursivamente há uma defesa da total falta de politização da política extensionista, justificada pelo discurso da “neutralidade técnica”.

É nesse momento que a definição teórica de Estado ampliado em Gramsci torna-se essencial para deslocar o eixo de análise do Estado restrito para uma articulação entre as agências estatais e os estudos de Sonia Regina de Mendonça, que nos auxiliam a identificar as disputas intraclasse dominante agroindustrial.

A pesquisa documental e o entrecruzamento com periódicos publicados pelas entidades de classe das frações do patronato rural foram uma metodologia por nós adotada que permitiu tanto abandonar a visão liberal de “Estado Sujeito”, quanto compreender a correlação de forças políticas que atravessaram a trajetória da extensão rural no Brasil. Devido ao fato das práticas extensionistas terem começado em 1948 – sendo até hoje vigentes – foi necessário estabelecer um recorte cronológico entre as primeiras experiências de extensão rural no Brasil, passando pela fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956 e até sua extinção em 1974.

De uma maneira geral podemos dizer que a política de Extensão Rural no Brasil foi permeada pelas articulações entre interesses patronais agroindustriais e internacionais, cujo projeto se baseava no desenvolvimento rural via aumento da produtividade pela introdução maciça de tecnologia. Os interesses das agremiações patronais eram visíveis tanto na criação da própria ABCAR, quanto em relação a sua hegemonia durante tanto tempo. A valorização do trabalhador rural, a tentativa de universalizar como nacional o projeto da “classe rural” através da Confederação Rural Brasileira (CRB), são interesses classistas que se destacam no interior da ação extensionista no país.

Em parte podemos estabelecer uma relação indireta entre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a ABCAR via convergência de projetos de desenvolvimento para a agricultura – porém diversificada como sempre o defendera a SNA - com o aumento de produtividade através do consumo de tecnologia. A investigação realizada junto aos documentos oficiais da ABCAR e também em algumas revistas especializadas em agricultura no período revela indícios de relações mais diretas entre a CRB – mais tarde Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – e a ABCAR. Com efeito, pode-se inferir que tal relação era estabelecida tanto no incentivo fornecido pelo Ministério da Agricultura – que repassava sessenta por cento dos recursos com que contava a ABCAR– quanto na estreita relação entre a CNA e a SNA no contexto do sindicalismo patronal do período. Isso será importante para entendermos as vinculações dos quadros políticos da ABCAR e da CNA.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo o objetivo central foi discutir a experiência da extensão rural e como esta se articulou com a expansão imperialista norte-americana através dos principais acordos de cooperação técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1940 e 1950. Nesse

sentido, o projeto extensionista só pode ser encampado devido o apoio das frações da classe dominante agroindustrial brasileiras que apoiaram tais projetos de cooperação que beneficiavam seus próprios interesses. Assim surgiu, em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-Minas), as Associações, nos moldes da ACAR-Minas no Nordeste e no sul do país e, em 1956 a criação da Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que passou a coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). É importante ressaltar que a ABCAR se constituiu um aparelho de Estado, mesmo que sua configuração jurídica e administrativa seja intitulada de “*direito privado sem fins lucrativos*” (ABCAR, 1958, p. 1).

No segundo capítulo, o objetivo foi estabelecer a institucionalização da ABCAR com a implantação do plano *Diretor Quinquênio 1961-1965*, resultando da ação dos intelectuais orgânicos, representantes das frações da classe dominante agroindustrial, que tornou possível a centralização das diretrizes de ação do extensionismo, relegado anteriormente às próprias regionais. Aqui também tratamos de analisar o extensionismo e suas articulação com o crédito rural. Tal discussão é importante, pois o binômico extensão/crédito rural se tornou a equação modelo das ações da ABCAR e consolidou o seu público-alvo por excelência: os pequenos proprietários.

A documentação oficial e a própria bibliografia sobre o tema é muito dúbia em relação à conceituar o público-alvo do extensionismo rural, tornando confusa sua compreensão. “Agricultor”, “família rural”, “produtores” são as expressões mais usadas na documentação oficial para designar os assistidos pelo extensionismo. Contudo, entendemos que havia um público formal e um público real da extensão rural. O público formal seriam todos aqueles que eram assistidos, mesmo que indiretamente, pela ação do extensionismo, sobretudo pelo uso da comunicação de massas largamente utilizado pela ABCAR. Assim, programas de rádio, cartazes, folhetos distribuídos pelo interior do país, bem como a assistência social – construção de fossas, instrução sobre higiene pessoal, cursos de economia doméstica, de corte e costura entre outros – atingiam uma população de pequenos produtores rurais além de trabalhadores rurais que não tinham outros meios de assistencialismo.

Todavia, o público real da extensão não era todos aqueles alcançados pelas ações assistencialistas. O contato direto, a aquisição do crédito rural direcionado pelo extensionista, além daqueles das visitas regulares e individuais era, num primeiro momento, apenas para os pequenos proprietários, pois estes tinham a capacidade de

absorver a tecnologia difundida pelo extensionista além da possibilidade de contrair empréstimos bancários que exigiam a terra como garantia.

Dessa forma, o objetivo da extensão rural se relacionava com das agremiações SNA e CRB, no sentido de que essas entidades defendiam a difusão tecnológica para os pequenos proprietários para aumentarem a produtividade abastecendo o mercado interno.

No terceiro capítulo tivemos como objetivo analisar o redirecionamento da política de extensão rural iniciada a partir de 1966, ano no qual a ABCAR passou a ser coordenada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e não mais diretamente pelo Ministério da Agricultura.

É importante também destacar que a História agrária no Brasil tomava novos rumos no final dos anos 60 e inícios dos anos 70, com a industrialização da agricultura tornando, por parte dos grandes proprietários de terras, uma expressiva demanda por difusão tecnológica.. Nesse período, verifica-se uma extrema reconcentração fundiária e aumento das desigualdades no campo. Além disso, houve uma espécie de fragmentação da representação agrária devido à especialização da agricultura que ocasiona a criação novas agremiações. A extinção da ABCAR em 1974 foi resultado de uma série de fatores de ordem política evidenciando as novas correlações de forças políticas no interior das frações da classe dominante agroindustriais e a consolidação de uma chamada “modernização” da agricultura.

Capítulo I

Experiência de Extensão rural no Brasil, capital-imperialismo norte-americano – origens da ABCAR (1948-1959)

Americanos e brasileiros, unidos num só ideal,
Plantaram com carinho e semente da Extensão Rural!
Americanos admiráveis, Brasileiros de igual valor, realizaram um trabalho nobre. Inovador!
Walter Crawford, John J. Wilkey,
Ernestine Cotta Hagen, Aleta McDowell,
Santiago D Apodaca e outros vieram,
Juntaram-se a um grupo de brasileiros
Para um sonho realizar!
(Jubileu de Ouro da ACAR-Minas, Zélia R. Steiner, p. 257, anexo15)

1.1 – “A Ilusão do nacional-desenvolvimentismo”²

No cenário político brasileiro a partir do movimento de 1930 houve uma reordenação de forças no âmbito das classes dominante, com a penetração de representantes da burguesia industrial junto aos aparelhos do Estado restrito. O então presidente Washington Luiz (1926-1930) não conseguiu eleger seu sucessor, tendo sido destituído por um golpe militar sob a liderança de Getúlio Vargas. Este assume a presidência em 1930 comandando um governo provisório.

A correlação de forças que assomou ao estado tornou-se hegemônica a partir de 1937, com a permanência de Vargas no poder através de um golpe de Estado. O Estado durante chamada Era Vargas (1930-1945) teve sua legitimidade assegurada através de extensas alianças políticas, desencadeando a consolidação de um projeto de industrializante do país com as instâncias estatais promovendo a integralização do mercado, atuando diretamente na economia e promovendo a industrialização de base favorável aos interesses da burguesia industrial (implantando o chamado departamento i). Ao mesmo tempo foram preservados os interesses de algumas frações de grandes proprietários rurais tradicionais, satisfeitos com os privilégios e o protecionismo frente às importações, pois o café ainda era preponderante na pauta de exportações do Brasil. (MENDONÇA, 1986, p. 20-23).

O perfil da economia brasileira, nesse período, se baseava na expansão do setor de bens de produção (Departamento I) calcado em empresas estatais, para, possivelmente, desenvolver os demais setores industriais: o quase inexistente setor produtivo de bens de consumo duráveis (DIII) e o já consolidado setor de bens de consumo corrente (DII) (Idem, p. 77). Essa contradição era necessária pois:

² Esse é o título do livro de Lucio Flavio de Almeida que reproduzimos na íntegra pois sintetiza com maestria o subitem.

Uma das principais fontes de financiamento interno residia na apropriação, pela indústria, de excedentes gerados no setor exportador: a contradição, portanto, resulta do fato de que, ao mesmo tempo em que se fazia mister transferir parte do excedente da produção cafeeira para o setor industrial (estatal e privado), era necessário preservar a rentabilidade da empresa agroexportadora, já que era ela a única a proporcionar os meios de pagamento internacionais indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos. (OLIVEIRA, 1977, p. 81)

Portanto, do ponto de vista econômico, Francisco de Oliveira afirma que o padrão de acumulação vigente na chamada “era” Vargas seria radicalmente modificado na segunda metade da década de 50 como veremos adiante.

A posse de Juscelino Kubitschek depois das eleições de 1954 foi o marco de um período conturbado e expôs a heterogeneidade dos projetos de setores da classe dominante reafirmando sua frágil composição política. Lúcio Flávio de Almeida ressalta a evidência das diversas posições políticas divergentes sobre a constituição do que seriam o nacionalismo e o desenvolvimentismo. A partir da análise de diversas frações de classe – como a dos industriais paulistas, os Clubes Militares, as classes produtoras de energia, dentre outras – Almeida identifica os segmentos militares como defensores de posições explicitamente contra a ordem democrática, aliando o projeto de desenvolvimento do país a um suposto aparato técnico, formado por uma “burocracia” esclarecida.

Sonia Regina de Mendonça sinaliza a existência de diferentes projetos “nacional-desenvolvimentistas” em disputa pela hegemonia no país, nos anos 1950-60. Segundo a autora:

Dentre as várias tendências nacionalistas então existentes, pelo menos três merecem destaque. Em primeiro lugar, situa-se o nacionalismo neoliberal, que considerava o capital estrangeiro uma necessidade vital e justificava sua atuação em nossa economia de forma totalmente livre de controles do Estado. Politicamente falando, esta vertente correspondia às “bandeiras” da UDN e setores por ela representados. Em segundo lugar, colocava-se o nacionalismo radical [...] que rejeitava a participação de capital externo na industrialização brasileira [...] Seus defensores eram o PCB e alguns setores de esquerda do PTB e do remanescente grupo varguista. Finalmente, em terceiro lugar, havia o nacionalismo-desenvolvimentista, que propunha a necessidade do capital estrangeiro, porém submetido a controles e normas do Estado. **Esta seria a corrente vitoriosa a partir da gestão de Kubitschek**, ao procurar conciliar as novas tendências com os interesses dos setores sociais que combatiam o radicalismo nacionalista do período anterior, entre os quais se incluía a burguesia industrial brasileira. (MENDONÇA, 1986, p. 69-70, grifo nosso)

Sobre o governo de Juscelino Kubitschek vale lembrar ainda algumas análises da ciência política importantes. Maria do Carmo Campello de Souza, ao analisar os partidos políticos no período democrático de 1946 a 1964, reforça a noção do partido político como uma instituição (SOUZA, 1976, p. 36). Para a autora, a organização

política nos anos 1930-45 envolveu a movimentação política de grupos de interesses ligados a setores das oligarquias agrárias e setores antivarguistas, como no episódio da “revolução de 30”, porém, a “expansão e centralização da burocracia” se deu continuamente sob o signo da absorção ou cooptação dos agrupamentos de interesses, quer regionais, quer funcionais. (Idem, p. 103). No período democrático iniciado em 1946, a estrutura estatal somente foi acrescida dos partidos políticos, sem que houvesse qualquer mudança significativa no aparato político estatal anteriormente consolidado.

Maria Benevides propõe analisar o período do governo de JK também pelo viés político, para refletir sobre relação entre a estabilidade política e o desenvolvimento econômico do Brasil que, no período de 1946 a 1964, não houve igual. Com a criação do pluripartidarismo a partir de 1945 destacaram-se três grandes partidos: PSD, PTB e a UDN. Tanto o Partido Social Democrático (PSD) quanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram criados por Getúlio Vargas, sendo compostos das bases sociais diferentes que apoiavam Getúlio. De caráter conservador, o PSD congregava os interventores estaduais e as oligarquias rurais, tendo uma força política ao nível estadual. O PTB era composto pelas bases sociais de Getúlio dos sindicatos urbanos e dos trabalhadores beneficiados pelos direitos trabalhistas do período Vargas.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, João Goulart despontou como o herdeiro direto do personalismo de Vargas e se tornou uma importante figura dentro do partido trabalhista. O PTB, portanto, era um partido nacionalmente forte e que crescia muito rapidamente comparado com os demais. Por fim, as frações da classe agrária estavam vinculadas ao PSD e à União Democrática Nacional (UDN). De cunho eminentemente liberal e conservador, a UDN aglutinava o pensamento conservador por excelência, antivarguista, sobretudo tendo enorme simpatia dos setores das Forças Armadas, principalmente do alto escalão de oficiais. Vale lembrar que havia outros partidos – tais como o Partido Liberal, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), entre outros – de menor expressividade. Não podemos esquecer do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, nesse período, era um partido ilegal, mas que disputava representações nos sindicatos e atuava politicamente com um projeto de reforma agrária e de inserção no campesinato através do programa do Bloco Operário Camponês (BOC). As mobilizações políticas do PCB, junto às Ligas Camponesas e à organização de movimentos dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, era intensa e constante, para reforçar uma diretriz eminentemente política.

Tanto para Benevides quanto para Campello as composições dos partidos políticos, no pós 46, revelam que a aliança entre o PSD e o PTB foi a garantia de estabilidade política no período Kubitschek.

Ambas as autoras, porém, ao centrar suas análises nos partidos políticos para entender a conjuntura política singular dos anos 50-60, limita-se a reconhecer apenas os partidos políticos como organizações que atuavam na política brasileira. Acreditamos que as organizações da sociedade civil são compostas por inúmeras entidades que possuem seu próprio canal de ação política e diferentes estratégias de representação. Os partidos políticos, sobretudo o PTB, o PSD e a UDN, eram caminhos possíveis de representação dos interesses de classe na política brasileira. Contudo, esses canais de acesso aos aparelhos de Estado não eram de fato organismos consolidados com uma base social claramente definida. Para melhor esclarecer essa questão vale a pena um exemplo.

Maria Benevides ressalta que umas das estratégias para o equilíbrio da aliança PSD-PTB era a distribuição dos ministérios entre os partidos. Kubitschek, mesmo promovendo o desenvolvimento econômico, não mexia na base social e no campo, setor dominado pelas “frações rurais pessedistas”. Porém, a autora ressalta que o Ministério da Agricultura, assim como o Ministério do Trabalho estavam sempre nas mãos do PTB, enquanto que os Ministérios mais importantes, tais como o da Fazenda, eram dados ao PSD. Para reforçar tal argumento a autora mostra a relação do Gabinete ministerial do governo Kubitschek (BENEVIDES, 1979, p. 84-86). No item “Agricultura”, três ministros aparecem – Ernesto Dornelles, Mário Meneghetti e Ademar de Barros Carvalho – sendo Dornelles e Barros Carvalho do PTB e apenas Meneghetti do PSD. Porém, uma leitura atenta do próprio quadro revela que o período de permanência do cargo dos ministros do PTB é muito curto, em relação ao período que Meneghetti ficou no cargo – de 03 de outubro de 1956 a 05 de abril de 1960. Além disso, em uma pesquisa sobre a trajetória política desses ministros, foi possível localizar que tanto Ernesto Dornelles, quanto Barros de Carvalho foram anteriormente do PSD (Anexo IV). Assim, a identidade partidária expressiva que possa conferir uma afirmação categórica tal como Benevides o faz em sua obra não é tão evidente.

Seja como for, a ordem democrática, no período de Juscelino Kubitschek era frágil e encontrava, seja nos militares, seja em agremiações civis de cunho liberal, com crescente oposição revestida da defesa do desenvolvimento “nacional”. Nesse sentido, a posse de JK foi, momentaneamente, a garantia da continuidade do regime democrático e

de um nacionalismo desenvolvimentista voltado para o crescimento do Brasil, com constantes interferências do capital internacional. Essa estratégia configurava-se, claramente, numa opção de caráter político e não de uma necessidade imperiosa do desenvolvimento econômico do país.

O Plano de Metas do governo JK era a materialização das alianças políticas, pois o referido Plano tornou-se a concretização de diversos interesses das frações da classe dominante, privilegiando os setores da indústria. A construção de Brasília se tornou a meta-síntese, personificando o expressivo caminho nacional-desenvolvimentista traçado por JK. Havia ainda trinta e um pontos estabelecidos, nas áreas de energia, transporte, alimentação e indústria de base, além do programa de capacitação de pessoal técnico. Durante a execução do programa de Metas percebemos que apenas os setores vinculados ao Departamento de bens de consumo duráveis teve expressiva expansão. Assim, o programa privilegiou o desenvolvimento econômico do país baseado não mais na industrialização nacional, mas no endividamento externo e injeção de capital internacional, permanecendo as desigualdades de classe (MENDONÇA, op. cit., p. 63).

O Plano de Metas não foi o único projeto desenvolvimentista realizado por Juscelino Kubitschek em seu governo. A criação de uma política de extensão rural para todo o território nacional fazia parte da estratégia de JK para manter amplo apoio de setores da classe dominante agroindustrial tão importante para a manutenção do poder, como veremos adiante.

1.2 – Importando um modelo de extensão rural

O processo de consolidação do Extensionismo foi extremamente marcado pelas relações entre Brasil e Estados Unidos a partir de 1945 com a assinatura de acordos, sobretudo de cooperação técnica entre ambos os países. Esse programa de incentivo bilateral injetou recursos materiais e intelectuais através de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros mediante intercâmbio e cursos de treinamento nos EUA. Assim, podemos perceber uma ligação entre a expansão do capital-imperialismo com as práticas extensionistas no Brasil.

O programa de Extensão Rural nos Estados Unidos possuía longa tradição, pois sua estrutura data do século XVIII. Ainda há diversos centros de experimentação e treinamento, aliando a pesquisa agropecuária e métodos de difusão de tecnologia. (RIBEIRO, 2000, p. 27-32) Nesse sentido, o conceito de Extensão Rural está

intimamente ligado à racionalização da produtividade, pesquisa agropecuária e difusão de conhecimento.

A estrutura dos Serviços de Extensão Rural nos Estados Unidos tem como princípio administrativo a descentralização, cabendo cada Estado e, por sua vez, cada Município, organizar o trabalho extensionista. Com efeito, as associações rurais, sobretudo o *Farm Bureau* são organizações dos fazendeiros no âmbito da sociedade civil que possuem vínculo direto com o Extensionismo. É importante entender que o serviço de Extensão Rural era totalmente dependente de recursos repassados através de contratos regulamentados entre os agentes de extensão e as associações rurais. Mesmo ocorrendo algumas diferenças entre os estados, o princípio das relações estabelecidas entre Extensionista e fazendeiro são relações no sentido mais horizontal do que verticalizadas.

O Serviço Estadual de Extensão dirige ou tem autoridade na parte de trabalho de extensão propriamente dita; entretanto, na parte financeira, de indicação ou demissão dos agentes de extensão, cabe autoridade exclusivamente ao *Farm Bureau* Municipal. Este *Farm Bureau* faz, anualmente, contrato com o seu respectivo agente rural; os agentes de extensão são contratados anualmente pela organização de classe dos produtores rurais sem prévia autorização do Serviço de Extensão.

Esta fôrma de organização tem provado ser a mais eficiente dentro de toda a organização norte-americana de extensão agrícola (BECHARA, 1954, p. 119).

Além disso, vemos que uma sociedade rural marcada pelo predomínio de “*farmers*” era pré-condição para a existência dos serviços de Extensão Rural nos EUA, em alguns Estados sendo criados por lei, em outros já estabelecidos tradicionalmente. Essas associações rurais estabeleciam as regras do contrato entre Extensionista e Agricultor. Assim, o projeto “líderes rurais voluntários”, amplamente difundido entre as práticas extensionistas, era um espelho dos tradicionais líderes das associações locais que surgiam a partir das associações civis na qual representavam. Isso quer dizer que partia da própria comunidade o reconhecimento dessas lideranças. Todavia, essa estruturação seria totalmente distinta dos serviços de Extensão no Brasil, face à própria diferença existente entre a estrutura social rural vigente em ambos os países. O extensionista brasileiro, investido de seu suposto conhecimento aprofundado, através do contato com a comunidade escolhia ele próprio quem era apto a se tornar um valioso líder rural. A escolha não era feita nas organizações voluntárias da sociedade civil, mas na imposição de agentes externos as comunidades rurais que teriam o “Saber” necessário para escolher tais líderes (Idem, p. 93-112).

Alguns meios técnicos para descobrir líderes informais:

1. Observação de diversas formas de interação social na comunidade e dos indivíduos que estão no centro delas. [...]
2. Indagação sobre quais pessoas que tomam iniciativa, na solução de problemas, tais como consertar o caminho ou o cemitério (ABCAR, 1962, p. 29).

A atividade extensionista implantada no Brasil produziu distorções baseadas em um diagnóstico da questão agrária muito ligado a questão do “atraso” da zona rural, em comparação com o progresso das “cidades” visando reforçar o argumento da “modernização” via aquisição de tecnologia. O censo de 1950 registrou que a maior parte da população brasileira – 63,8% – ainda vivia na zona rural, muito embora apenas 3% das propriedades ocupassem uma área de 62,35% do território brasileiro³. Isso quer dizer que a concentração fundiária era uma realidade constatada pelos próprios Extensionistas. Contudo, a forma de utilizar esses dados serviria para dar legitimidade aos argumentos de desenvolver a produtividade das pequenas propriedades/explorações sem alterar a estrutura fundiária. Nesse caso retira-se a importância da concentração de terras transferindo, mais uma vez, a responsabilidade pelo “atraso” para o próprio pequeno produtor, carente da utilização de tecnologia e com baixa produtividade. *“Não evidenciam, assim, como a maioria das outras propriedades, nenhuma absorção de progressos técnicos. Em sua exploração são usados métodos primitivos, obsoletos e antieconômicos.”* (Idem, p. 17)

A distorção dos dados é tão grotesca que em diversos trabalhos pesquisados ocorre uma comparação entre o desenvolvimento do campo norte-americano, com o possível desenvolvimento do campo brasileiro. Sustentou-se o argumento de que para a industrialização seria necessário retirar a mão-de-obra das zonas rurais para estabelecer uma espécie de “reserva de trabalhadores”. Assim, o campo esvaziava-se, restando menor contingente de agricultores e trabalhadores rurais em comparação com a indústria e o setor de bens de serviço, tal qual aconteceu nos EUA.

Durante esse período, [desenvolvimento econômico dos EUA] a mão-de-obra teve aumentada a sua produtividade de tal maneira que, apesar de ter caído a 13% do total da nação, esta hoje tem à sua disposição uma quantidade tal de produtos agrícolas, que suas sobras constituem um problema político-econômico (Idem, p. 25)

Nessa linha, no trabalho de Geraldo Machado e José Ribeiro – extensionistas da ACAR de Minas Gerais – sobre o crédito rural supervisionado, “Pedro e Manoel” são

³ Esses dados foram tirados de estudos sobre o crédito agrícola. Detalhe que a publicação da documentação faz parte de uma edição entre a SIA – Serviço de Informação Agrícola, o ETA – Escritório Técnico Brasil e Estados Unidos e a ABCAR. ABCAR. *Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960, p. 14-18.

tomados como exemplos ideais de uma bem-sucedida “modernização da agricultura” aliada à industrialização do país:

Suponhamos que esses homens sejam dois irmãos – Pedro e Manoel – donos de uma pequena propriedade, minifundiária, que tenha como principal fonte de renda o alho, Manoel, mais novo e ambicioso, cansado de tão baixa renda, emigra para a cidade e vai trabalhar na indústria, que lhe paga mais.

Pedro, coitado, só poderá cultivar um quarto de hectare e assim a produção de seu sítio cai pela metade.

Mas acontece que alguém empresta a Pedro dinheiro para comprar algumas máquinas simples e uma pequena bomba de irrigação. E não só lhe empresta dinheiro, como também lhe ensinam a se utilizar desses implementos, que ele nunca tinha visto. Pedro, não só pode substituir seu irmão na faina diária, como também pode aumentar sua área de trabalho e por conseqüência sua produtividade.

O exemplo dado para o alho, é verdadeiro para toda e qualquer outra cultura, valendo pois para a agricultura em geral, onde a melhoria de técnicas de trabalho pode substituir com vantagem o braço humano, que se deslocar para a indústria, pelo aumento que traz na produção.

Perguntamos agora: ‘O êxodo rural é um mal?’

- Sim, se não aumentarmos a produtividade do meio rural. (Idem)

De qualquer forma, é importante destacar que os serviços de Extensão Rural foram decalcados no paradigma importado dos Estados Unidos, cuja estrutura agrária, por sua vez, era marcada pela predominância dos *farmers*: pequenos proprietários que produziam para o mercado interno e externo. Portanto, a organização fundiária obedecia a diferentes padrões comparada à estrutura fundiária existente no Brasil, marcada pela concentração de terra e diversas modalidades de relações de produção não-capitalista. Aqui o primeiro dilema se estabelece, pois, comparativamente, o modelo estadunidense não seria compatível com o Brasil, ou pelo menos, requeria uma alteração da estrutura fundiária, o que não ocorreu. Cabe, então, a pergunta: porque importar um modelo como esse? Talvez, a resposta para essa pergunta esteja na correlação entre a conjuntura internacional do pós-II Guerra e os projetos das frações da classe dominante agroindustrial no Brasil.

De certa forma, o modelo estadunidense de inserir técnicas no campo não correspondia à estrutura agrária presente no Brasil. A adaptação do extensionismo ao caso brasileiro correspondeu a novas formas de capitalização do campo que atingiram o pequeno proprietário – público alvo, num primeiro momento. Com efeito, houve a necessidade de imprimir um modelo de racionalidade técnica e de lógica empresarial capitalista na administração e execução da produtividade do agricultor.

A expropriação capitalista não é uma relação entre “coisas”, ainda que incida sobre “coisas” (como a terra), nem entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas uma relação social, entre classes, através da qual grupos crescentes de trabalhadores são incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos de recuar para as antigas formas, mesmo quando não se

lhes oferece condições para assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais. (FONTES, 2010, p. 83)

A autora baseada na matriz conceitual de Lênin e Gramsci, aponta para transformações ocorridas na dinâmica do sistema capitalista como um todo na virada do século XIX para o século XX. O capital concorrencial que fomentara a Revolução Industrial estava esgotando-se em seu processo de expansão do capitalismo no sistema como um todo. A Segunda Guerra Mundial foi um marco na remodelação do capitalismo, então vigente, fundindo-se à dominação externa conhecida como imperialismo.

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. [...] no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e a se complementa por sua expansão externa [...]. (Idem, p. 149)

Assim, no plano internacional, a conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial era de um mundo repartido pela Guerra Fria, polarizado entre EUA e URSS. Do lado do capitalismo estadunidense, havia uma expansão de suas zonas de influência tendo primeiramente como alvo a Europa em reconstrução, através do Plano Marshall e, logo em seguida, a América Latina. Nesse sentido, nos países latino-americanos, a questão do subdesenvolvimento e superação do mesmo era a argumentação ideológica que permeava as estratégias dos estadunidenses. Os EUA – superpotência hegemônica do capitalismo no pós-guerra – firmava acordos bilaterais entre diversos países do cone sul para consolidar sua hegemonia. Para tal, eram realizados acordos econômicos, de financiamento de projetos de educação, tecnologia para diversos setores. Num primeiro momento, os projetos teriam um caráter pontual e tiveram origens de iniciativas privadas e públicas (MENDONÇA, 2010c, p. 84).

O programa *Ponto IV* daria base aos primeiros acordos efetivos de aliança entre países da América Latina e os Estados Unidos. Formado no governo Truman (1945-1953). Tal programa configurou uma reformulação intensa na política externa de “cooperação técnica em geral – e agrícola em particular – instituindo diversos acordos e fundações, como a *Foreign Operations Administrations* (FOA)⁴ e a *Internacional*

⁴ Established by Reorganization Plan No. 7 of 1953, effective August 1, 1953, to centralize operations, control, and direction of all foreign economic and technical assistance programs and to coordinate mutual security activities. Inherited the functions of MSA, Technical Cooperation Administration, Institute of Inter-American Affairs, and other foreign assistance operations. Furnished military, economic, and technical assistance to friendly nations. Abolished by EO 10610, May 9, 1955, with functions to International Cooperation Administration. <http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/469.html#469.6>, acessado no dia 09 de janeiro de 2013. Estabelecido pelo Plano de

Cooperation Administration (IICA)⁵, no início dos anos 50”. Veremos que essas organizações iriam constantemente dirigir e financiar a pesquisa agropecuária e a Extensão rural no Brasil. A exportação de tecnologia agrícola foi o principal assunto tratado pelo programa *Ponto IV*, tendo uma entrada também no auxílio e treinamento de pesquisadores:

[...] a garantia do êxito do Ponto IV residiu no fato de ser a educação, um de seus pilares, um dos mais importantes instrumentos da expansão imperialista, que, ao alocar sua lógica na categoria “racionalidade”, tornava-o mais facilmente aceito pelos grupos dominantes locais, uma vez que mantinha intocada a estrutura fundiária e contribuía para minimizar potenciais conflitos de classe no campo (MENDONÇA, op. cit., p. 88)

E mais, o sucesso do programa se encontrava também na estratégia ideológica de levar aos países ditos subdesenvolvidos os EUA como modelo a ser seguido pelos demais países numa espécie de “trilhar” os mesmos caminhos do desenvolvimento:

As possibilidades da agricultura no Brasil
Em entrevista a imprensa carioca, o escritor e fazendeiro Louis Bronfield mostra-se otimista quanto ao futuro do nosso País.

Rio 25 (“Estado” – pelo telefone) – Em entrevista coletiva concedida hoje à imprensa na sede da Embaixada dos Estados Unidos, o escritor e agricultor norte-americano Louis Bronfield teve oportunidade de fazer um breve relato de suas atividades no Brasil.

Depois de ter sido apresentado aos jornalistas (...), disse inicialmente que tendo fundado em Ohio, Estado Centro-Oeste dos Estados Unidos, a “Malabar Farm”, fazenda revolucionária pelos métodos novos de cultivo nela introduzidos e que visavam o aproveitamento dos solos exaustos, ali recebia a visita de brasileiros, os quais lhe sugeriram repetir no Brasil aquela experiência. Esclareceu que a princípio relutou, considerando as barreiras impostas pela diferença de idioma, mas logo que teve oportunidade de vir à América do Sul e ao Brasil, particularmente, todas as dúvidas desapareceram. Prosseguindo, afirmou que desta forma, com alguns brasileiros de iniciativa, fundou em Itagiba, localidade próxima a Jundiá, São Paulo a “Malabar do Brasil”. Localizando-se em uma zona cansada pela exaustivo secular, a nova fazenda é hoje um exemplo para quantos sabem que toda terra é boa para o plantio, desde que tratada convenientemente de acordo com os preceitos da técnica agrônômica moderna, (...). (*O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 1955)

Reorganização n ° 7 de 1953, em vigor 1 de agosto de 1953, para centralizar as operações, controle e direção de todos os estrangeiros programas de assistência econômica e técnica e coordenar as atividades de segurança mútua. Herdou as funções da MSA, Administração de Cooperação Técnica, Instituto de Assuntos Interamericanos, e outras operações de assistência externa. Fornecido apoio militar, econômico e técnico para as nações amigas. Abolida por EO 10610, 9 de maio de 1955, com funções a Administração de Cooperação Internacional.

⁵ History: Established by State Department Delegation of Authority 85, June 30, 1955, pursuant to EO 10610, May 9, 1955. Coordinated foreign assistance operations and conducted all nonmilitary security programs. Abolished by act of September 4, 1961 (75 Stat. 446). Functions transferred to Agency for International Development. <http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/469.html#469.6> acessado no dia 09 de janeiro de 2013. Histórico: Fundada por Estado Delegação Departamento de Autoridade 85, 30 de junho de 1955, em conformidade com o OE 10610, 9 de maio de 1955. Coordenou operações de assistência externa e realizado todos os programas de segurança não-militares. Abolido por ato de 04 de setembro de 1961 (75 Stat. 446). Funções transferidas para a USAID.

Auxílio financeiro dos Estados Unidos à América Latina

A Câmara dos representantes aprovou ontem à noite o projeto de lei de auxílio ao Exterior, pela qual é aberto um crédito de 3.285.800.000 dólares, para **ajuda militar e técnica aos aliados dos Estados Unidos**.

O projeto distribuiu da seguinte maneira: Auxílio militar: 1.133.000.000 de dólares, ou seja, 15 milhões menos do que o solicitado pelo Executivo. [...]

Assistência Técnica no quadro do Ponto IV – Oriente Próximo e África, 41 milhões; Ásia, 66.500.000; **América Latina, 31.500.000** [...] (*O Estado de São Paulo* 2 de julho de 1955)

É espantoso o volume de recursos direcionados para fins militares destinados a países do mundo todo com o selo dos Tio Sam. Mas, importante percebemos a distribuição de recursos, mesmo que em menor volume, para os chamados projetos técnicos, em especial do programa *Ponto IV*. Isso demonstra que o programa contava com ampla aceitação pelas classes dominantes norte-americanas representadas no seu Congresso para aprovar um orçamento descrito acima. Isso demonstra que ao lado das iniciativas imperialistas de dominação pela coerção armada havia também uma iniciativa de imperialismo pela disposição ideológica de acordos tecnológicos educacionais. Não é a toa que o filósofo Antonio Gramsci demonstra que não só de coerção vive a hegemonia.

Posteriormente ao programa *Ponto IV*, surgiram projetos de entidades privadas, com destaque para o conglomerado Rockefeller. Tal como seu pai e seu avô (FONTES, 2010, p. 102-103), o filho mais novo da família Rockefeller teve especial interesse na América Latina, na busca não somente de petróleo, sua motivação principal, mas também na questão de diversificar seu *portfólio* de investimentos de capital junto a setores econômicos precários nos países subdesenvolvidos.

De caráter dito filantrópico, as entidades criadas por Rockefeller auxiliaram-no a penetrar nos países latino-americanos. A Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA) era o braço “filantrópico” da sua Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC). Coordenada por Nelson Rockefeller, a AIA ajudou-o a penetrar nos países da América Latina, sobretudo Venezuela e Brasil. O primeiro devido à grande reserva de petróleo em seu território e o segundo devido à promessa de que a Amazônia possuía reservas de petróleo ainda intocadas.

Desde os anos 30, Rockefeller tinha interesse em investir no Brasil. Contudo, no período do governo de Vargas (1930-1945), face ao seu nacionalismo extremado, não lhe foi possível aprofundar suas raízes no país (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 294) As missões protestantes foram intermediárias no processo de reconhecimento do terreno

amazônico ainda no período da Segunda Guerra Mundial. As comunidades indígenas da região receberam missionários com bíblias, remédios, ao mesmo tempo em que desembarcavam pesquisadores com o objetivo de estudar e avaliar o potencial amazônico. Esse processo consolidou, em longo prazo, o imperialismo para a fronteira amazônica, bem como se avaliou a possibilidade de extrair minérios e outros produtos necessários à máquina de guerra. (Idem, p. 140)

Após 1945, com a “redemocratização” do país, isso não foi mais obstáculo para Rockefeller. Na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) houve total abertura aos investimentos estadunidenses em diversas áreas (VIZENTINI, 2008, p. 200). O plano SALTE (sigla de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi lançado nesse período, com financiamentos internos e externos. O estímulo a parcerias com empresas norte-americanas também seria intensificado. Rockefeller, por exemplo, com a sua AIA, fazia acordos de cooperação com agroempresários brasileiros, simpatizantes dos projetos de exploração da Amazônia. (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 248)

Assim nasceu a experiência realizada na região paulista de Santa Rita do Passa Quatro, em 1948, protagonizada por Extensionistas americanos e um brasileiro. Porém, Rockefeller enfrentaria oposições políticas devido a acordos entre o governo de São Paulo e a Nestlé, que impediram o projeto Rockefeller de seguir adiante: (RICCI, *apud*, RIBEIRO, 2000, p. 14-15)

No mesmo ano, Rockefeller e o então governador de Minas Gerais, Milton Campos, assinaram acordo para estabelecer uma agência de crédito agrícola (ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural). A AIA de Rockefeller administraria a agência, tendo à frente o diretor Walter Crawford⁶ que controlava o acesso a empréstimos a 8% de um banco estatal:

“Para onde ia parte desse dinheiro era previsível: o agro-empresário Rockefeller. A IBEC montou uma empresa de suinocultura para criar e vender animais de uma raça importada resistente à peste suína. Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a ICEB os vendia. A AIA encontrava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas.” (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 251)

⁶ Formado em Arkansas, EUA, em 1933. Daquela data em diante trabalhou p na Farm Security Administration. No período compreendido entre 1943 a 1947 esteve no IIAA, quando foi enviado ao Paraguai e ao Haiti. Em 1948, foi para Venezuela, a serviço da AIA. No final desse ano, veio para o Brasil, onde no dia 6 de dezembro começou, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, da qual foi diretor até março de 1953. De 1953 a 1960 foi membro da Junta Administrativa da ACAR-MG. Em sua gestão foi implantada a estrutura Escritório Local, Escritório Regional, Escritório Central. (EMBRATER, 1978, p. 11)

O sucesso da Associação deve ser analisado na relação direta entre o capital estadunidense transferindo recursos financeiros e de pessoal para coordenarem o projeto extensionista. Assim, os interesses internacionais, nesse momento, estavam sendo cumpridos aumentando o capital de Rockefeller, ao mesmo tempo em que estreitavam a dominação imperialista norte-americana.

O Sr. Nelson Rockefeller, quando esteve recentemente no Brasil, visitou a ABCAR para um contato direto com as atividades da instituição coordenadora das atividades de extensão rural e crédito rural supervisionado no país. Durante a visita, o governador eleito do Estado de Nova York, que também é Presidente da Associação Internacional Americana (AIA) [...]

Após ouvir as explicações dos dirigentes da ABCAR, o Sr. Nelson Rockefeller manifestou a sua satisfação em visitar a entidade e declarou que se sentia honrado e feliz em cooperar com os programas de extensão rural e crédito supervisionado, no Brasil. Destacou o apoio que o Presidente Juscelino Kubitschek, tem dado a tais atividades, desde quando governador de Minas, e concluiu afirmando que continuará ajudando os trabalhos de extensão em nosso País, na certeza de que assim contribui para melhorar as condições de vida no meio rural.

O Sr. Nelson Rockefeller foi recebido, na sede da ABCAR, pelos membros da Junta Governativa e representantes das organizações integrantes do sistema extensionista nacional. Estavam ainda presentes os **diretores do Ponto IV no Brasil**, o Presidente da **Confederação Nacional da Indústria**, representantes da **Confederação Rural Brasileira**, do Ministério da Agricultura, do Serviço Social Rural e de outros órgãos, além dos técnicos do ETA e da ABCAR. (ABCAR, Boletim Informativo, nov.1958, p. 1-2, grifos nossos)

Para reforçar tal conjuntura, também fruto do programa *Ponto IV*, foi criado em 1953 o Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos (ETA), que tinha como finalidade estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social, sobretudo ligados à Extensão e crédito rural. Mendonça afirma que a criação do ETA promoveu a ressignificação da educação rural no país.

A criação do ETA é emblemática da reorientação imprimida à política de “cooperação” internacional norte-americana, cujo produto final, no que concerne a esta pesquisa, foi a afirmação de um novo conceito de educação agrícola, ao sabor do processo mais amplo de “descoberta” e “construção” da noção de “desenvolvimento”. (MENDONÇA, 2010, p. 130)

Nesse período, portanto, o Extensionismo norte-americano foi trazido como paradigma capaz de promover o propalado desenvolvimento rural. O binômio extensão rural/crédito agrícola estava se tornando a equação ideológica para a solução da produtividade no campo brasileiro. A publicação de diversos trabalhos de autores estadunidenses como, por exemplo, os de Johanam Timmer e Miguel Bechara, reforçam a construção da eficácia do Extensionismo.

Em 1954 foi fundada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) baseada no caso exitoso da ACAR-Minas Gerais. Esta, por sua vez, cederia Extensionistas, promovendo cursos de treinamento na Escola de Agronomia do Nordeste, em Areias, Estado da Paraíba. (Ribeiro, op. cit., p. 105) A ANCAR foi financiada, sobretudo, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado no ano anterior com o objetivo de desenvolver economicamente o Polígono das Secas – que incluiu as regiões dos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Logo após a fundação da ANCAR o ETA passou a auxiliá-lo na implantação dos escritórios locais espalhados pelo Nordeste. Além disso, antes da futura ABCAR, o ETA foi diretamente responsável pela criação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) em 1955, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) – ETA - Projeto 15, da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) – ETA - Projeto 17. (LUPI, 1962, p. 14-17)

Juscelino Kubitschek ganharia as eleições para governador em Minas Gerais em 1951 E, ao invés de acabar com o “negócio da ACAR”, expandiu o projeto de Extensão Rural e Crédito Rural do governo de Milton Campos, dando continuidade e apoio para a abertura de diversos escritórios no interior do Estado. (Anexo III)

[...] em 1951 foi aprovado um Projeto de Lei pelo Governo do Estado de Minas Gerais, para renovação e expansão das atividades da ACAR, para o período de 1952 a 1954, com um orçamento mais que duplicado em relação à dotação do convênio anterior, com a AIA contribuindo menos que o Estado. No início do seu mandato o governador Kubitschek, por influência de pessoas ou grupos, estava por decidir se acabava ou não com a ACAR. [...] O Sr. João Napoleão foi ao governador e mostrou que suas informações a respeito da ACAR não procediam. Em vez de encerrar as atividades da mesma, o que devia fazer era dar-lhe apoio total e ampliá-la. E foi o que aconteceu. (RIBEIRO, op. cit., p. 100-101)

Eleito presidente da República, Kubitschek ampliaria o projeto extensionista numa clara demonstração de continuidade ao alinhamento brasileiro aos Estados Unidos.

Em fevereiro de 1956, logo após tomar posse como presidente da República, JK convocou Crawford ao Palácio do Catete. Entre outros assuntos, JK perguntou-lhe: “Quero fazer para o Brasil, o que fizemos em Minas. Você me ajudará a fazê-lo? E propôs que a sigla fosse ANCAR, na qual o “N” referia-se a nacional. Diante da ressalva de que ANCAR já existia e que o “N” se referia à palavra Nordeste, JK disse: “Muito bem, vamos chamá-la de ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. O nome não faz diferença. O que importa é que seja uma organização do tipo CAR. Com

isso, JK erigia o “Sistema CAR” (DARLYMPLE, 1968, apud., OLIVEIRA, 1999, p. 122)

Em visita ao Brasil em 1958, Nelson Rockefeller, ao lado do então Prefeito de Nova York que era também diretor da AIA, transmitiria seu imenso agrado em contribuir para a evolução da extensão rural no Brasil:

Após ouvir as explanações dos dirigentes da ABCAR, o Sr. Nelson Rockefeller manifestou a sua satisfação em visitar a entidade e declarou que se sentia honrado e feliz em cooperar com os programas de extensão rural e crédito supervisionado, no Brasil. Destacou o apoio que o Presidente Juscelino Kubitschek, tem dado a tais atividades, desde quando governador de Minas, e concluiu afirmando que continuará ajudando os trabalhos de extensão em nosso País, na certeza de que assim contribui para melhorar as condições de vida no meio rural. (ABCAR, Boletim Informativo, nov. 1958)

A criação da ABCAR envolveu muito mais que a vontade pessoal do presidente JK de recriar, em âmbito federal, o projeto de extensão rural, nem este pode ser entendido apenas a partir dos interesses do imperialismo norte-americano. A correlação de forças interna nos anos 50 foi crucial para a hegemonia do Extensionismo e do crédito rural, sobretudo o que diz respeito aos setores da agroindústria brasileira.

Todavia, a classe dominante agroindustrial não era, de forma nenhuma, homogênea. Havia inúmeras disputas intra-classe dominante, polarizando projetos de desenvolvimento tal como vimos com Mendonça. A primeira vista talvez possamos ver uma espécie de consenso em relação à questão do Extensionismo. Porém, delimitar as forças dos setores patronais e suas agremiações em disputa é importante para conseguirmos identificar as alterações e alinhamentos políticos das frações da classe dominante agrária com a trajetória da ABCAR.

1.3 – Frações de classe agroindustriais em disputa no Brasil

Recuando no tempo, vale a pena apontar que houve, no Brasil, desde a Primeira República (1889-1930), uma disputa intra-classe dominante agrária onde dois principais projetos entraram em disputa, logo no início do século XX. De um lado estavam alguns segmentos do patronato rural fluminense e nordestino – não hegemônicos – que viam no aproveitamento da mão-de-obra negra e mestiça descendente da escravidão a principal força de trabalho capaz de resolver o problema da mão-de-obra no campo. De outro, oriundos de setores da classe dominante agrária brasileira mais dinâmicos e movidos por ideologias de valorização do europeu e repúdio as classes pobres e negras do Brasil, estava o patronato rural paulista, que optava pela imigração como via de progresso, estabelecendo novas relações de trabalho no campo.

Com o objetivo de viabilizar esses projetos ditos modernizadores, foram criados aparelhos privados de hegemonia que materializavam os discursos em prol de ambos os projetos. Assim surgiu a SNA (1896) – representando as frações de classe rural não paulistas e a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) – e, posteriormente, a Sociedade Rural Brasileira, (SRB - em 1919) – representando predominantemente o patronato agroindustrial paulista.

Durante a Primeira República, a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), em 1909, coroou a vitória dos proprietários rurais aglutinados na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Sonia Mendonça confirma tal evidência mostrando que, o quadro administrativo de primeiro escalão do referido Ministério fora preenchido por presidentes e diretores da SNA (MENDONÇA, 1997).

Assim, no que tange à educação rural – um dos termos do projeto da SNA –, vemos o enraizamento do objetivo de “educar o trabalhador rural” difundido pelo Ministério da Agricultura, negligenciando uma proposta de cunho alfabetizador com raízes voltadas para uma educação propedêutica. Os “alunos” eram considerados futuros agricultores e donas de casa aprenderiam, na prática, noções de agricultura em geral, assim como a ideologia da classe dominante nos chamados Aprendizados Agrícolas, *“Ademais, os Aprendizados mantinham seus internos na condição de imobilidade própria a viveiros de mão-de-obra, onde fazendeiros da vizinhança recrutavam, sistemática e gratuitamente, contingentes para o trabalho sazonal em suas terras.”* (MENDONÇA, 2007, p. 25)

Havia ainda os Patronatos Agrícolas (PAs), espécie de internatos para os menores de rua da cidade do Rio de Janeiro, caracterizados como um estorvo para os setores urbanos. *“Os PAs eram definidos como núcleos de ensino profissional destinados a habilitar seus internos em especialidades como horticultura, jardinagem pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos de primeiras letras e profissionalizantes”.* (Idem, p. 26) Cabe ainda notar que esses estabelecimentos, segundo Mendonça, se concentram no Norte e Nordeste, regiões onde o segmento dos proprietários rurais filiados à SNA enfrentava maiores problemas de mão-de-obra.

Assim, de 1918 a 1930 ocorreu um grande aumento do número de unidades dos AAs e dos PAs, indicando a consolidação desse tipo de ensino no campo. Segundo dados extraídos do texto, havia em 1930 mais de dois mil Patronatos Agrícolas em todo o país, concentrados nas áreas do Norte e Nordeste. (Idem, p. 28)

A questão da fixação do jovem no campo com uma educação voltada para formar futuros agricultores e donas de casa foi um projeto questionado com o surgimento de intelectuais, nas décadas de 1920-30, que pensaram numa educação mais humanista. Anísio Teixeira, pioneiro desse “escolanovismo”, atuava na defesa do seu pensamento máximo expresso na frase “educar para a vida”. O ensino das primeiras letras, o desenvolvimento cognitivo e a esperança no futuro orbitavam no sentido de suas propostas pedagógicas. Essa proposta foi vitoriosa com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931, com Anísio Teixeira a frente dos trabalhos do referido ministério. (SAVIANI, 1986)

Contudo, Mendonça mostra que tal projeto de educar para a vida não teve penetração maciça no campo brasileiro. A educação para o trabalho, diretriz defendida e aplicada, como vimos, nos PAs e AAs, tiveram fortes defensores, pois percebiam no projeto educacional de Teixeira um perigoso catalisador de mobilizações populares e de migrações rurais para as cidades. Ora, devemos sempre lembrar que, nesse período de 1920 até meados dos anos de 1960, a população rural era, predominantemente, a expressão da população brasileira, por isso as políticas educacionais para o campo tinham ampla difusão na maior parte da população, se comparadas à atuação do Ministério da Educação e Saúde, basicamente, urbana.

No período Vargas (1930-1945) houve uma reordenação de forças no Estado restrito, ocorrendo um avanço da classe industrial junto a agência estatais, no que Francisco Oliveira chamou de “fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 1987, p. 14). A construção de uma contra hegemonia da burguesia industrial tomou força em comparação com hegemonia da classe e frações de classe dos proprietários rurais. No governo Vargas, a articulação ainda estava em processo somente mais consolidado no período de Juscelino Kubitschek. Vargas, portanto, realizou inúmeros acordos e concessões ao setor industrial antes marginalizado no cenário político sem esquecer-se de favorecer o setor agroindustrial.

Esse período, portanto, é um período de transição no qual a preponderância do setor agrário-mercantil ainda estava de pé. Os principais produtos de nossa exportação, no pós-30, ainda eram gêneros agrícolas, sobretudo o café, deixando o governo provisório limitado em negociar empréstimos estrangeiros e lidar com pressões internas das frações dominantes agrárias, sobretudo do patronato rural paulista. A estratégia econômica era renegociar as dívidas externas, sobretudo aquelas contraídas pelos

Estados e Municípios e refazer a balança de pagamentos dos juros e da economia do país.

Nesse sentido, os projetos educacionais em disputa são eminentemente projetos que visavam alcançar a maioria da população tornando o binômio saber/poder importantíssimo. Os projetos lançados pelo Ministério da Educação, criado em 1930, com abrangência basicamente urbana, expressavam um olhar alinhado ao sistema capital-imperialista. Contudo, tal projeto talvez alcançasse uma parte menor da população em relação ao projeto educacional capitaneado pelo Ministério da Agricultura.

Assim, nas décadas de 1950, o Ministério da Agricultura (antigo MAIC) incentivou os germes da penetração do capitalismo no campo através da Extensão Rural. Fazendo conferir os interesses norte-americanos com os do segmentos agroindustriais brasileiros, a Extensão ganharia força trazendo tecnologia, produtividade e assistencialismo social como bandeiras principais, além de reforçar a iniciativa da Pasta de “educar para o trabalho”.

A tese de Carolina Ramos mostra que a CNA, criada em 1964, resultou de desdobramentos da antiga Confederação Rural Brasileira (CRB) a qual, por sua vez, era uma espécie de “braço” da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁷. Quando criada em 1945, a CRB não possuía o *status* de agremiação sindical estando, portanto, subordinada ao Ministério da Agricultura e não ao do Trabalho, como os sindicatos urbanos. (RAMOS, 2011, p. 33) Essa entidade dizia representar diversos setores da agroindústria brasileira advogando para si própria o papel de legítima porta-voz da “classe rural”.

Seu projeto englobava com vistas a tentar neutralizar o conflito residente nas desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes. Segundo os princípios da própria CNA, os segmentos mais pobres da “classe rural” eram tratados de maneira diferenciada: os pequenos proprietários seriam atendidos pela extensão rural, ao passo que os despossuídos da terra seriam objeto do assistencialismo praticado pelo Serviço Social Rural (SSR) do Ministério da Agricultura, como veremos mais adiante. No primeiro segmento, a estratégia era atender à demanda do mercado interno através dos excedentes de gêneros de primeira necessidade produzidos pelos pequenos

⁷ Cabe lembrar que a própria cerimônia de criação da CRB ocorreu na sede da SNA e que muitos de seus dirigentes ocuparam cargos de destaque na primeira diretoria da organização oficial da agricultura⁵⁶. Ademais, a CRB funcionou inicialmente em espaço concedido pela SNA, tendo suas notícias veiculadas, até 1955, pelo periódico da agremiação fluminense – a revista *A Lavoura*. (RAMOS, op. cit., p. 35)

proprietários, a serem melhor comercializados. Estes, por sua vez, somente poderiam aumentar sua produtividade através do uso mais intenso de tecnologia e não via aumento das terras cultivadas.

O segundo grupo, ao ser atendido pelas práticas assistencialistas do SSR (1957-1962) seria passível de uma “neutralização” das tensões sociais, transformando-se em uma espécie de “colchão amortecedor” de conflitos (LEITE & PALMEIRA, 1998, p. 119), tendo em vista os atritos que se adensavam no campo, nesse período⁸:

O reverso da medalha retrata o lavrador braçal, o empregado sem terra, o assalariado sem lei que lhe reconheça os direitos, sem um órgão que o defenda. É amparado por uma justiça trabalhista não adaptada ao meio rural, que o deixa a mercê de aventureiros, exporto a desinteligências com a classe patronal, entidades que tenham por objetivo a defesa de seus direitos – hoje concluída em todo o Brasil por Ligas Camponesas. Tais órgãos não tem consciência nem apoio legal. Funcionam com a enganosa esperança de muitos, parta o proveito de poucos que as dirigem. (*Gleba*, abril, 1962, p. 11)

Esse tipo de discurso ilustrado acima buscava inviabilizar as tentativas de mudanças na estrutura agrária, sobretudo as propostas de Reforma Agrária bandeira defendida intensamente pelas Ligas Camponesas.

1.4 –SSR “*versus*” ABCAR

Dentre as estratégias advogadas pelo binômio CRB/SNA destacamos a criação do Serviço Social Rural (SSR) em 1955. Projetado e fortemente defendido por ambas as entidades, o SSR visava promover ações sociais no campo presididas pelo espírito da “ajuda” e tutela social. Construção de fossas, atendimento médico e cursos de costura (dentre inúmeras outras práticas) eram algumas das atividades propostas pelo Serviço: “*a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população*”. (Lei 2.613, DOU de 27/9/55)

Analisando números das revistas publicadas pela CRB e pela SNA vemos que tal Serviço foi amplamente defendido por elas. Na comemoração do aniversário de seis anos da CRB, editorial da revista *Gleba*, publicação da entidade, apresentou, na íntegra, diversos discursos de membros das federações de agricultura vinculadas à CRB. O conteúdo desses discursos era marcado por claro enaltecimento do SSR, exaltando-se a iniciativa da CRB em ter promovido a criação desse Serviço:

⁸ As Ligas Camponesas talvez se constituam como principal movimento de luta social organizado por diversos segmentos da classe dominada no campo. Atuou-se na região da Zona da Mata, no Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco e Paraíba. (STEDILE org., 2006, p. 12). No sul do país haviam também revoltas localizadas, como a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná (PEGORARO, 2008)

O que de maior se fêz até aqui em favor do pária, que é o trabalhador agrícola, foi o Serviço Social Rural. Obra da Confederação Rural Brasileira, graças à compreensão elevada e patriótica do Congresso Nacional. (*Gleba*, out. 1957, p. 1)

Contudo, o mesmo editorial mostrava-se a frustração da CRB em relação à escassa atuação da SSR:

Na prática até aqui falhou. Falhou porque nem chegou a ser executada. Dois anos se passaram sem que os benefícios prometidos no corpo da lei as concretizassem: ficaram tão sòmente no papel – e assim foi, porque a idéias contrárias à classe, talvez interêsses inconfessáveis, emperraram e fizeram estacar a obra de salvação, tão bem inspirada. (Idem)

Esses limites à atuação do Serviço Social Rural podem ser em parte explicados pela intensa oposição realizada pela SRB junto ao Congresso Nacional, onde a bancada paulista, integrada por inúmeros deputados federais ligados a esta última entidade opunha-se ferozmente à consolidação do SSR:

Embora tenha sido sancionada a lei que criou o Serviço Social Rural, finalizou o Dr. Pina Sobrinho, continua a Sociedade Rural Brasileira a se empenhar no sentido da não aplicação da questionada lei, aos moldes em que foi concebida visando a sua estrutural modificação para o que vem mantendo ativo contacto com os membros da bancada paulista na Câmara Federal (*A Rural*, março, 1956, p. 23)

As recorrentes reclamações da SRB visavam combater tanto a nova taxa criada para manter o SSR, quanto a composição do Conselho Nacional do Serviço, integrados por nove membros, dentre eles: a) um presidente escolhido pelo Presidente da República mediante tríplice indicação da CRB; b) quatro representantes do Ministério da Agricultura e c) quatro representantes da classe rural eleitos em assembleia geral da CRB. (Lei 2.5613 op. cit.)

Essa é a história do Serviço Social Rural, lei que não se destina a dar uma cafiaspirina sequer ao último caboclo, tremendo de suas maleitas, à beira de um córrego qualquer – mas, direta ou indiretamente, contribuinte do poderio dos figurões rurais da República. E não há remédio, senão o político. (*A Rural*, abril, 1956, p. 62)

Notadamente, em 1956, a ABCAR surgiu, ligando o assistencialismo à proposta de maximização da produtividade agrícola. Essa pode ser considerada uma das diferenças marcantes entre a ABCAR e o SSR. Além disso, a ABCAR foi criada como uma “*associação civil sem fins lucrativos e de direito jurídico privado*” (OLINGER, 1996, p. 48). Aqui é necessário um parêntese: apesar da instituição ser declarada como “associação privada”, entendemos que, por sua ligação direta, seja através de recursos, seja através da manutenção e contratação de pessoal técnico, com o Ministério da Agricultura, a ABCAR não deve ser propriamente considerada como um aparelho

privado de hegemonia do âmbito da sociedade civil, tal como nos ensina Gramsci. Ela seria, portanto, uma agência do Estado restrito e deve ser encarada como tal. Isso porque, uma organização da sociedade civil tem como meta fundamental a adesão voluntária e sua relação orgânica com a organização da vontade coletiva de seus membros (GRAMSCI, 2007). Na introdução expusemos a conceituação de Estado ampliado por nós utilizada como embasamento desta pesquisa. Com efeito, o Estado é muito mais que um conjunto de instituições e cargos e não pode ser encarado como um “sujeito” pensante. O Estado, aqui, é entendido no seu sentido, orgânico, como uma relação social entre sociedade civil e sociedade política. Álvaro Bianchi revela que a conceituação dada por Gramsci à sociedade política é mais simples que a de sociedade civil:

O conceito de sociedade política está claro no texto gramsciano. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativamente nem passivamente, também chamado nos *Quaderni* de “Estado político” ou “Estado-governo”. [...]

Mais complexa é a definição do conceito de sociedade civil. Seja porque no texto gramsciano o conceito tem contornos bastante imprecisos; seja porque não existe apenas uma definição para o termo; seja porque na linguagem política contemporânea o termo “sociedade civil” foi incorporado fazendo, muitas vezes, referências ao próprio Gramsci, embora com um sentido diferente; seja por tudo isso, a confusão é grande. (BIANCHI, 2008, p. 177-178).

Mesmo assim, Gramsci distingue o caráter voluntário e consensual que prepondera nas organizações da sociedade civil ou Aparelhos Privados de Hegemonia. Portanto, a função das entidades da sociedade civil é promover a adesão voluntária ao conjunto de projetos ou interesses das classes ou frações de classe (dominantes, inclusive) de modo a torna-los demanda universal, num processo que é o da construção da hegemonia. Ora, a ABCAR representa a concretização material dos projetos políticos-ideológicos das frações da classe dominante agroindustrial, sobretudo aquelas ligadas à CNA. Portanto, essa conceituação de “associação civil” tinha um cunho muito mais pragmático do que eminentemente político. Ao se declarar de âmbito “privado” percebe-se que era facultado à ABCAR captar recursos através de parcerias com diversas entidades – sobretudo privadas – não sendo necessários impostos ou taxas adicionais. Assim, a associação isentava-se dos principais objetos de crítica da SRB ao SSR, tal como apontado. A principal fonte de recursos, nesse primeiro momento, para a ABCAR foram a AIA (de Rockefeller), o ETA e o Programa *Ponto IV* (COLBY & DENNETT, op. cit., p.251).

A questão do extensionismo afinava-se com a proposta norte-americana de crédito rural como estratégia para o financiamento da compra de insumos agrícolas e maquinário “modernos”. Para tal, era necessário o ensinamento dessas técnicas desconhecidas junto aos produtores rurais caracterizados pela subsistência.

Diferentemente do SSR, a Extensão Rural promovida pela ABCAR não priorizava o assistencialismo, mas sim, o ensinamento de técnicas e difusão de tecnologias a serem adquiridas via crédito rural com o fito de aumentar a produtividade no campo. Portanto, é importantíssimo destacar que a SNA e a CRB incentivaram o Extensionismo no Brasil, mesmo que não exercendo diretamente proselitismo político. A criação da ABCAR atendia aos interesses de crédito rural e extensionismo para que os pequenos proprietários aumentassem sua produtividade via tecnologia. Na *V Conferência Rural Brasileira*, patrocinada e promovida pela CRB em 1957, o principal tema da pauta era a ação social no campo: “*É nosso objetivo evidenciar quanto pode realizar a Classe em setores de grande sentido social, tais como o cooperativismo, a alfabetização, o crédito supervisionado, a extensão agrícola, os serviços assistenciais, etc.*”. (*Gleba*, set., 1957, p. 1, grifos nossos)

O segundo grupo de discussão da *Conferência* relacionou-se à Extensão Rural e ao crédito rural, dando origem ao capítulo dois do Regimento final da *V Conferência Rural Brasileira*. Vale ainda destacar que, na relação dos participantes do evento, constam nomes como os de Ewaldo Saramago Pinheiro (vice-presidente da ABCAR e chefe da Federação de Agricultura do Rio de Janeiro - FARERJ) e Luiz Góes Vieira (representante da ABCAR e da ANCAR). Notadamente não encontramos **nenhuma delegação da paulista SRB**, ao contrário do verificado com relação à SNA, que compareceu com uma grande delegação, dotada do direito a voz e voto. (*Gleba*, dez., 1957, p. 17-21)

Com referencia ao caso paulista, mesmo depois da frustrada tentativa de Rockefeller de implantar neste Estado o extensionismo, sua proposta permaneceu como uma recorrente defesa de desenvolvimento (mecanização) para o campo. Contudo, os setores agroindustriais paulistas historicamente recusavam a mediação do Ministério da Agricultura e, por isso, criaram sua própria entidade incumbida de implantar e praticar o extensionismo no estado. A *Comissão de Melhoria da Vida Rural* foi criada em junho de 1956, não por acaso, no mesmo mês da criação da ABCAR. Em matéria veiculada pela revista *A Rural*, órgão da SRB, vemos que os mesmos princípios e estratégias do Extensionismo norte-americano eram as premissas da referida Comissão.

Disse o orador que as soluções intentadas para resolver o problema até agora foram frustradas por motivo de não haver apenas uma questão econômica, mas, também, uma questão social a resolver-se. Citou excertos da Mesa-Redonda da Agricultura e exemplos do que se faz nos Estados Unidos da América do Norte, para concluir que “o problema da melhoria da vida rural só pode ser resolvido se, ao lado do aumento da produtividade (fato econômico), for promovido, simultaneamente, o revigoramento das forças de coesão na comunidade rural (fato social). E sintetizou o orador, ainda, as finalidades da Extensão Agrícola, serviço norte-americano que apresenta semelhança de objetivos com a novel Comissão de Melhoria Rural, quais sejam:

1º - trazer ao lavrador os conhecimentos e o auxílio que o ajudará a exercer sua profissão com mais eficiência e a aumentar a sua renda.

2º - encorajar o agricultor, naquilo de que necessita para a sua própria alimentação, a ter uma boa mesa e a viver bem;

3º - ajudar os membros das famílias dos agricultores a melhor avaliar suas oportunidades, a apreciar as belezas e privilégios da vida dos campos e a conhecer algo do mundo em que vivem;

4º - promover a vida social, cultural, recreativa, intelectual e espiritual dos agricultores;

5º - criar oportunidades para que os agricultores possam desenvolver seus talentos naturais através do trabalho, das distrações, da vida social e da liderança;

6º - constituir uma cidadania rural, orgulhosa de sua ocupação independente na sua maneira de pensar, construtiva no seu modo de agir, capaz, eficiente, confiante em si, amando no íntimo de seu coração os seus lares e o seu país.

[...]

“A Comissão pela Melhoria da Vida Rural quer, exatamente, restabelecer a harmonia entre a cidade e o campo e vai estender o seu raio de ação pelo interior do Estado, visando contribuir para o fortalecimento da comunidade agrária e a sua plena integração na realidade da vida municipal.”
(*A Rural*, junho de 1956, p. 62-63)

Os esforços de assistência técnica promovidos pela Secretaria de Agricultura de São Paulo destinaram-se, prioritariamente, aos grandes produtores que tinham o mercado externo como meta. Assim, o mote da “melhoria da vida rural” dos pequenos proprietários/produtores limitava-se, no caso do extensionismo paulista, somente ao discurso jamais tendo se efetuando na prática:

A impossibilidade de que a extensão tivesse meios de favorecer simultaneamente a grande produção capitalista e o pequeno produtor minifundista fez com que a sua prioridade fosse deixada em segundo plano. Entendemos que a assistência nos moldes extensionistas, na forma pela qual era entendida, não poderia se efetivar em São Paulo através da Secretaria de Agricultura, dadas as exigências que os produtores rurais continuavam a ter, ou seja, aqueles produtores rurais já inteiramente integrados no sistema capitalista continuavam a necessitar de técnicas modernas mais avançadas e de toda assistência sanitária em geral (REYTON, 1989, p. 75).

Assim, vemos que, apesar de um aparente consenso em relação ao projeto de extensão/crédito rural, as disputas intraclasse dominante mobilizadas por suas respectivas agremiações, impossibilitou a concretização de um projeto extensionista de âmbito plenamente nacional, incluindo o estado de São Paulo, reduto da SRB e

contrária, desde sempre, às reivindicações e às propostas que partissem da SNA/CRB e do Ministério da Agricultura, hegemonizado por ambas as entidades⁹.

1.5 – Dinâmica da ABCAR: “ajudar a ajudar-se” (1956-1958)

A lógica veiculada pela extensão rural no Brasil, num primeiro momento, decorreu de um projeto de desenvolvimento para o campo atrelado ao aumento da produtividade via inserção de tecnologias e insumos agrícolas industriais. Para tal empreendimento a estratégia pautar-se-ia pela via da Educação, “panaceia para todos os males”. Em outras palavras, o extensionismo tinha uma proposta educacional complementar, diferente do ensino propedêutico onde era secundarizada a difusão de tecnologia:

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não-estratificada, sem conflitos internos de interesses. Sob este rótulo são agrupados os grandes fazendeiros, os minifundiários e os trabalhadores agrícolas, incluídos todos no chamado público de assistência técnica. (QUEDA&SZMRECSÁNYI, 1976 *apud* FONSECA, 1985, p. 58)

O argumento para a ação ABCAR pautava-se, portanto, na difusão tecnológica para o desenvolvimento agrícola e agrário do país. Paralelamente a isto havia o objetivo de compensar o trabalho perdido a partir do contingente de trabalhadores que se deslocava para cidade. A proposta de extensão rural também seria um eficaz meio de compensar a defasagem da produção perdida através do êxodo rural.

Dessa forma, o discurso da extensão rural estava envolto por uma suposta “aura” de “neutralidade técnica”. Contudo, isso não pode ser confirmado, pois a análise das diretorias da ABCAR evidencia fortes relações políticas entre esta agência e entidades patronais não paulistas. A composição do quadro da primeira diretoria ressalta a forte presença de dirigentes da CRB e da SNA em sua composição, como nos casos de João Napoleão de Andrade (presidente da ABCAR e membro da CRB), Ben-Hur Ferreira Raposo (representante da CRB), além da constante presença norte-americana via participação de Walter F. Crawford (representante da AIA) e de Ralph E. Hasen (representante do ETA)

⁹ A recusa constante do Ministério da Agricultura por parte das frações de classe do patronato rural paulista se configuram de longo prazo. O então Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) sofreria intensa oposição desde sua criação. A aprovação da lei que criava o MAIC foi no ano de 1906, mas sua efetiva criação só pode ser concluída em 1909 devido a esses embates intraclasse dominante agrária (MENDONÇA, 1997, p. 124).

QUADRO I – 1ª Diretoria da ABCAR e Junta Governativa (1956-1957)

DIRETORIA		
CARGO	OCUPANTE	TRAJETÓRIA
Presidente	João Napoleão de Andrade	Ver Anexo I.
Diretor-Executivo	Isnar Campelo	Nasceu em 1908 no Piauí e morreu em 1988 no Rio de Janeiro.
Conselheiro	Santiago D. Apodaca	Experiente em trabalhos com jovens por meio dos Clubes 4-H (EUA).
JUNTA GOVERNATIVA		
Cargos/representantes	Nomes	Trajetória
Presidente	João Napoleão de Andrade	Fazendeiro, oriundo de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial. Estudou nos EUA. Iniciou sua vida profissional em 1926, como funcionário do Banco do Brasil . Era amigo de Juscelino Kubitschek , se reunia com o presidente diretamente e promovia encontros entre ele e Rockefeller Foi Presidente da ACAR-Minas de 1951 a 1971. Presidente da ABCAR durante toda a sua existência saindo apenas devido ao seu estado de saúde. De 1961 a 1962 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo . De 1965 a 1966 foi Presidente do Comitê Técnico Interamericano para Juventude Rural da OEA , mantendo-se membro até 1970. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil de 1966 a 1969. Diretor técnico da CRB/CNA de 1963 a 1966. Foi agraciado com as seguintes medalhas: “Lane Bryant Internacional Volunter Award”, Medalha Inconfidência – 1961, Medalha do Mérito Agrícola (dada pela SNA) – 1963, Medalha José Bonifácio.
Vice-presidente	Kurt Weissheimer	Gaúcho, Kurt foi diretor-superintendente do Banco Agrícola Mercantil S/A e fazendeiro do Rio Grande do Sul. Era também diretor executivo da ACAR-RS.
AIA	Walter L. Crawford	Formado em Arkansas, EUA, em 1933. Daquela data em diante trabalhou p na Farm Security Administration. No período compreendido entre 1943 a 1947 esteve no IIAA, quando foi enviado ao Paraguai e ao Haiti. Em 1948, foi para Venezuela, a serviço da AIA. No final desse ano, veio para o Brasil, onde no dia 6 de dezembro começou, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, da qual foi diretor até março de 1953. De 1953 a 1960 foi membro da Junta Administrativa da ACAR-MG. Em sua gestão foi implantada a estrutura Escritório Local, Escritório Regional, Escritório

		Central.
ETA	Alberto Martins Torres	Dados não encontrados.
	Ralph E. Hansen	Dados não encontrados.
CRB	Ben-Hur Ferreira Sarandy Raposo	Diretor técnico da SNA.
Bando do Brasil	Plínio Cordeiro Moletta	Sócio-fundador da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), funcionário da carteira de crédito agrícola no Rio de Janeiro. Foi um dos membros da Comissão de Alto Nível que extinguiu o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola (DNPEA) e criou a Empresa Brasileira e Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).
ACAR	Geraldo G. D. Machado	Dados não encontrados.
ANCAR	José Irineu Cabral	Ver Anexo I.
ACARES	Oswaldo Zanello	Dados não encontrados.

Fonte: ABCAR. **Boletim Informativo**, julho de 1957.

Os relatos publicados por José Paulo Ribeiro e Glauco Olinger¹⁰ nos ajudam a recuperar a trajetória da extensão rural nesse primeiro período. O entrecruzamento das informações por eles prestadas e a documentação oficial consultada permitiu montarmos algumas peças desse quebra-cabeça. Ambos afirmam que, em sua criação, a ABCAR era composta dos seguintes membros: 1) Ministério da Agricultura; 2) AIA; 3) ETA; 4) CRB; 5) Banco do Brasil S/A; 6) Banco do Nordeste; 7) ACAR-Minas; 8) ANCAR; 9) ASCAR.

Com efeito, a ABCAR tinha por objetivo coordenar o chamado “*Sistema Brasileiro de Extensão Rural*” (SIBER), que incluía as filiadas estaduais e seus Centros de Treinamento, além da aplicação da modalidade do Crédito Rural Supervisionado (CRS). Diferentemente do Serviço de extensão rural dos Estados Unidos, no qual as associações das comunidades rurais financiavam o extensionismo da região, os recursos das atividades de extensão no Brasil ficaria, sobretudo, a cargo do capital estadunidense. Além disso, em sua organização inexistia qualquer porta-voz de entidades de classe dos trabalhadores rurais ou pequenos agricultores. No Anexo IV vemos que participavam como membros da ABCAR a CRB (entidade patronal) e instituições públicas e norte-americanas que financiavam alguns de seus projetos.

A diretoria principal da ABCAR era formada por um Presidente, um vice-presidente, um diretor executivo/secretário-executivo¹¹. Essa composição sofreria poucas alterações em toda a trajetória da agência até 1975, quando de sua extinção.

As decisões administrativas e de alocação dos recursos destinados às Associações Estaduais, a nomeação dos secretários-executivos de cada filiada e demais decisões importantes ficavam a cargo de uma Junta Governativa. Esta, era composta por representantes de todos os mantenedores da ABCAR dentre os quais, logo após sua fundação, foram acrescentados os Ministérios da Educação e Cultura e o da Saúde; o Serviço Social Rural; o Banco Nacional de Crédito Cooperativo; o Instituto Brasileiro

¹⁰ Tanto José Paulo Ribeiro quanto Glauco Olinger foram funcionário de carreira da ABCAR. O primeiro, desde a década de 1950 atuava como importante extensionista da ACAR-Minas fazendo parte inclusive da diretoria dessa associação e do Conselho Consultivo da ABCAR. O segundo integrou o projeto ETA-16 que criou a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, em 1956 que depois se tornou a ACARESC. Olinger, posteriormente, se tornaria presidente da EMBRATER no período de 1979-1985.

¹¹ As documentações produzidas pela ABCAR são confusas em relação a esse cargo. Vemos que em 1959 José Irineu Cabral será constantemente chamado de diretor-executivo, porém, a partir de 1963, com a saída de Irineu Cabral, assume Marcos Carvalho Pereira que ora aparece como “diretor-executivo” ora aparece como secretário-executivo. Os principais memorialistas da extensão rural no Brasil confundem ao longo de suas memórias a nomenclatura. Portanto, optei juntar os nomes dos cargos tendo em vista que a função de diretor-executivo aponta para um sinônimo de secretário-executivo. Contudo, nas Associações Estaduais, secretário-executivo é o dirigente máximo da organização estadual não tendo nenhuma equiparação ou designação de diretores-executivos.

do Café, totalizando 14 entidades. Durante a trajetória da ABCAR, a Junta Administrativa sofreria mudanças conforme a extinção de algumas instituições e a criação de outras, como veremos nos próximos capítulos.

A presença de um “Comitê Executivo” no organograma citado não estava presente nas primeiras formulações administrativas da ABCAR. Glauco Olinger e José Paulo Ribeiro defendem o argumento de que, devido à impossibilidade de realizar reuniões com todos os membros da Junta - pois os secretários executivos de cada associada estadual ficavam “muito longe” da, então capital federal, Rio de Janeiro – optou-se pela criação desse Comitê, que poderia reunir-se de forma mais periódica e regular, decidindo assuntos “*ad referendum*”. Portanto, no organograma de 1958 já consta o referido Comitê. A composição exata, nesse primeiro período, ainda não foi localizada na documentação compulsada, porém, Ribeiro enumera os seguintes membros do Comitê no ano de 1964:

- 1) Presidente da ABCAR – membro automático
- 2) Secretário-executivo – membro automático
- 3) Representante do Ministério da Agricultura
- 4) Representante do Banco do Brasil S/A
- 5) Representante do Escritório Técnico de Agricultura – ETA
- 6) Representante das filiadas da ABCAR

Ora, essa composição exclui os secretários executivos das filiadas estaduais das decisões, posto que somente um secretário-executivo de uma das estaduais representaria todos os demais, bem como os demais membros, porta-vozes do Ministério da Educação e Saúde, do Serviço Social Rural, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo estavam igualmente excluídos do Comitê, sem ter acesso às instâncias do processo decisório. Sabemos que o presidente da ABCAR foi, em todo este período, a mesma pessoa – João Napoleão de Andrade – cuja trajetória destaca-se por sua participação como diretor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sindicato patronal criado em 1964 a partir do *Estatuto da Terra* e oriundo da CRB. Isso indica que, apesar de assumir em seu discurso uma postura neutra e técnica, o Extensionismo contava com estreitas aproximações com a CRB (futura CNA).

Além disso, excluídos os demais Ministérios da Junta Governativa, centro nevrálgico das decisões do órgão, **mas não do Comitê**, o Ministério da Agricultura se consagrava como principal articulador das decisões junto à ABCAR. Como já o mencionamos, este Ministério se encontrava – embora já não mais tão intensamente como o fora até 1945 – sob hegemonia da SNA, sobretudo nos postos-chave das diretorias técnicas, o que permitia o consenso entre interesses das frações da classe

dominante agroindustrial organizada e representada pela SNA junto ao órgão máximo de extensão rural.

Ademais, na documentação da ABCAR produzida em 1958, podemos ter uma noção da organização administrativa da instituição nesse primeiro período, delimitado aqui entre 1956 e 1958¹² (Anexo II).

Podemos verificar, analisando a estrutura do organograma disponível, algumas premissas da ABCAR nessa primeira etapa de sua atuação. A primeira consideração importante refere-se à relação direta estabelecida entre os agentes das Filiadas – “Associações estaduais” e “departamentos Estaduais” – e a chamada “população rural”, face à ausência de uma ligação imediata entre a ABCAR e seu “público alvo”: a “população rural”. Isso reforça a tese sobre o caráter descentralizado predominante na atuação da ABCAR durante toda a sua primeira fase de existência. Nunca é demais lembrar que as principais entidades estaduais – sobretudo a ACAR-Minas e a ANCAR – foram criadas muito antes do próprio surgimento da ABCAR.

Ainda com relação à descentralização administrativa, nota-se um segundo traço característico presente no organograma da agencia: trata-se da relação existente entre os Centros de Treinamento (CT) e suas respectivas localizações. Por certo não era coincidência o fato desses Centros situarem-se nas regiões onde as entidades estaduais preexistiam à ABCAR. Nesse sentido, podemos inferir que tais filiadas gozavam de maior independência quanto a fontes de recursos e financiamento, o que assegurava uma estrutura mais antiga e melhor definida.

O Centro de Treinamento de Ipanema, em São Paulo, por exemplo, consiste em uma exceção, posto ter sido instalado em 1955 e ser de propriedade do próprio Ministério da Agricultura, que ali realizava cursos de especialização em engenharia rural. Os primeiros treinamentos em extensão rural ali tiveram lugar, tornando-se este o principal CT da ABCAR até a década de 1960.

Treinamento de líderes religiosos

Vinte e um seminaristas protestantes de Campinas e São Paulo, fizeram, na Fazenda Ipanema, um curso de duas semanas sobre extensão e crédito supervisionado. Este curso foi idêntico ao ministrado a padres católicos em fevereiro do ano passado.

Deu-se nesta série de aulas, especial destaque à necessidade que o Brasil tem de serviços de extensão e crédito e, conseqüentemente, de um número cada vez maior de agrônomos e técnicos. **Frisou-se, a esse respeito, o papel que os futuros pastores poderão desempenhar junto a alunos e à população**

¹² O recorte proposto acima deve-se a primeira etapa da extensão rural que configura das primeiras experiências de extensionismo em 1948 ao levantamento de José Irineu Cabral ao posto de diretor-executivo da ABCAR em 1958.

das áreas que sevem no sentido de estimular a formação de profissionais do campo. Além disso, apontou-se a possibilidade de os pastores agirem como elementos de contato entre os rurícolas e os técnicos, assim contribuindo para a divulgação de conhecimento.

Receberam ainda os pastores alguns ensinamentos práticos sobre agricultura e pecuária a fim de habilitá-los a resolver pequenos problemas dos rurícolas. Um dos professores do seminário de Campinas manifestou a opinião de que as Igrejas deveriam considerar seriamente a questão do melhoramento do padrão de vida do rurícola pois, sem um mínimo de condições materiais, é difícil promover o aperfeiçoamento espiritual. (ABCAR, *Boletim Informativo*, jul. 1957, p. 3).

A reportagem acima ilustra uma tentativa da ABCAR em aproximar-se da Igreja de modo a legitimar sua atuação no meio rural e, simultaneamente, aproveitar-se da interiorização e liderança que a Igreja Católica e Igrejas Protestantes exerciam ou poderiam exercer junto às comunidades mais recônditas do país. A escolha de fornecer treinamento para religiosos igualmente evidencia que, nesse primeiro momento, havia uma escassez de agrônomos formados aptos a integrarem o quadro de extensionistas da ABCAR.

Voltando à questão de São Paulo, o diálogo entre a Secretaria de Agricultura do Estado e a ABCAR seria pontualmente realizado, sobretudo em relação ao Centro de Ipanema. Porém, é sabido que a assistência técnica neste último Estado contou com certo pioneirismo em relação às iniciativas do extensionismo no Brasil em geral. A lei de Serviço Agrônômico do Estado de São Paulo data de 1899 e, a partir de 1926, a assistência técnica a médios e grandes produtores se tornaria regular (REYDON, 1989, p. 51). Em 1956 o Ministério repassou o Centro de Treinamento Ipanema para a ABCAR o qual foi desativado em 1964¹³. (OLINGER, op. cit., p. 55)

Ainda no tocante ao extensionismo tal como praticado em São Paulo cabe mencionar que a Secretaria Estadual de Agricultura pautava sua atuação por um caráter *fomentista*, isto é, objetivando assistir tecnicamente aos produtores vendendo-lhes sementes modificadas, alugando máquinas pesadas, difundindo técnicas agrícolas de melhoramento, etc.. O cunho educativo marcado pela valorização de práticas sociais tais como ensinar a construir fossas, melhorar técnicas de plantio, fornecer cursos de corte e costura e organizar clubes de juventude 4-S, não estiveram presentes na trajetória da assistência técnica paulista. Como afirma Reydon:

[...] o sistema de extensão no Brasil como um todo mostra-se defasado em relação a São Paulo, pelo menos em suas ou mais décadas. Desde 1926, já havia em São Paulo programas **fomentistas**, enquanto o sistema de extensão

¹³ Ainda não foi possível entender o porquê da desativação do Centro de Treinamento Ipanema. A documentação somente apresenta o fato consumado e a bibliografia especializada nem apresenta esse detalhe.

passa a vigorar para o Brasil somente em 1949. É de supor, assim, que em São Paulo, onde se localiza o núcleo capitalista da economia brasileira, inclusive a maior parte da produção agrícola e as mais importantes culturas de exportação, o Estado se antecipa em relação às demais regiões do país, na assistência técnica ao setor agrícola, do mesmo modo como já havia feito com a pesquisa agrônômica, que desde o início do século já se desenvolvia em São Paulo (Idem, p. 52)

Deixando o ufanismo paulista de lado, o autor ressalta em seu trabalho que o programa extensionista somente contaria com alguma ressonância no estado em 1967, quando da criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Antes disso, segundo Reydon, a assistência técnica em São Paulo teria passado pelo que chama de “período fomentista” (1940-1948), marcado pela difusão de tecnologia e incentivo à maquinaria destinada a grandes proprietários produtores de café e algodão para exportação (Idem, p. 57). Posteriormente, dando ênfase à mecanização agrícola e à prestação de serviços, seria criada a Divisão de Economia Agrícola, também ligada à Secretaria de Agricultura de São Paulo:

No referente às ações extensionistas do período 1949/58, apesar da existência anterior dos clubes agrícolas e de economia doméstica, é apenas ao final deste período que observamos a integração destes à ação extensionista. Este é um indício de que a assistência extensionista não era até então pensada em São Paulo como forma de assistência técnica totalmente integrada, como foi no Sistema ACAR [Associação de Crédito e Assistência Rural]. Mas parece lógico que a grande expansão do modelo ACAR (criado em 1948), claramente extensionista, tenha exercido forte influência na atuação da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Portanto, [...] encontramos a ação extensionista dos serviços como elemento que participa desta diminuição, basicamente dado o volume de técnicos requeridos para esta ação. (Idem, p. 63).

Nesse sentido, o Patronato paulista não se desviava do foco da Extensão Rural, porém tampouco o deixava a cargo da interferência das diretrizes emanadas do Ministério da Agricultura. Mesmo negligenciando a organização federal do Extensionismo não é possível omitir que a Extensão Rural no Estado de São Paulo realizava-se num ritmo célere: “*Em 30 agosto de 1958, estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais, a maior parte delas concentrando-se em Minas Gerais (221), São Paulo (173), Ceará (105) e Rio Grande do Sul (100).*” (PEIXOTO, op. cit., p. 17).

1.6 – O Binômio extensão/crédito rural

O nascedouro da ABCAR deveu-se, indubitavelmente, à coparticipação de entidades norte-americanas que financiaram o Crédito Rural indispensável para seu

funcionamento inicial. As linhas de crédito seriam administradas pelos próprios extensionistas que asseguravam onde tais créditos deveriam ser investidos.

Em relação aos aparelhos privados de hegemonia das frações da classe dominante agroindustrial, tal implementação de crédito agrícola era consensual. Arthur Torres Filho, presidente da SNA, em artigo publicado na revista *Seleções Agrícolas* de março de 1959 declarou que a Política de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek não se direcionava para a agricultura, nem tampouco para a ação social junto à população do campo. Em defesa do crédito ressaltava que:

Das medidas que o Governo está pondo em prática com as 30 metas, além das de ns. 17 e 18, não existem outras diretamente amparando o produtor rural pelo apôio à ação social no campo, como se faz indispensável. Essa ação a nosso ver, teria de ser exercida pela **extensão agrícola**, mediante ao crédito agrícola **supervisionado**, cujos ensaios, através das associações rurais, vem produzindo resultados satisfatórios. Não temos dúvidas alguma de recomendar, em face do problema alimentar, que seja instituída em bases planificadas, com a colaboração estrita de todas as instituições bancárias nacionais, uma **política de crédito agrícola**, leve ao nosso **rustícola** o crédito que necessita para as suas atividades em benefício do bem-estar das populações rurais que representam 70% da população brasileira. (*Seleções agrícolas*, mar. 1959, p. 1)

Além disso, o autor reforçava que a Confederação Rural Brasileira (CRB) – entidade que Ramos demonstrou ter sido gestada dentro da própria SNA – também se dedicava, em seus debates, ao tema do crédito rural:

Dos pontos que a Confederação tem estudado nessas conferências um dos de maior interesse, tem sido o do **crédito agrícola**, destinado a vincular a agricultura e a criação com as fontes de financiamento. E, um dos pontos principais nos financiamentos que tem sido examinados, é da função econômica e social desses financiamentos. (RAMOS, op. cit., p.2)

Antes disso, porém, importa sinalizar que o Congresso Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola, realizado no Recife em setembro de 1958, produziu uma série de artigos especializados que foram publicados numa coletânea datada de 1961, exaltando a modalidade do Crédito Rural Supervisionado (CRS) tal como praticado pela ABCAR. Esse tipo de crédito tinha por característica integrar um programa promocional de bem-estar rural, de cunho educativo e financeiro (ABCAR, 1961, p. 70), pois o pequeno produtor não era contemplado pelas linhas regulares de crédito fornecidas pelos bancos que os consideravam um “grupo muito arriscado”.

Dentre suas vantagens eram apontadas: 1) seu caráter social; 2) o aumento da produtividade com melhoria no lar; 3) seu cunho temporário; 4) seu público alvo específico, composto por pequenos e médios proprietários dotados de relação com o

trabalho familiar. Nesta série de artigos é possível perceber o perfil projetado dos beneficiários do CRS:

[...] crédito só deve ser empregado quando há possibilidade de sucesso financeiro, só devem ser aceitas nos programas famílias cujos chefes gozem de boa reputação, sejam um risco financeiro justificável e mostrem desejo de melhorar as condições de vida e produtividade. (Idem, p. 40)

Nesse sentido, o agricultor “pobre” – produtor em terra alheia e/ou trabalhador rural em geral – não era alvo da política de Crédito Rural, fosse ele na modalidade Supervisionado ou Orientando. Ou seja, os não-proprietários de terra, mesmo que pequenos, estavam na prática excluídos do programa de CRS, pois, na visão dos especialistas da ABCAR, eram classificados como “agricultores pobres”.

“[...] têm um complexo de necessidades [...] muito baixo, e isto é um péssimo estímulo para qualquer aumento de produtividade. As famílias não saberiam como aplicar a sobre-renda ocasionada por esse aumento, e não se sentiriam estimuladas a conservar essa produtividade em nível mais alto permanentemente, e como consequência haveria a queda até aos baixos níveis anteriores”. (Idem)

A modalidade do Crédito Rural chamada de “Supervisionado” implicava na tutela do credor sobre o empréstimo realizado. Isso significava que ocorria uma dependência do crédito aplicado, sendo designado pelos Extensionistas onde deveriam ser utilizados os recursos tomados. Nesse sentido, o chamado “Plano de Administração da Propriedade e do Lar” (Idem, p. 42) estabelecia onde o crédito deveria ser investido pelo tomador. “*A função do Crédito Rural Supervisionado era iniciar na família marginal os processos de desenvolvimento sócio-econômico e acompanhá-la e guiá-la nos primeiros passos*”. (Idem. grifos nossos). Esse atributo de “marginalidade” era amplamente utilizado em cursos de treinamento de extensionistas para escalonar os segmentos das comunidade rurais, como o demonstra o Quadro II a seguir:

Quadro II - Classificação das famílias rurais em uma determinada área:

Classificação	Grupo A (super-marginais)	Grupo B (marginais)	Grupo C (submarginais)
Posse de Terras	Latifundiários. Grandes proprietários Médios proprietários Grandes arrendatários Personalidades jurídicas	Pequenos proprietários Médios arrendatários Médios parceiros Alguns posseiros	Minifundiários. Pequenos arrendatários. Pequenos parceiros. Posseiros. Trabalhadores rurais.
Capacidade de pagamento	Boa atual	Pequena atual. Boa potencial	Escassa atual e potencial.
Facilidade de crédito	Boas em condições razoáveis. Sabem como obtê-los	Conseguem em condições razoáveis. Não sabem como obtê-los	Não gozam de crédito em condições razoáveis, e não conseguem obtê-lo.
Produção	Boa para negociar. Pequena para consumo. Razoavelmente eficiente	Para venda e consumo, porém ineficiente para os recursos que têm.	Exclusivamente para consumo ou pequena para venda. Muito escassa. Agricultura de manutenção.
Conhecimentos	Bons de administração. Bons ou escassos técnicos	Escassos técnicos e de administração	Ignorantes de administração e escassos técnicos.
Condições de vida	Média ou acima da média. Participam da vida da comunidade	Ruins, abaixo da média. Pequena participação na vida da comunidade.	Péssima. Má alimentação, má saúde. Escassa participação na vida da comunidade.

Fontes: ABCAR. **Programa do curso intensivo de extensão em agricultura**. S.d., p. 29, *apud*.
FONSECA. M. T. L. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985, p. 179.

Nota-se que o Quadro II apresenta a coluna do meio como ideal para a obtenção do CRS. Isso porque o “Grupo A (super-marginais)” seria beneficiado pelos créditos correntes já estando inserido nos bancos financiadores. Em contrapartida, o “Grupo C (submarginais)” não teria as condições necessárias para receberem financiamento uma vez que, em sua maioria, não possuía garantias para o empréstimo, sobretudo a propriedade da terra, não sendo, por isso, “bons pagadores” nem mesmo potencialmente, já que sua produção voltava-se para a subsistência, ou seja, não produzindo excedentes para o mercado.

Assim, o CRS destinava-se a alguns do “Grupo B (marginais)” composto de pequenos proprietários que utilizavam mão-de-obra familiar. Logo, é possível afirmar que, contrariamente aos discursos veiculados pela ABCAR, o CRS não visava “elevar o nível de vida dos agricultores” em geral mas, sim, maximizar a produtividade dos pequenos proprietários. O Extensionismo destinava-se a tornar produtiva essa micro propriedade, propondo o caminho da tecnologia como seu instrumento. Logo, a compra de terras não era levada em consideração como podemos perceber em diversas fontes: “4. *Mudança de atitudes – ou no que o povo sente: uma atitude diferente em relação ao*

emprego de parte da renda da propriedade, como por exemplo, ao invés de adquirir mais terras, aumentar o conforto da família.”. (ABCAR, 1962, p.11)

Em essência, podemos classificar o CRS como um subsídio para aqueles pequenos proprietários capazes de proporcionar algum retorno do crédito obtido. Dessa forma, o CRS era individual a cada unidade familiar dotada de propriedade, tratada como “empresa rural¹⁴” (Idem, p. 75). Para obter o benefício, além de contar com o perfil designado pela Extensão, o beneficiário deveria passar pelo crivo de um Conselho Consultivo formado por membros da comunidade supostamente dotados de caráter “idôneo” e escolhidos pelo Extensionista local. Tal Conselho avaliaria o “bom” relacionamento entre a comunidade e o candidato ao crédito. (ABCAR, op. cit., p. 65).

Em linhas gerais, a tramitação de um financiamento supervisionado compreende o seguinte:

- a) FASE DE SELEÇÃO: o candidato se dirige aos técnicos da organização e preenche uma proposta de empréstimo. A seguir, esta proposta é submetida a três membros de um Conselho Consultivo Local, selecionado de comum acôrdo entre a organização e a entidade financiadora. O Conselho decide sobre a elegibilidade do candidato quanto ao conceito moral.
- b) FASE DE PLANEJAMENTO: aprovada a solicitação pelo Conselho, a família é visitada pelos técnicos da organização, a fim de ser elaborado um plano de administração da propriedade e do lar. O plano, juntamente com os documentos peculiares a um processo de empréstimo (descrição de garantias, descrição de título de domínio, orçamento de aplicação, etc.), é submetido à consideração da entidade financiadora.
- c) FASE DE SUPERVISÃO: uma vez aprovado o processo de empréstimo, inclusive o plano de administração, e satisfeitas as exigências legais, é aberto o crédito à família solicitante, que passa a ser mutuária da entidade financiadora.”

Situação dos agricultores

Embora a tecnologia moderna revele notáveis índices de produtividade, os rendimentos médios alcançados pelos agricultores estão longe de atingir aqueles índices.

Em geral, eles não fazem o devido uso dos recursos disponíveis, combinando mal os fatores de produção, o que resulta na obtenção de baixas rendas, e, em conseqüência, mas más condições de vida daqueles agricultores.

É que os agricultores, em geral, orientam os trabalhos da fazenda e do lar sob forma isolada, sem levarem em conta que a empresa rural constitui uma unidade de renda e de vida. Desconhecem os princípios básicos de administração rural:

“Organizar o negócio agrícola sob ponto de vista de eficiência e contínuos lucros”. (Idem, p.86 e 87)

¹⁴ A definição de “empresa rural” foi consolidada somente com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964). Contudo, vemos que o uso dessa terminologia na documentação da ABCAR antes de 1964 demonstra a tentativa de criar uma espécie de identidade através de uma nova nomenclatura cujo cerne não residisse em um caráter político - como era o caso da expressão “camponês” utilizada pelo PCB antes de 1964 – sobretudo no programa do Partido chamado Bloco Operário Camponês (BLOC). No pós-64 a expressão “trabalhador rural” uniu a representação sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – única representação oficial eleita no próprio Estatuto da Terra – que, a partir de 1979, levantou a bandeira da “reforma agrária ampla, massiva, imediata e com participação dos trabalhadores” (PALMEIRA, 1989, p. 103).

O plano elaborado pelo extensionista possuía duas dimensões temporais: uma em longo e outra em curto prazo. O plano de longo prazo deveria atingir os objetivos econômicos, encarados como aumento da produtividade para, conseqüentemente elevar “o nível de vida da família rural”. Para tal, o plano deveria considerar o volume de negócios – capital investido diretamente na propriedade – arranjo das culturas de criação e práticas de conservação e melhoria dos solos (Idem, p. 86-89). “*O primeiro passo [do extensionista] para este estudo deve ser uma caminhada por toda a propriedade, objetivando uma análise dos problemas e avaliação dos recursos disponíveis, os quais podem ser desdobrados em recursos da família, da propriedade e da comunidade.*” (Idem, p. 90).

Já o planejamento de curto prazo era estabelecido pelo ano agrícola e compreendia a execução, em etapas, do planejamento de longo prazo. Desdobrava-se em duas áreas: propriedade – que ficava por ser orientada pelo extensionista agrônomo, ou veterinário e o lar – orientado pela economista doméstica. O acompanhamento das atividades de extensão em propriedades beneficiadas pelo CRS era realizado individualmente mediante visitas regulares. Vale lembrar ainda que o crédito rural realizava-se nas agências dos bancos e os pequenos proprietários precisavam ser encaminhados para uma agência para efetuar o crédito.

Havia uma disputa entre as associadas estaduais com respeito a qual seria a melhor modalidade de crédito a ser aplicada. Assim, por exemplo, na região Nordeste, a ANCAR levava em consideração mais os problemas sociais do que os econômicos e, nesse sentido, o CRS era praticado com o intuito de melhorar a vida do agricultor. As filiadas do Sul, sobretudo a ASCAR, tinham uma visão muito mais produtivista, privilegiando o crédito destinado tão somente a maximizar a produção/produtividade. (OLINGER, op. cit., p. 54)

As associadas estaduais da região Sul e Sudeste eram enfáticas em desqualificar o CRS cunhado, sobretudo, pelas associadas de Minas e do Nordeste. A produção deveria ser o objetivo central do crédito, devendo ele ser “*Orientado*” para aumentar a produtividade, secundarizando ainda mais o caráter social que deveria envolver tal crédito. O chamado *Crédito Rural Orientado* (CRO) teria como critério de seleção a produção realizada pelo agricultor. “*Neste [CRO] o lar não é financiado; visava a melhorar os níveis de produção, e produtividade e renda*”. (RIBEIRO & WHARTON Jr. apud OLIVEIRA, 1984, p. 76)

Influenciada pela insensibilidade e refratariedade dos agentes financeiros em expandir as operações de crédito rural vinculado à assistência técnica, a ACAR-MG, já a partir de 1959, é levada a definir parâmetros para selecionar beneficiários com maior capacidade de resposta quanto à aplicação do crédito rural. Este exercício foi fundamental para a orientação de trabalhar com médios e grandes produtores com os recursos provenientes do contrato com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento – BID, assinado três anos depois. Após algumas tentativas esparsas da ANCAR e do BNB, em 1956, a modalidade “Orientado” (Crédito Rural Orientado – CRO) é aplicada de forma sistemática, a partir de 1960, pela ACARES (Espírito Santo). O CRO se aplica no caso de melhoramento de determinada cultura ou explorações pecuárias, levando (o agricultor) a adotar técnicas mais aperfeiçoadas (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1966:19). É a modalidade que, com maior propriedade, se identifica como processo de modernização da agricultura. (OLIVEIRA, op. cit., p. 74)

Portanto, Oliveira afirma que, gradativamente, o público-alvo do crédito veiculado pelos extensionistas da ABCAR deixaria de ser voltado para o pequeno produtor “pobre”, passando a visar o médio e grande produtor.

Seja como for, podemos ver que na fase inicial do Extensionismo o CRS era a principal modalidade de crédito adotada pela ABCAR, com relativo sucesso. O futuro *Plano Diretor* (1960), que estabeleceria as diretrizes principais por cinco anos, reforçaria a modalidade “Supervisionado”. Contudo, a trajetória da ABCAR teria acentuadas algumas divergências internas, sobretudo em relação ao caráter assistencialista que envolvia o CRS. Seus críticos enfatizavam a necessidade de promover o crédito rural baseado na produção, levando em conta o repasse dos recursos para todos aqueles produtores – nota-se a expressão produtores usada constantemente em lugar de pequenos agricultores – que viabilizassem a meta do aumento da produtividade. A estratégia da ação extensionista aliada ao crédito rural, apesar de pautar-se pelo discurso da elevação do nível de vida das populações rurais promovia justamente o seu oposto; uma acentuação das desigualdades sociais na medida em que se beneficiava, diretamente, apenas uma parcela dos pequenos proprietários capazes de se adequarem à racionalidade produtiva imposta pela capitalização do campo. Aqueles “sub-marginais” formaram os trabalhadores volantes ou bóias-frias, alterando as relações de trabalho na agricultura, permanentemente proletarizando os segmentos da população rural que não tinham condições de se inserir na industrialização da agricultura (GRAZIANO, 1981, p. 4).

Enfim, com relação ao crédito rural podemos dizer que ele se tornou uma forte imposição na política agrícola regional, ligado aos interesses explícitos da CRB. Na trajetória da ABCAR houve muitos escritórios de extensão voltados exclusivamente para o fornecimento de crédito rural. Essa crítica é enfatizada por Nóbrega (1985) que

classificou como “inadequada” a generalização do processo de conjugar o crédito com a assistência técnica, tendo como consequência a proliferação de Escritórios que, não raro, se limitavam à preparação de projetos para obtenção de financiamento, sem a contrapartida dos serviços de acompanhamento dos empreendimentos financiados. Os produtores eram obrigados, pelas normas que presidiam o fornecimento do crédito, a buscarem esses escritórios para verem aprovadas suas solicitações de empréstimos. (PEIXOTO, op. cit., p. 13-14)

Mesmo diante de divergências como essas, é possível inferir da documentação o rápido crescimento de associações estaduais, comprovado pela definição de diversos projetos e a abertura de novas associações estaduais, tais como: ACARES (Espírito Santo) em 1957; ACAR-RJ (Rio de Janeiro), em 1958 e ACAR-Goiás em 1959. (LOPES, s.d., p. 2-3) extensionismo e crédito rural eram a chamada “equação de sucesso” penetrando no interior do país através da presença de Escritórios locais e regionais, ligados às Associações Estaduais. A ACAR-Minas e a ANCAR eram as de maior prestígio e tradição e a ação da ABCAR, por ser descentralizada, limitava-se a realizar planos de trabalho com poucas especificidades, orientações e repasse de recursos mediante convênios entre instituições estatais e privadas. Nesse sentido, a estrutura organizacional do extensionismo era piramidal, com as associadas representando a base – possuindo mais recursos e mais pessoal especializado – e a ABCAR como o estreito cume da pirâmide, praticamente sustentada pelas filiadas estaduais e responsável por firmar os acordos interinstitucionais.

Dessa forma vemos que, no período JK a reviravolta no desenvolvimento econômico pautado no investimento – nacional e, sobretudo, estrangeiro - na industrialização, com maior ênfase para o Departamento III (OLIVEIRA, 1977, p. 79), ocasionou rápido crescimento econômico do país, mas também consequências nocivas a médio e longo prazo. O aumento da produtividade geraria forte concentração de renda, além da manutenção de baixos salários, pois a inflação provocada por uma política emissionista corroía o poder de compra dos trabalhadores. Ademais, a política de investimentos estrangeiros foi largamente utilizada para compensar o ainda insuficiente desenvolvimento dos demais setores produtivos.

A política monetária e financeira, reflexo em grande parte do conservadorismo da política fiscal, deu lugar a uma espiral inflacionária [...] As características centrais do padrão de acumulação fundado numa predominância do Departamento III e, além disso, na forma com que foi financiada a acumulação de capital, contribuíram poderosamente para moldar uma das mais negativas faces da economia brasileira de nossos dias: a

extremada concentração de renda, que deriva imediatamente da forma da concentração de capital que o padrão de acumulação propiciou. (OLIVEIRA, op. cit. p. 89)

No plano político, Juscelino Kubitschek terminou sua gestão zigzagueando entre fortes mobilizações nacionalistas, realizadas tanto por setores militares, quanto por segmentos da esquerda, considerando-se, sobretudo, a figura de seu vice-presidente, João Goulart (PTB) que tinha como base de apoio político trabalhadores e comunistas (BENEVIDES, op. cit., p. 50). As crises político-econômicas deflagradas partir dos anos 60 impactaram todos os setores produtivos, inclusive a agricultura. O extensionismo não escaparia da crise deste período, apesar de diversos estudos mencionarem uma espécie de continuidade harmônica da Extensão Rural desde anos 50 até os dias de hoje. Esse estudo não partilha dessa concepção, pois as diferentes correlações de força vigentes tanto na sociedade quanto no interior da política extensionista somente podem ser compreendidas pela análise crítica e histórica dos distintos contextos englobados no período abordado.

De qualquer forma, podemos dizer que no final do governo Kubitschek a aliança partidária PSD-PTB não estava tão sólida por diversos motivos.(Idem). O principal fator de instabilidade nessa aliança se devia ao crescimento do PTB nas zonas eleitorais e de influência política no interior do país, tradicionalmente ligadas ao PSD. Tanto Benevides quanto Campello de Souza destacam que o PTB ampliava suas bases políticas mais intensamente que os demais partidos. Por outro lado, essa instabilidade também revelava tensões no panorama social que não seriam sanadas – muito pelo contrário – pelo Programa de Metas de Juscelino, incomodando a estabilidade política configurada no início. A questão agrária se configurava como uma das principais não contempladas pela gestão JK, resultando em consequências sociais reais, tais como a organização das Ligas Camponesas e os sindicatos rurais.

Capítulo II

A ABCAR e o Contexto Político dos Anos 60

Aquele que se propõe a resolver os problemas da agricultura brasileira
sem o concurso da Extensão Agrícola,
é como o homem que com as mãos desarmadas
tenta mover uma rocha de 10 toneladas
ou é louco ou desconhece o peso” Palavras de um extensionista
(ABCAR, Boletim Informativo, 1957)

2.1 – Fases da extensão rural

Vimos no capítulo anterior o processo da implantação das primeiras experiências de extensão rural no Brasil. Baseado no modelo norte-americano de difusão tecnológica, o extensionismo fez convergir os interesses das frações da classe dominante estadunidenses com as proposta e projetos de desenvolvimento dos segmentos da classe dominante agroindustrial brasileira durante o período do governo de Juscelino Kubitschek. As entidades patronais SNA e CRB patrocinaram a criação da ABCAR e suas filiadas, tornando a extensão rural e o crédito rural supervisionado políticas públicas voltadas para o pequeno proprietário.

No plano educacional a ABCAR e filiadas contribuíram para a defesa de um “projeto de educação complementar de novo tipo”

A Extensão se definia então como um empreendimento educativo: “produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atinja o desenvolvimento tanto individual como social”. Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar (FONSECA, op. cit. p. 91).

“Um homem, uma professora e um jipe” era o *slogan* principal da propaganda da ABCAR difundida no interior do país. Contudo, a extensão rural não se processou como uma política uniforme, pois múltiplos fatores transpassaram-na em diversos aspectos e momentos de sua existência. Nesse capítulo, temos como objetivo discutir uma nova fase da ABCAR e o impacto dessas transformações no cenário da agricultura brasileira da década de 60. Para tal, devemos estar em diálogo com a conjuntura econômica e política que influenciaria na própria dinâmica do extensionismo.

Como foi apontado na Introdução, diversos estudiosos do extensionismo estabelecem, de diferentes formas, periodizações para a trajetória da agência. Isso se deve ao fato de cada autor basear-se em teorias e metodologias de pesquisa diferentes. Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre cada modo de periodização. A

proposta de Cyro Mascarenhas Rodrigues, em certo sentido, se aproxima de nossa perspectiva. Em sua tese de doutorado, Rodrigues enumera três fases da Extensão Rural no Brasil, conforme o Quadro III abaixo da qual só reproduziremos as duas primeiras:

Quadro III – Caracterização sumária dos dois períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil

Especificação	Humanismo Assistencialista	Difusionismo Produtivista
Prevalência:	1948-1962	1963-1984
Público preferencial:	Pequenos agricultores	Grandes e médios agricultores
Unidade de trabalho:	Família rural	Produtor rural
Orientação pedagógica:	“ensinar a fazer fazendo”	Difusionista
Papel do agente de extensão:	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural
Tipo de planejamento:	Vertical ascendente	Vertical descendente
Papel da tecnologia:	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho
Tipo e uso do crédito rural:	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado: voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital
Organização da população:	Criar grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação

Fonte: RODRIGUES, C. M. **Estado e seletividades de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil.** Tese de doutoramento, UnB., 1994, p. 233

Infelizmente, não é possível tratarmos de todo o período abordado por Rodrigues. Dessa forma, nos concentraremos nas duas primeiras etapas de existência da ABCAR¹⁵ (1956-1974). O que queremos chamar atenção é para a complexidade do período nas duas primeiras etapas por ele identificadas.

¹⁵ No trabalho de Sonia Regina de Mendonça há uma excelente crítica sobre todo o período do extensionismo no Brasil aliando a trajetória da pesquisa agropecuária. Em seu estudo, Mendonça afirma que tanto a pesquisa agropecuária quanto a extensão rural no Brasil foram promovidas de acordo com as disputas intraclasses dominantes agrárias para estabelecer seus interesses hegemônicos na agropecuária brasileira. Dessa forma, houve uma reorientação a partir de 1974 com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que excluiu toda produção de pesquisa agropecuária e extensão rural voltada para os pequenos agricultores. Grandes e médios proprietários serão os grandes beneficiados da pesquisa realizada pela EMBRAPA e da extensão rural coordenada pela EMBRATER. (MENDONÇA, 2011)

Como pode ser visto, Rodrigues denomina de “*humanismo assistencialista*” a primeira fase da Extensão Rural.

Nesse sentido, essa etapa seria marcada pela plena atividade de extensão rural voltada para o assistencialismo, educando os “pequenos agricultores” com vistas a melhorar sua condição de vida. Rodrigues afirma que essa primeira fase tinha como objetivo central elevar a qualidade de vida, tornando os aspectos econômicos e políticos subjugados ao aspecto social. Apesar de concordarmos com a premissa do autor de que o aspecto assistencialista predominava nessa “primeira fase” da extensão rural, não podemos perder de vista que este mesmo o assistencialismo, difundido pela extensão como “indutor de mudanças de comportamento”, era uma ação exógena à população rural, além de dotada de características de exclusão de boa parte desses indivíduos, quando não proprietários.

Segundo Rodrigues essa primeira “etapa” teve por característica principal uma espécie de “desinteresse” da parte do Estado em investir na agricultura brasileira, tendo em vista que seu desenvolvimento seria realizado através da expansão horizontal das fronteiras agrícolas:

Nessas condições, o governo deixava o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana. Estas atividades conformavam um conjunto de práticas que certamente convinham à legitimação do Estado no meio rural, onde a sua presença direta não se fazia muito regular. (Idem, p. 234)

Devido à incompatibilidade teórica sobre a conceituação de Estado, não podemos considerar a ação da sociedade política dotada de vontade própria. Gramsci nos mostra que a relação permanentemente estabelecida entre sociedade civil e sociedade política evidencia o caráter processual e conflitivo que a política exerce na vida social.

Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um **equilíbrio** da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como igreja, os sindicatos, as escolas, etc.). (GRAMSCI, 2005, p. 84, grifo nosso)

Isso quer dizer que o interesse “do Estado” nada mais representa que os interesses de classes ou suas frações, organizados no seio da sociedade civil através dos aparelhos de hegemonia e sua inserção junto a sociedade política. No âmbito da sociedade civil focalizamos a criação das agremiações de setores do patronato rural não

hegemônico, representados pela SNA/CRB, visando implementar seu projeto de “educação para o trabalho”, bem como medidas assistencialistas e compensatórias para desmobilizar, sobretudo politicamente, os pequenos proprietários.

Uma última consideração sobre o Quadro III refere-se ao marco cronológico da alteração das diretrizes do extensionismo. O recorte por nós utilizado difere do de Rodrigues no sentido metodológico, pois entendemos que a construção da hegemonia tem como uma de suas premissas o fato de setores da sociedade civil organizados inserirem seus porta-vozes junto a determinados aparelhos do Estado restrito, estratégicos para seus respectivos projetos. Esse processo é realizado através da ação dos intelectuais orgânicos formados no âmbito dos aparelhos de hegemonia das frações de classe. Portanto, entendemos que a primeira fase da Extensão Rural não se encerraria no momento que o crédito rural orientado, voltado eminentemente para a produtividade, suplantasse o crédito rural supervisionado em 1963 (Anexo VIII) – marco adotado por Rodrigues – mas, sim, quando da entrada de José Irineu Cabral para a diretoria-executiva da ABCAR, em 1958. De 1958 a 1962 ocorreram diversas reuniões e congressos que reforçam nosso argumento, configurando-se um período de transição da ABCAR, como o veremos a seguir.

Antes, porém, é fundamental, ainda nesse capítulo, refletirmos sobre a participação de alguns agentes na trajetória da ABCAR.

2.2 – Intelectuais Orgânicos

Conforme vimos no Quadro I relativo à primeira diretoria do órgão, havia diversos agentes diretamente vinculados às entidades do patronato fluminense¹⁶, tais como João Napoleão de Andrade, Ewaldo Saramago Pinheiro, Ben-Hur Ferreira Raposo e José Irineu Cabral. Tais representantes podem ser considerados intelectuais orgânicos segundo o pensamento de Gramsci, posto terem sido organicamente formados no interior desses aparelhos de hegemonia, possuindo, portanto, uma visão de mundo e projeto derivados da fração de classe na qual foram gerados. Nos *Cadernos do Cárcere* de número doze é possível extrair uma das definições de intelectual orgânico:

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”, (GRAMSCI, 2000, p. 16)

¹⁶ As principais entidades são a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), antiga Confederação Rural Brasileira (CRB) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Com efeito, Gramsci não está aqui trabalhando com a noção de intelectual como sinônimo de acadêmico ilustrado, isolado da realidade. Ele opera com a ideia de que todo homem é intelectual, pois todos, sem exceção, são capazes de pensar. Assim, Gramsci dá um salto qualitativo na definição de intelectual, vislumbrando a possibilidade da própria classe trabalhadora produzir seus intelectuais orgânicos nos partidos – aqui tomados não como partidos políticos, mas como organizações voluntárias da sociedade civil – enxergando ainda a dimensão política de organização e mobilização da classe trabalhadora. Contudo, Gramsci também percebe que a função dos intelectuais da classe dominante é distinta do das classes subalternas, como salienta Christinne Buci-Glucksmann:

Em outras palavras, a relação intelectual/classe revela-se diferente quando se trata da burguesia e do proletariado. No primeiro caso, os intelectuais desempenham um papel direto na *constituição* da classe. No segundo, eles desempenham um papel essencial, mas em um processo político mais amplo: o da *organização política de classe*, da dialética que une direção consciente e espontaneidade, própria ao partido como “intelectual coletivo”. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p.50)

Tomamos aqui a definição de intelectual orgânico dos setores do patronato rural inseridos no Estado restrito dotados, portanto, de um papel direto na constituição dos interesses de sua fração de classe reproduzindo no âmbito da sociedade política. João Napoleão Andrade, Ewaldo Saramago Pinheiro e José Irineu Cabral (Anexo I) são os principais exemplos de intelectuais orgânicos dos segmentos da classe agroindustrial atuantes na consolidação da hegemonia a partir de agências do Estado restrito. Eles são legítimos representantes da Confederação Rural Brasileira (CRB), futura Confederação Nacional da Agricultura (CNA)¹⁷ e, por isso mesmo, ainda que indiretamente, da SNA. Ademais, possuíam íntimas relações com os EUA, sendo propagandistas dos interesses do capital-imperialismo norte-americano. Logo, a ABCAR, para além de uma espécie de vertente assistencialista em teoria capaz de modernizar o agricultor, era uma agência imbricada a interesses privados e internacionais, catalisando a expropriação capitalista dos pequenos proprietários.

João Napoleão Andrade vinha de uma família mineira tradicional, exportadora de cristais de rocha para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, passou boa parte de sua vida em território americano, tecendo excelentes relações

¹⁷ Com a promulgação do Estatuto da Terra em 1964 houve a criação de um sindicato dos trabalhadores da agricultura (CONTAG) e de um sindicato patronal. Coube a CRB, o papel de se tornar o sindicato patronal da categoria trocando de nome para Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Para mais detalhes ver RAMOS op. cit.

tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (RIBEIRO, op. cit., p. 101). Amigo íntimo de Juscelino Kubitschek, com ele se reunia diretamente, além de promover encontros entre ele e Rockefeller. (COLBY & DENNETT, op. cit., p.290) Ora, João Napoleão foi, ininterruptamente, o presidente da ABCAR desde 1956 até 1973, só saindo do cargo devido a problemas de saúde. Ao mesmo tempo em que presidiu a ABCAR, foi também diretor técnico da CNA em 1963 (RAMOS, op. cit. 249) deixando entrever que grupos de interesse patronais encontravam-se representados no âmbito da ABCAR.

De modo semelhante, Ewaldo Saramago Pinheiro era fluminense, pecuarista e foi presidente da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FARERJ). Nos anos 60 integrou a diretoria técnica da CNA, ao mesmo tempo em que presidiu a filiada ACAR-RJ. Ademais, participou ativamente da política partidária no período, tendo sido, ainda nessa década, deputado estadual no Rio de Janeiro pela UDN-RJ, da qual foi fundador. A UDN foi o partido que concentrou a ala mais conservadora e liberal da sociedade e que, através de Jânio Quadros, venceu as eleições presidenciais em 1961. Não é a toa que a ABCAR tenha sido elevada ao *status* de “entidade de utilidade pública”, no mesmo ano da eleição deste presidente, o que lhe assegurou recursos da esfera federal. (LOPES, s.d., p. 3)

Por fim, temos o exemplo de José Irineu Cabral. Sua trajetória foi editada e publicada pela EMBRAPA, órgão do qual também foi o primeiro presidente na década de 70. Nessas circunstâncias, sua ligação direta com alguma entidade patronal, seja a CNA, SNA ou a SRB ainda não foi diretamente comprovada pela exaustiva pesquisa por nós realizada. Sabemos, todavia, que Irineu Cabral era membro do IPES, juntamente com outros representantes da CRB e da SNA. Essa ligação é importante, pois Dreifuss demonstra que o IPES foi um forte aparelho privado de hegemonia ultradireitista, aglutinador de diversos setores da classe dominante, fossem empresários do ramo industrial, fossem segmentos do que o autor chama de “associações rurais”:

Finalmente, um número de associações rurais e importantes líderes rurais de classe, a maior parte do setor moderno de café e gado e o setor agroindustrial, operariam sob a égide do IPES, tais como Ostoja B. Roguski, um líder do Paraná, da Confederação Rural Brasileira – CRB, Wanderbilt Duarte de Barros (CRB), Sálvio de Almeida Prado, da Sociedade Rural Brasileira – SRB, José Ulpiano de Almeida Praso, da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo – FARESP, Hebert Levy, Edgar Teixeira Leite, Eudes de Souza Leão (CRB) e J. Irineu Cabral, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. (DREIFUSS, 1981, p. 181).

Assim, podemos inferir que sua permanência no cenário político e seu prestígio dentro do Ministério da Agricultura – onde ocupou, desde os anos 40, diretorias de distintos órgãos da Pasta – não o exime de fortes ligações com as frações da classe dominante agroindustrial, sobretudo a SNA e a CRB.

Sua vinculação internacional é também muito importante de ser analisada. Ainda como diretor do ETA (1962-1963), ajudou a promover o acordo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ABCAR e a ACAR-Minas. (RIBEIRO, 2000, p. 43). Na gestão do Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho (1963-1964) José Irineu foi seu chefe de gabinete. A escolha deste Ministro foi pautada, segundo suas memórias, pelo fato de Irineu possuir “*brilhante carreira no serviço público, indo representar o Brasil no Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), em Washington.*” (LIMA FILHO, 1993, p. 162) Ainda segundo a biografia editada pelo ex-ministro Lima Filho, Cabral, em dezembro de 1963, deixaria a chefia do gabinete, voltando a ser consultor do BID, tornando-se seu presidente em 1966. O período em que José Irineu Cabral participou da diretoria do BID coincide com os primeiros grandes empréstimos feitos pelo Banco ao Brasil à ABCAR e ao Ministério da Agricultura, sobretudo em 1964 e 1966¹⁸.

Já a ligação entre Nelson Rockefeller e José Irineu Cabral pode ser percebida pelo grande estímulo ao crescimento econômico das regiões de Goiás e Mato Grosso propiciado pelas iniciativas/empresas de Rockefeller (COLBY & DENNETT, op. cit., p. 338-339) durante o período em que Cabral dirigia a *Conferência Brasileira de Imigração e Colonização de Goiás*, em 1948, e coautor da publicação *Goiás: uma nova fronteira*, do *Conselho de Imigração e Colonização* em 1949, quando a expansão da fronteira agrícola e as políticas de imigração e colonização do Centro-Oeste avançou a passos largos. Portanto, não é coincidência que Cabral, futuro diretor-executivo da ABCAR de 1958 a 1963, tenha sido igualmente um estimulador da atuação das Missões Rurais¹⁹ nessas mesmas regiões.

¹⁸ Nos marcos históricos do BID é possível verificar as importantes somas de empréstimos e financiamentos dos bancos nos anos 60 incluindo o Brasil. Em 1970, um em cada quatro latino americanos foram beneficiados diretamente das ações do BID. <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/marcos-historicos.6292.html> acessado no dia 21 de abril de 2012.

¹⁹ Podemos considerar as Missões rurais como um protótipo da atividade extensionista no final dos anos 50, encampadas sobretudo pelo Ministério da Educação e Saúde, em parceria com o Serviço de Informação Agrícola e com o financiamento norte-americano. A primeira Missão Rural de Educação foi realizada no município de Itaperuna, no Rio de Janeiro, sob o comando de José Irineu Cabral, então, diretor do Serviço de Informação Agrícola. CABRAL, J. I., LUPPI, P., PEREIRA, A. F. da S., GUEDES, R. & TORRES, Y. A. Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola: 1952.

2.3 – Preparando o terreno

A chegada de José Irineu Cabral à diretoria-executiva da ABCAR personificou a redefinição da coordenação e elevação da ABCAR à condição de “Sistema”.

O contraste desse período com o anterior pode ser inicialmente avaliado pela considerável gama de publicações por parte da agência, publicizando, sobretudo, reuniões, conferências e descrições dos trabalhos da extensão rural. A documentação pesquisada aponta para a *I Reunião do Pessoal Administrativo da ABCAR*, em 1959, para rever as posições e posturas da atuação da ABCAR e filiadas,

A reunião, iniciada com a presença do Diretor-executivo da ABCAR, teve caráter informal. O Sr. José Irineu Cabral, nesse primeiro contato com o pessoal de chefia administrativa, reportou-se à necessidade das Filiadas estabelecerem, de modo racional, métodos e processos administrativos, tal como ocorre com o pessoal em Extensão e Crédito rural Supervisionado, que periodicamente vem discutindo suas experiências e adotando a desejada uniformidade em seu trabalho (ABCAR, op. cit., p. 7)

Esse trabalho contribuiu para o processo pelo qual a ABCAR passava visando perpetrar um conjunto de medidas a serem aplicadas pelo então Diretor-executivo, José Irineu Cabral, de modo a reverter à descentralização das atividades da agência, recentralizando-as:

Para maior parte das filiadas, a ausência de instruções específicas constituía sério obstáculo à aplicação e comprovação de despesas pois não há, na administração pública do País, manual com instruções ou regulamentos codificados a êsse respeito (Idem, p. 11)

Todos os secretários-executivos das associações estaduais participaram da reunião, onde foram estabelecidos modelos e conceitos destinados a padronizar a elaboração de relatórios financeiros, projetos de trabalho, pedidos de recursos, comprovações de gastos, planos de contas, organizações orçamentárias, cálculos estimativos das despesas de manutenção e aquisição de material (Idem, p. 5-6) Enfim, a documentação aponta para uma tentativa de igualmente padronizar os tramites administrativos das associadas estaduais, a fim de melhorar a eficácia de cálculos e estabelecer diretrizes mais consistentes em âmbito nacional:

A opinião geral foi de que os assuntos constantes da Agenda atenderam às necessidades básicas dos Serviços Administrativos integrados no Sistema ABCAR, ressaltadas as características de cada Filiada e a implantação do trabalho final [...]. Observou-se um entusiasmo geral pelos resultados obtidos: em conseqüência, os participantes desejaram acentuar que reuniões dessa natureza se devem repetir, pelo menos uma vez ao ano, para o debate de outros aspectos administrativos do “Sistema ABCAR”. (Idem, p. 71)

Anteriormente, na *II Reunião de Treinamento em Extensão Rural* realizada em 1957, haviam sido definidos alguns conceitos básicos para a extensão rural em conjugação com o Crédito Rural Supervisionado (CRS). Tal modalidade de crédito, portanto, era, até então, a **única** utilizada pela ABCAR. Todavia, em 1960, teve lugar a *I Reunião para a Reformulação da Política de Crédito Rural em Articulação com a Extensão Rural* (1960), Encontro que contou com a presença de representantes de agremiações sociedade civil, dentre os quais citamos Edgar Teixeira Leite²⁰, então

²⁰Nasceu na Paraíba do Sul (RJ) em 20/03/1895. Em 1910, obteve primeiro lugar no concurso de admissão para a Escola de Agricultura de Pinheiro. cursou até o terceiro ano Faculdade de Direito. Especializou-se em biologia vegetal no Museu Nacional e no Jardim Botânico. Obtendo 1o lugar no concurso para chefe da Seção de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura, foi nomeado Diretor da Estação Geral de Experimentação de Escala, em Pernambuco para onde seguiu em 1917. Dirigiu serviços do Ministério da Agricultura em alagoas e na Paraíba, além de chefiar a Comissão de Estradas de Rodagem do mesmo ministério em Pernambuco. Em 1918, foi eleito prefeito de Gameleira (PE), ocupando o cargo de 1919 a 1922. Destacou-se em Pernambuco como prócer da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência em 1922, em oposição a Arthur Bernardes, que venceu a eleição. Deixando a prefeitura de Gameleira, foi dirigir a usina de Ribeirão e depois a de Cocos, pertencentes à Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco, empresa dedicada à produção açucareira e considerada na época um dos maiores estabelecimentos agrícolas do país. Depois, tornou-se diretor e vice-presidente desta Companhia, especializando-se em cultivo e produção de açúcar. Casou-se com Leonor Bezerra Cavalcanti Teixeira Leite, filha do ex-ministro da Agricultura no governo de Venceslau Brás, José Rufino Bezerra Cavalcanti. Associou-se à firma do sogro, José Rufino e Cia, na época uma das maiores organizações comissionárias de Pernambuco. Em 1926, assumiu a secretária-geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, mais tarde sociedade de agricultura de Pernambuco, a mais antiga associação rural do país. Ligado ao Partido Democrático de Pernambuco, núcleo da Aliança Liberal do estado, Teixeira Leite participou da Revolução de 1930. No governo provisório de Carlos de Lima Cavalcanti, foi nomeado Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, deixando a secretária em 1932, quando seguiu para o Rio de Janeiro. Em 1933, foi eleito deputado à Assembléia Nacional Constituinte, fazendo parte da representação profissional e sendo o único representante dos empregadores do Norte. Foi um defensor dos produtores de açúcar e da adoção do álcool-motor. Foi fundador e 1o diretor-tesoureiro da Cooperativa de Álcool-Motor. Em 1934, foi eleito deputado federal por Pernambuco na legenda do PDS, exercendo o mandato a partir de maio de 1935. Teixeira Leite foi nomeado, em 1946, membro da Comissão Central de Preços, em que defendeu os interesses dos produtores rurais. Representou a comissão do Conselho Nacional do Trigo, que funcionava junto ao Itamarati. Foi secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do estado do Rio de Janeiro de 1947 a 1950, no governo de Edmundo de Macedo Soares. Nomeado pelo ministro da Fazenda Pedro Luís Correa e Castro em dezembro de 1947, representou a lavoura do estado do Rio na junta consultiva do departamento Nacional do Café, em liquidação. Representou também os produtores rurais na Junta Consultiva de Intercâmbio com o Comércio Exterior, instituída pelo governo federal em 1948 junto à Carteira Agrícola do banco do Brasil. Foi 2o vice-presidente SNA 1955-1960 e 1o vice-presidente SNA (1961-1968) Representou a SNA no Conselho Interamericano de Comércio e Produção, do qual chegou a vice-presidente, presidindo a seção brasileira ao lado de João Daudt de Oliveira e Euvaldo Lodi. Em 1948 e 1949, participou da Comissão de Desenvolvimento Agropecuário e da Comissão Mista Brasileiro-Americana de estudos Econômicos, conhecida com Missão Abbink. Em 1950, tornou-se membro do Conselho Nacional de Economia (CNE), sendo presidente desta entidade em 1955. Depois do golpe de 1964, foi membro do conselho técnico e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), onde permaneceu de abril de 1965 a junho de 1968. Dirigiu o Cotonifício Ribeirão S.A, a Cromita S.A, o Banco Metropolitano de Crédito Mercantil e a Cia Econômica Industrial e Comercial de alimentos Frigorificados (CEICAF). Foi membro da Confederação Rural Brasileira, do Conselho Nacional de Reforma Agrária e do Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, dos quais foi vice-presidente. Participou do Grupo de Trabalho para a Revisão da Reforma Agrária, do Conselho de Organizações Não-Governamentais para o Combate às Calamidades. Membro do conselho consultivo da

presidente do Conselho Nacional de Economia, Luiz Simões Lopes²¹, então presidente da SNA, além dos presidentes dos Bancos do Brasil e Banco do Nordeste. De igual forma, também estiveram presentes especialistas estadunidenses, dentre eles Walter Crawford²² - diretor da ACAR-Minas; Insfrán Guerreros – representante da FAO no Brasil e Charles D. Curry – membro do IICA²³. Outra informação valiosa prestada pela documentação aponta Andrade como presidente da ABCAR, da ACAR-Minas e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, simultaneamente! (Idem, 17 a 21)

Uma vez que a ABCAR fazia parte do Ministério da Agricultura, hegemônico pelo binômio SNA/CRB, a participação direta dessas entidades em reuniões e congressos da ABCAR reforça o argumento por nós defendido sobre a articulação estabelecida entre sociedade civil e sociedade política no sentido de entrelaçamento dos interesses patronais na definição/redefinições das políticas pública, em geral, e das de extensão rural no Brasil, em particular.

Na sessão solene de abertura do evento citado, o discurso de João Napoleão enfatizou o esforço conjunto para melhorar a aplicação do crédito rural destinado aos pequenos “agricultores”, facilitando sua aquisição e as exigências decorrentes dos bancos:

A própria organização de um grupo de especialistas e dirigentes de instituições nacionais interessadas na melhoria do sistema de crédito rural, que visitou o ano passado os Estados Unidos, sob patrocínio da ABCAR e da

Associação Latino-Americana de Direito Agrário e do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio, fez parte da Comissão nacional pró-Nações Unidas e da Associação Brasileira das Nações Unidas, do Instituto de Altos Estudos Históricos e Sociais, do conselho superior da SNA e do conselho consultivo da CNA. Além de Sócio da Sociedade Brasileira de Estatística e do Instituto Brasileiro de Estatística, foi sócio da Sociedade Brasileira de Agronomia, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), do Instituto Brasileiro de Colonização, da Sociedade de Estudos Brasileiros, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Sociedade Brasileira de Geografia (seção do Rio de Janeiro, então Distrito Federal) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi conferencista da Escola Superior de Guerra, diretor do Boletim Fluminense de Agricultura e Indústria e colaborador das publicações Revista do conselho nacional de Economia, A Lavoura e Observador Econômico. Faleceu em 21/7/1983. (ABREU, A. A. de e BELOCH, I. (coord.). Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro; Forense-Universitária; FGV/CPDOC- FINEP, 1984, pp. 1786-1788, V.II.)

²¹ Gaúcho, filho de Idelfonso Simões Lopes que foi Ministro da Agricultura (1919-1922) e presidente da SNA (1926-1931), pecuarista e agroindustrial, agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura, ex-presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), presidente da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda, presidente da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ), presidente do conselho da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg), conselheiro da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, do Banco do Comércio Industrial do Estado de São Paulo, de 1972 a 1976, e da Associação Brasileira de Criadores (ABC), diretor da Companhia Moinho Fluminense, presidente do Banco de Investimento e Desenvolvimento Fiducial do Comércio e Indústria de 1966 a 1971 e membro da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. (Mendonça, S. R. de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro; UFRJ, 2010, p. 292.

²² Ver nota 1 do capítulo 1.

²³ Infelizmente, não foi possível saber a trajetória dos americanos citados somente seus cargos no período delimitado.

Administração de Cooperação Internacional (ICA), é também uma demonstração do desejo de conhecer novos processos de assistência financeira às atividades agropecuárias, particularmente visando a encontrar soluções que de fato correspondam às necessidades do desenvolvimento econômico-social das nossas comunidades rurais. (Idem, p. 13).

Nota-se aqui que o termo utilizado foi “crédito rural”, ou seja, o encontro estava legitimando outras formas de crédito possíveis, além do CRS. Foram estabelecidos quatro Grupos de Trabalho destinados ao estudo dos temas: 1) Novas diretrizes; 2) Articulação com entidades financiadoras e processamento dos empréstimos; 3) Fontes de financiamento; 4) Aplicação dos métodos de Extensão. (Idem)

Contudo, contrariando a diretriz firmada em 1957, as discussões dessa reunião de especialistas em crédito rural abrangeram quatro principais modalidades de crédito rural passíveis de serem praticadas em consonância com o extensionismo da ABCAR: a) Crédito Rural Supervisionado; b) Crédito Rural Orientado; c) Crédito Rural Cooperativo e, finalmente, d) Crédito Rural Corrente. Dentre esses, os principais seriam o Crédito Supervisionado e o Orientado. A principal diferença entre a modalidade “Supervisionado” e a modalidade “Orientado” encontrava-se no objetivo de sua aplicação. O primeiro direcionava-se às famílias rurais, enfatizando sua aplicação na elevação de seu nível de vida – com a melhoria das casas, construção de fossas, etc. - e aumentando a produção. Já no crédito Orientado, a ênfase restringia-se apenas à melhoria dos níveis de produção/productividade. Nesse sentido, o crédito seria direcionado para as modalidades de produtos de cada região atendida e não para as famílias beneficiadas. (Idem, p. 41) Aqui já é possível entender um alargamento dos “públicos alvos”, preparando o terreno para a nova fase do extensionismo, denominada por Rodrigues de “*difusionismo produtivista*”.

Ademais, as outras modalidades – Crédito Rural Corrente e Crédito Cooperativo – seriam indicadas para o público não contemplado com as anteriores. Com efeito, os médios e grandes agricultores também passaram a beneficiar-se dos serviços da extensão rural através do fornecimento do Crédito Corrente, enquanto os agricultores não proprietários somente seriam contemplados com Crédito Cooperativo, desde que se associassem a cooperativas mistas ou se reunissem em cooperativas. Portanto, o extensionista representaria, ao mesmo tempo, os papéis de “[...] *professor dos agricultores em questão de produção e do lar, conselheiro de administração da empresa e de mercados, líder no desenvolvimento da comunidade e, ainda, agente de*

crédito rural.” (Idem, p. 36, grifos nossos), incluindo grandes e médios proprietários.

Sendo assim:

“os Serviços de Extensão poderão valer-se de qualquer modalidade de crédito rural que, uma vez obedecido certos princípios de interrelação, permita sua incorporação como meio de auxiliar da Extensão no desenvolvimento das atividades de orientação técnica”. (Idem, p.45)

Numa crítica contundente à questão do crédito rural, Mauro Marcio de Oliveira destaca a perda das características e objetivos originais, vigentes na criação da ABCAR:

A partir desta ocasião é avassalador o crescimento das operações de CRO. No ano seguinte, em 1961, ele já é aplicado também em Santa Catarina e Bahia. Em 1962, o governo do Estado de Minas Gerais assina com o BID para que a Caixa Econômica Estadual opere com o CRO (Além das modalidades de CRS, CRHabitacional, CRJuvenil). Em 1963, o número de contratos e o montante alocado através do CRO ultrapassam, pela primeira vez, os respectivos totais para o SRS (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1964:62). Em 1968, o CRS participa com apenas 4%, ficando CRO com 84% e a diferença com os créditos juvenil e habitacional (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1969^a:65) até que em 1971 a ABCAR já não mais menciona o CRS em seu relatório. (Oliveira, 1986, p. 74)

Ao longo dos anos 70, Cíntia Ticianeli ressalta que a Política de Crédito Rural foi alvo de diversas críticas, dentre elas o fato de ser responsável pelo endividamento público, uma vez que esse crédito praticava taxas de juros inferiores ou negativas se comparadas ao crédito mercantil. Isso conferia ao crédito rural um caráter muito mais de subsídio ao produtor para amenizar os custos elevados da produção agrícola. “*A Política de Crédito Rural, dessa forma, deixou de receber uma tentativa diferenciada e tornou-se um assunto secundário nos planos dos governos.*” (TICIANELI, 1996, p. 7).

Enfim, vemos que essas reuniões são exemplos do processo de ampliação e, sobretudo, redefinição das diretrizes da ABCAR, rumo a um claro viés produtivista e centralizador. Ribeiro e Olinger relatam que a diretoria da ABCAR, nesse período, solicitou ajuda da Organização dos Estados Americanos (OEA) para avaliar os quatro anos de suas atividades. Para tal tarefa foi designada uma equipe composta de diversos especialistas estadunidenses oriundos de organismos internacionais, como a FAO e a OEA, além de técnicos brasileiros da própria ABCAR. A “*Missão de Avaliação*”, como foi chamada, produziu um relatório com treze pontos principais de recomendações. De uma maneira geral os pontos descritos elogiam as ações da ABCAR e associadas, mas ressaltam o lento avanço de novas unidades nos estados brasileiros. (RIBEIRO, 2000, p.114-115)

A ABCAR elaborou um *Plano Diretor* que estabelecia uma orientação nacional para a elaboração dos planos de trabalhos das Associadas Regionais, privilegiando o

produtivismo e distorcendo o público-alvo definido no período anterior, com o claro fito de expandir seus serviços no interior do país, estabelecendo metas de crescimento significativas.

Assim, em 1959, havia doze (12) associadas estaduais da ABCAR nas principais regiões do país. Os planos de trabalho da agencia apenas prestavam apoio técnico e institucional às ações das filiadas, sem nada hierarquicamente definido. O *Plano Diretor do Quinquênio 1961-1965* alterou consideravelmente esse perfil. Ele foi produzido com o objetivo de reestruturar a ABCAR no sentido de atribuir-lhe efetiva abrangência nacional, estruturando o que denominavam de “Sistema ABCAR” ou Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER). (OLINGER, 1996, p. 54) Essa centralização indica uma das primeiras redefinições da proposta inicial do extensionismo estudada no primeiro capítulo, que propunha uma extensão rural descentralizada e levando em consideração as especificidades regionais.

Logo no início do referido Plano há uma ressalva importante, que descarta a possibilidade de o extensionismo vir a solucionar os problemas da vida rural, ao definir a questão agrária no Brasil como “complexa” e interpenetrada de diversos fatores:

Constitui a situação do meio rural brasileiro um complexo de problemas interdependentes. Em razão disso, os Serviços de Extensão, isoladamente, não se propõem dar solução a todos eles, mas a colaborar, para tanto, com as demais entidades que atuam no meio rural. Serão, portanto, enfatizadas neste estudo as questões que mais diretamente possam ser influenciadas pelos Serviços de Extensão, ou cujo conhecimento mais lhes interessa: a produção agropecuária, os recursos naturais renováveis, o rendimento do trabalho humano, a estrutura agrária, a organização da vida rural, os aspectos econômicos e financeiros da produção, a situação social, instituições e serviços que atuam no meio rural e os instrumentos de informação ora utilizados para alcançar a comunidade (ABCAR, 1960, p. 11)

Assim, o *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965* foi dividido em oito partes interrelacionadas:

- 1) Situação no Meio rural Brasileiro;
- 2) Os serviços de Extensão face aos problemas do meio rural;
- 3) Objetivos básicos a serem alcançados pelo Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural/Objetivos específicos a serem alcançados pelos serviços de Extensão nos Estados;
- 4) Expansão dos Serviços de Extensão nos Estados (1961-1965);
- 5) Orçamento 1961-1965;
- 6) Atividades de Coordenação a cargo da ABCAR;
- 7) Articulação com os programas de desenvolvimento rural;
- 8) O Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural (histórico do extensionismo de 1948 a 1959). (Idem, p. 1)

Da análise dos oito temas podemos resumir a construção do *Plano Diretor* em duas partes mais gerais: 1) pesquisa quantitativa sobre a situação do meio rural para

produzir uma espécie de “diagnóstico” sobre a agricultura no Brasil; 2) prazos e projetos de atividades a serem desenvolvidos pela ABCAR para solucionar os problemas anteriormente enumerados. Dessa forma, alguns pontos explorados pelo Plano foram negligenciados em relação a outros, supervalorizados.

Na seção que discorre sobre os problemas agrários, a situação precária dos agricultores em relação à habitação, saneamento básico, alimentação e saúde foram colocadas em destaque como as causas principais do “atraso” e da “má produção” da agricultura brasileira. Mais uma vez, o limitado rendimento do trabalhador rural foi relacionado ao baixo índice de mecanização vigente no campo. Além disso, o processo de industrialização também ocasionava o êxodo rural, reduzindo o número de produtores de alimentos e matérias primas, ao mesmo tempo em que aumentando a demanda de consumo nas cidades.

Contudo, as causas para esse panorama permaneciam desconhecidas quando a culpa recaía sobre o agricultor:

Parece, finalmente, que a alimentação do povo rural, deficiente qualitativamente e quantitativamente, é o resultado de um conjunto de fatores entre os quais cumpre destacar:

- 1) baixo poder aquisitivo que, em certas regiões, assume caráter de pauperismo;
- 2) **produção insuficiente;**
- 3) falta de facilidade para a armazenagem, em maior escala, dos alimentos produzidos, e de meios de comunicação para a circulação desse produtos;
- 4) **falta de conhecimento de:**
 - a) normas de alimentação racional;
 - b) relação entre alimentação e saúde;
 - c) processos de cocção que conservem o valor nutritivo de certos alimentos;
- 5) **preconceito alimentares e maus hábitos alimentares.** (Idem, p. 107-108, grifos nossos)

O Plano ainda destaca que, em relação à produção agropecuária brasileira, havia um claro descompasso entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, em especial São Paulo, configurando-se, em todas as estatísticas, como o “melhor” e mais desenvolvido estado brasileiro. Em contrapartida, a estrutura agrária era sumariamente esquecida, sendo analisada apenas quantitativamente, como um apêndice mal formulado.

No item sobre “*estrutura agrária no Brasil*”, depois de inúmeros dados revelando a extremada concentração de terras, sobretudo na região Nordeste, as conclusões apontadas são bem pouco conclusivas:

1. Embora os dados antes enumerados não estejam atualizados, é de esperar que as conclusões do Censo Geral de 1960 não indiquem mudança sensível da situação.

2. Os dados, de um modo geral, revelam que há grandes áreas com terras suscetíveis de exploração.
3. Em algumas áreas, principalmente no Nordeste e da região colonial do sul, há excessiva sub-divisão da propriedade, gerando o **minifúndio anti-econômico**.
4. Os estudos revelam predominância de **latifúndios improdutivos** nas áreas de menor densidade demográfica.
5. Há problemas legais relativos às relações entre proprietários de terras e parceiros ou arrendatários.
6. Há acentuada diversidade, relativamente às regiões fisiográfica, entre o número de proprietários, de um lado, e o de empregados e parceiros, de outro; além disso, é elevado o número de assalariados, em relação aos proprietários e parceiros. (Idem, p. 73 e 74)

Elas apenas apontam avaliações que privilegiam a expansão da fronteira agrícola (item 2), a existência de “minifúndios” ditos “antieconômicos” (item 3), o predomínio do “latifúndio” (item 4), destacando somente como problema aqueles adjetivados como “improdutivos” e o conflito entre as modalidades de relações de trabalho no campo, algumas já capitalizadas - como os assalariados rurais – e outras ainda não capitalistas ou “semi-capitalizadas”, como no caso dos pequenos proprietários.

2.4 – Resultados do Plano Diretor

A vitória de Jânio Quadros nas eleições de 1960 consagrou o êxito parcial²⁴ da UDN sobre a dobradinha PDS-PTB que havia amparado, até então, todos os pleitos presidenciais (DREIFUSS, op. cit., p. 126). Contudo, seu curto período de gestão foi intensamente favorável ao extensionismo rural, como já vimos. Com o novo *status* de “entidade de utilidade pública”, a ABCAR fora eximida de pagar certos encargos tributários, diminuindo em 20% suas despesas (OLINGER, op. cit. p. 64). No mesmo mês de junho, o Decreto n. 50.632 reconheceu a:

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito Supervisionado no País, e as Associações Estaduais, a ela filiadas, são reconhecidas como órgãos de cooperação com o Governo Federal, para o que manterão estreito entrosamento com os programas oficiais de crédito, fomento e assistência ao meio rural, objetivando imprimir unidade de ação às atividades comuns. (Decreto n° 50.632, art. 1º)

Dessa forma, o governo federal assegurava recursos para seus serviços, disciplinando seu repasse. Jânio Quadros, apesar de apresentar propostas de viés “esquerdistas” em relação à política externa (Idem), no tocante à questão agrária

²⁴ Digo êxito parcial, pois: “A máquina da UDN conseguiu uma ‘vitória de Pirro’ sobre as forças do PSD nas eleições de 1960, não tanto em decorrência do desgaste natural do partido no governo anterior ou pela ação dos grupos econômicos dominantes, como pela fascinação popular pela impressionante demagogia janista.” (DREIFUSS, op. cit., p. 126).

alinha-se às frações da classe dominante agroindustriais defensoras da racionalização produtiva e do aprofundamento da inserção da produção agrícola na economia de mercado.

A criação da Comissão da Reforma Agrária revela a preocupação existente para com a problemática, bem como a expansão dos direitos até então restritos aos trabalhadores urbanos também para os trabalhadores rurais. Contudo, a renúncia de Quadros em agosto de 1961 impede-nos de analisar mais profundamente o impacto de seu governo junto à extensão. Aspásia Camargo afirma que havia um “impasse” em torno do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Agrária no Congresso, do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra criado pelo próprio Quadros, as pressões contrárias a qualquer emenda constitucional de parte das agremiações da sociedade civil, sobretudo a CRB, gerando um cenário de extrema tensão em torno da questão agrária no Brasil (CAMARGO, 1986, p. 177-179). O fato é que a renúncia de Quadros interrompeu uma certa continuidade da política de extensão rural tal como se desenhava, bem como a permanência da União Democrática Nacional (UDN) no poder, ainda que de modo efêmero.

Portanto, João Paulo Ribeiro ao relembrar o *Plano Diretor* faz a ressalva de que, na prática, ele somente teve início em 1962, devido a problemas de repasse de recursos. O Conselho de Ministros, em setembro de 1961 - já na gestão Goulart sob regime parlamentar - incluiu o Sistema ABCAR dentre os instrumentos da política agropecuária de seu programa de governo. Essa decisão foi aprovada pelo Congresso Nacional com o apoio, sobretudo, ao *Plano Diretor Quinquênio 1961-1965*. (LOPES, s.d., p. 3) Nesse caso, o Plano teria ido adiante devido a acordo firmado com a Aliança para o Progresso:

Em dezembro de 1961 a ABCAR solicitou assistência técnica e recursos financeiros da Missão USAID, para dar início e continuidade ao Plano Diretor Quinquenal. Após algum tempo, um convênio da Aliança para o Progresso foi assinado entre o Ministério da Agricultura, a ABCAR e a Missão USAID, em 12 de março de 1962, que proporcionou à ABCAR 275 milhões de cruzeiros do Ministério da Agricultura e 750 milhões da Missão originários dos fundos da PL480. Este era o fundo denominado “Production Law-480” do governo americano, que pagava aos produtores daquele país para que diminuíssem parte da área do plantio, a fim de evitar superprodução e aumento de estoques de grãos. (RIBEIRO, op. cit., p. 116)

O resultado desse acordo só foi concluído em 1963 estendendo o Plano Diretor para 1963-1968.

2.5 – Nova dinâmica da ABCAR: “ajudar a produzir” (1961-1966)

No tocante à diretriz das ações da ABCAR nesse segundo momento, é necessário analisar as duas “pontas” da extensão: o extensionista e o pequeno proprietário. Estes possuíam uma relação hierárquica, na qual o extensionista representava o “progresso e a civilização”, ao passo que o agricultor era o elemento “atrasado e da barbárie”.

De 1960 a 1966, a organização da ABCAR foi progressivamente re-centralizada a partir do citado *Plano Diretor*, cabendo às associações estaduais desenvolver atividades extensionistas. Por sua vez, cada associação estadual possuía escritórios nos municípios, enraizando-se pelo interior do Brasil. Cada escritório contava, normalmente, com uma equipe de extensionistas: um homem com formação em agronomia ou veterinária e uma mulher, professora ou economista doméstica. A atividade do extensionista, portanto, consistia em proposições intervencionistas ditas educativas, com duas abordagens: visitas individuais nas propriedades dos assistidos ou palestras e demonstrações coletivas.

Já a chamada “abordagem de massa” tinha maior alcance nas comunidades rurais, abrangendo amplos setores da população. Os programas de rádio eram seu principal veículo de comunicação e se tornaram muito populares dentre as atividades da ABCAR abrangendo o público-alvo para todos os pequenos produtores:

Mais de 60% da população rural é atingida por métodos de comunicação de massas, entre eles destacam-se:

1. Cinema
2. Rádio
3. Jornal
4. Exposições
5. Folhetos
6. Cartazes, etc. (ABCAR, 1960, p. 11)

Vemos também que o trabalho do extensionista implicava num contato direto com as populações rurais e, portanto, sua necessidade de estabelecer-se no local para conviver com as famílias era um dos problemas enfrentados para sua permanência na região. Por isso, nas cartilhas de treinamento e demais fontes que tratam da capacitação do extensionista, o apelo ao sentimento e ao significado subjetivo e patriótico de seu trabalho é constantemente evocado:

EXTENSIONISTA é toda a pessoa que coopera direta ou indiretamente, para o bem-estar do homem do campo, através dos princípios filosóficos da EXTENSÃO RURAL, independente de qualificação hierárquica, face aos aspectos essencialmente educativos e democráticos deste Programa.

Conseqüentemente, este modesto e despretensioso trabalho nada mais é do que a resultante da soma de esforços dos Agentes de Extensão e dos líderes rurais, com a participação ativa do povo, enfim de todos aqueles que têm os

olhos voltados para o progresso da agricultura e o coração dirigido para a prosperidade do Brasil (ASCAR, 1959p. 1)

O Ministério da Agricultura e a ABCAR publicaram diversos trabalhos de especialistas norte-americanos que, no decorrer da década de 1960, orientaram as atividades de extensão. No trabalho de Willy Johanan Timmer – norte-americano e especialista em extensão rural da FAO, em missão para o Ministério da Agricultura – é possível perceber a construção social do extensionista como o intermediário entre a “política agrária” e o “povo rural” (TIMMER, 1954, p. 47). Nesse sentido, o extensionista praticaria uma violência simbólica contra os chamados “agricultores”, uma vez que a ideologia extensionista contribuiu para a desmobilização desses tidos como agricultores enquanto classe dominada²⁵:

Será então tarefa do agrônomo extensionista atuar como conselheiro das populações rurais esclarecendo-as e instruindo-as da finalidade dessas medidas. O agricultor deve saber por que a autoridade julga necessário impor semelhante providências, ao que aliás êle faz jus como membro da comunidade. Se bem compreender o objetivo dessas medidas, é de supor que as observe melhor. (Idem)

Nesse caso, a representação conferida a esse “agricultor” era sempre passiva, atrasada e conservadora, pressupondo-o sempre como o culpado por sua condição de mazela e improdutividade. Logo, a “missão do extensionista” seria “civilizar”, pois somente ele portava uma visão racional e consciente da chamada “empresa rural”, já que o agricultor não possuía tais condições.

Essa premissa norteou o trabalho dos extensionistas, que se baseavam nessa percepção desqualificada do agricultor para elaborar suas atividades. O projeto de “líderes rurais”, por exemplo, tinha como objetivo eleger alguns membros destacados da comunidade como modelos a serem por esta seguida, ajudando na comunicação entre os extensionistas e as famílias rurais. Em outras palavras “um intermediário do intermediário”, compondo a equação: agente da extensão - líderes rurais - famílias rurais. (BECHARA, 1954, p.248) “*O conceito de líder voluntário em Extensão: O líder voluntário é aquele que aceita o programa de extensão sem aceitar remuneração alguma.*” (ABCAR, 1962, p. 45)

²⁵ Bourdieu ressalta que os sistemas simbólicos são instrumentos para a construção do *consensus* e podem exercer a função política de legitimação de interesses particulares sobre a vontade coletiva, em outras palavras na dominação, não pela força bruta, mas exercida pela violência simbólica: É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Mesmo reconhecendo a participação direta da por eles chamada comunidade como vital para o serviço de extensão, o agricultor era tido, pelo extensionista, como um Jeca. O atraso, a conservação de tradições e superstições eram características atribuídas ao “agricultor pobre”, alvo necessitado – embora não o soubesse – do auxílio a ele exterior. O plano de trabalho da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), unidade estadual da ABCAR de 1959-1960 ilustra bem a visão agricultor cultivada pela extensão rural sobre o “agricultor”:

As comunidades rurais, assim consideradas - povoados, vilas e grupos de vizinhança – vivem numa atmosfera de lentidão e desinteresse quanto aos processos de viver e progredir. Necessitam, portanto, ser dinamizadas no sentido de que adotem novas técnicas de trabalho, influenciem na modificação das condições de saúde e alimentação, integrando-se no desejo permanente de progresso cultural e de elevação dos seus níveis de vida. (ASCAR, 1959, p. 7)

Havia também diversas ressalvas nessa documentação sobre uma possível resistência à introdução das novas práticas, pois o agricultor teria um pensamento conservador, tradicionalista, sendo, portanto, desconfiado das intenções dos extensionista: *“Distanciados dos centros mais civilizados, é perfeitamente compreensível que o nosso agricultor não tenha noção exata dos seus próprios problemas e tirocínio bastante para saber onde e como buscar o auxílio de que necessita.”* (Idem, p. 21).

No *Guia do Extensionista* produzido pela FAO, pela ANDA e pela ABCAR visando elaborar um plano de trabalho destinado ao estímulo à difusão do uso de fertilizantes, vemos um quadro com as respectivas funções do extensionista e do agricultor:

EXTENSIONISTA	AGRICULTOR
a) Oferece o fertilizante	a) Prepara o terreno
b) Mede as parcelas	b) Providencia as estacas e aplica a iniciativa
c) Toma amostra do solo	c) Ajuda a tirar amostras do solo
d) Pesa o fertilizante por parcela	d) Ajuda a distribuir as parcelas
e) Ensina a maneira de aplicar o fertilizante calcário e supervisiona a aplicação	e) Aplica o fertilizante e o calcário, com a ajuda do extensionista
f) Identifica e ensina a combater as pragas e doenças	f) Prática de cultivo para controlar as ervas daninhas e colabora no combate as pragas e doenças
g) Toma amostras no momento da colheita	g) Ajuda a tomar as amostras
h) Calcula com o agricultor o benefício econômico	h) Ajuda a debulhar e pesar
	i) Chama a atenção dos outros agricultores para as reações favoráveis

Fonte: (ABCAR/ANDA/FAO, s.d., p. 3)

O agricultor é notadamente um apêndice do extensionista, não há relação de igualdade, mas sim de saber/poder entre eles. Logo, o receptor – o agricultor – passivamente “ajuda”, “prepara” ao passo que as atividades ditas ativas ficam a cargo do extensionista, pois ele “oferece”, “mede”, “toma”, “calcula” etc.

De igual forma, a estratégia de utilização de líderes rurais seria aprofundada nesse período. Num *workshop* de líderes rurais em 1962, organizado pela ABCAR com colaboração do Programa Interamericano para a Juventude Rural (PIJR), USAID e Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) reuniram-se especialistas e líderes rurais do Brasil juntamente com líderes rurais da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. A ação do líder rural era voltada eminentemente para uma espécie de modelo entre a comunidade rural, na qual o extensionista ampliaria sua abrangência junto à população rural:

Importância da utilização de líderes em extensão

1. o uso de líderes ajuda o agente a ampliar seus serviços educativos
2. a população rural aceitará mais rapidamente as práticas novas quando observa que seus líderes já as adotaram
3. com “trabalho através de líderes” os agentes dispõem de um novo meio para estabelecer contato com os indivíduos e, conseqüentemente, com suas necessidades.
4. quando há substituição ou transferência de agentes, a interrupção do programa que o fato acarreta é menos se se faz uso efetivo dos líderes.
5. o uso de líderes contribui para o cumprimento do princípio de Extensão que estabelece “interessar os indivíduos no processo de ajudar-se a si mesmos”.(ABCAR, 1962, p. 47)

Além disso, os extensionistas deveriam saber “descobrir” líderes, a partir, por exemplo de perguntas “sociométricas” realizadas na comunidade onde precisa-se de um líder:

Perguntas sociométricas:

- 1) Se você tivesse que sair com sua família, por uns dias, quem deixaria encarregado de seus assuntos?
- 2) Quem convida você para batizados, festas de Natal e casamentos?
- 3) Caso falecesse alguém de sua família quais seriam os primeiros aos quais você avisaria para que viessem ao velório?
- 4) A que famílias você solicitaria empréstimos se tivesse necessidade?
- 5) Que família visita você mais frequentemente?
- 6) Se você adoecesse, quais são os primeiros amigos ou familiares que vêm vê-lo? (ABCAR, 1962, p. 28)

Dessa forma, as cartilhas dos extensionistas reproduzem um discurso ideológico transmitindo a culpa de resultados poucos satisfatórios, sobretudo para a escassa mobilização das lideranças rurais. Portanto, a lentidão do extensionismo, no Brasil, era atribuída à falta de “líderes rurais esclarecidos”, que não desempenharam seu papel de vanguarda e interlocução entre o extensionista e a comunidade rural da qual ele supostamente seria representante.

Não se encontram no meio rural, senão em escala reduzida, líderes em situação de transmitir, a grupos de interesses especializados, ensinamentos técnicos que possam contribuir para a melhoria da exploração agropecuária. Em virtude da escassez deste tipo de líder observa-se a seguinte situação: 1) O número de agricultores diretamente atingidos em uma área é limitado; 2) Os Agentes de Extensão [extensionistas] ressentem-se da participação mais ativa de elementos locais em posição de liderança; 3) Muitos problemas importantes que afetam os grupos deixam de ser equacionados e resolvidos. (ABCAR, *op. cit.*, p. 75)

Vemos ainda que o papel do Extensionista não se limitava ao ensino de técnicas para a família rural. Ele era também o agente do crédito, aquele que elegia quem da comunidade teria condições de recebê-lo. O “candidato” passaria por três fases: seleção, planejamento e supervisão. Na primeira, o agricultor seria analisado por um “conselho consultivo local” formado por líderes da comunidade e extensionistas. Em seguida, estabelecia-se um “projeto” elaborado pelo extensionista que direcionava a aplicação dos recursos a serem emprestados pelo banco. Na última fase, o processo de empréstimo seria supervisionado pelo extensionista, cabendo-lhe dizer se o financiamento estava sendo corretamente empregado de acordo com o projeto. (SIA, 1960, p. 75-77)

A eficácia do extensionismo pode ser verificada a partir desse trecho:

Várias evidências podem provar que uma demonstração sobre adubação química [por exemplo,] foi bem sucedida. A melhor delas seria, contudo a adoção de práticas por todos os que acompanharam. Há, porém, evidências que podem levar a acreditar, com bastante segurança, que a adoção ocorrerá: o entusiasmo do povo, o aumento da venda de adubo químico na região dos que estiveram presentes à demonstração, o interesse de vizinhos que não a assistiram em solicitar aos extensionistas informações detalhas sobre o assunto etc. O trabalho da Extensão Rural levará o povo naturalmente, a uma série de mudanças. É necessário, todavia, que elas ocorram na direção certa, prevista pelo Programa. (ABCAR, 1962, p.31)

Nesse sentido, outra estratégia de ação claramente percebida a partir da análise das fontes foi a aproximação com a juventude rural que, supostamente, estaria mais aberta às mudanças, facilitando a penetração dos discursos e práticas do extensionista junto a este público. O alcance do jovem também seria importante, pois, instruindo-o, supunha-se estar evitando o êxodo rural que atingia cada vez mais as novas gerações no campo.

Dessa forma, a ABCAR também mantinha projetos para a juventude rural. Inspirado nos Clubes 4-H (Head [cabeça], Heart [coração], Health [saúde], Hands [mãos]) de juventude rural nos EUA e em outros países latino-americanos, a ABCAR promoveu a criação de Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde) – que tinham como símbolo um trevo de quatro folhas, com um “S” desenhado em cada uma delas – criados como espaços de lazer e educação complementar (Anexo VII)

2.6 – Para além do extensionismo: mobilizações e conflitos no campo

A chamada “restauração democrática” (SOUZA, op. cit., p. 64) que marcou o período estudado estimularia a organização de diversos movimentos sociais tanto na área urbana, quanto na rural. Dentre as mobilizações no campo as mais expressivas foram as Ligas Camponesas, cuja trajetória é bastante complexa e atravessada por inúmeros conflitos e processos. Não é nossa intenção fazer aqui uma análise profunda das Ligas Camponesas nem de outros movimentos sociais rurais que eclodiram nos anos 50. Proponho, modestamente, apontar para a existência de lutas de classe no campo para ressaltar os conflitos de terra latentes nesse período, solenemente ignorados pela ABCAR. Essa perspectiva é importante para não cairmos na crítica de estabelecermos uma harmoniosa trajetória da extensão rural no Brasil sem, pelo menos, indicarmos que esse processo não foi harmônico, mas permeado de conflitos.

A sindicalização rural era praticamente impossível, mesmo após a “redemocratização” em 1946.

Até 1963, no Brasil, existia *de jure*, uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários. (MORAIS, 2006, p. 22)

As Ligas Camponesas surgiram diante de transformações na relação de trabalho tradicionais no campo, sobretudo no Nordeste. As lutas que estouraram a partir da década de 50 mobilizaram o desenvolvimento da organização dos camponeses. Leonilde Medeiros argumenta que o conflito que primeiramente chegou a público, nesse período, foi o do engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE). (MEDEIROS, 1989, p. 46).

Os trabalhadores rurais para se organizarem legalmente surgiram como associações da sociedade civil sendo reconhecidas devido a “brechas” existentes no Código do Consumidor (MORAIS, op. cit., p. 34). Dessa forma, inúmeras associações surgiram aglutinando, sobretudo, posseiros e arrendatários de terra – categorias que tinham como melhor organizar-se do que os assalariados rurais.

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários (MEDEIROS, op. cit., p. 48).

A resposta dos latifundiários a tais organizações baseou-se em extrema coerção. Violentos confrontos entre agricultores e “jagunços” contratados por grandes

proprietários faziam parte dos conflitos agrários quase sempre sufocados. A revolta dos posseiros em 1957, no Sudoeste do Paraná, foi um caso atípico de resposta à expropriação de terras realizadas por companhias estrangeiras apoiadas pelo governador do Paraná, que resultou na sua expulsão violenta por parte dos posseiros da região e na posterior distribuição de terras, no governo Jânio Quadros (PEGORARO, 2008).

A questão da Reforma Agrária no país era tema principal da agenda política, sendo alvo de intensos debates no início da década de 60. Um expressivo acontecimento que marcou esse período foi a realização, em 1961, do *I Congresso Unitário de Camponeses do Brasil*, na cidade de Belo Horizonte. Dele participaram membros da Igreja Católica, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e demais organizações sociais formadas no campo. Nesse período havia também intensos conflitos no Nordeste, luta armada de camponeses no Rio de Janeiro, por exemplo, e a expansão das Ligas Camponesas (Idem, p. 19). No Congresso produziu-se a primeira proposta de Reforma Agrária unitária dos movimentos camponeses:

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o estadunidense, que nele se apóia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrogradas e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno. (*Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas*, apud. STEDILE (org.), 2005, p. 74)

Simultaneamente, as entidades patronais uniram-se para defender a “propriedade da terra” em detrimento a qualquer mudança, mesmo que de cunho meramente reformista, ocasionando intensos debates tanto no âmbito da sociedade civil – publicação de matérias em jornais e revista das entidades patronais como CRB, SRB e SNA – quanto no âmbito da sociedade política – debates parlamentares e instituições de reforma e desenvolvimento agrário.

A situação não seria diversa na conjuntura inaugurada pelo golpe de 1964, ainda que ambas as associações, ao defenderem sua(s) proposta(s) de reforma agrária, guardassem pontos de acordo muito mais evidentes do que os de desacordo, sobretudo levantando-se em conta a intransigente defesa, por parte de ambas as entidades [SNA e SRB], do “sagrado direito à propriedade” (MENDONÇA, 2010a, p. 33)

Isso reforça a discussão de Mendonça sobre o forte caráter político da reforma agrária que encobria a verdadeira discussão: aquela sobre a **questão agrária** no Brasil.

Ora, a questão central que nenhum dos lados [defensores e críticos da reforma agrária] em debate esclarece suficientemente é que, para focalizá-la adequadamente, é necessário ver a “reforma agrária” – em sua acepção distributiva de terras – como fruto de uma decisão política do Estado para tentar solucionar algo bem mais amplo, a “questão agrária” – que obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte, ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo. (Idem, p. 77)

Assim, como afirma José de Souza Martins: *“o país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.”* (MARTINS, 2010, p. 10). Isso se torna latente ao constatarmos que o cerceamento do acesso à terra pelos trabalhadores rurais era uma espécie de “doutrina” da classe dominante agroindustrial que tinha na defesa do “sagrado princípio” da propriedade privada seu ponto mais comum e unificador da consciência de classe.

Nesse sentido, o extensionismo rural promovido pela ABCAR estaria intimamente ligado a “questão agrária” apresentando-se como uma “alternativa”, ou melhor, um “instrumento” para promover o desenvolvimento produtivo sem alteração da estrutura fundiária historicamente baseada no latifúndio. Mesmo reconhecendo a estrutura fundiária desigual, como vimos no Plano Diretor, não houve nenhum estímulo para a distribuição de terras, nem para sua aquisição através do crédito rural supervisionado exclusivamente destinado à aquisição de insumos e maquinaria. O discurso veiculado pela extensão rural e seus agentes, portanto, reforçava o projeto das agremiações patronais, estimulando o desenvolvimento capitalista no campo via aumento de tecnologia para maximizar a produtividade rural.

2.7 – Crise política atinge a ABCAR (1961-1964)

Como vimos anteriormente, a curta administração de Jânio Quadro não nos permite um aprofundamento maior sobre qual seriam as diretrizes possíveis em sua gestão para o extensionismo. Com a renúncia do presidente em agosto de 1961 – numa espécie de tentativa efêmera de alcançar um retorno extasiante, fato que não ocorreu – deu-se uma crise sucessória devido à posse de João Goulart à presidência que estava, em missão diplomática na China. O impasse só foi resolvido com a instauração do regime parlamentarista que permitiu Goulart assumir o cargo, esvaziando-o dos poderes executivos. Os acontecimentos que se seguiram posteriormente trouxeram a baila o esgarçamento das alianças políticas partidárias anteriormente estabelecidas e também a configuração da emergência de novos setores empresariais de constituir-se nos

aparelhos de Estado, dominados pelas oligarquias agrárias até então (DREIFUSS, op. cit., p. 129-130).

Se num primeiro momento a AIA e o ETA participaram da implantação do extensionismo, durante o início dos anos 60 a conjuntura política fortemente marcada pelo nacionalismo veria com maus olhos a participação direta de norte-americanos junto a projetos do Estado restrito no Brasil. Os movimentos sociais no campo eram latentes e de proporções ainda não vislumbradas.

Maria Sibeles Portilho ressalta que a insatisfação, nesse momento, com a presença norte-americana obrigou o afastamento de todos os diretores estadunidenses presentes nas associadas estaduais, assim como na administração da ABCAR (Portilho, 1998, p. 54). O já referido *Plano Diretor Quinquênio, 1961-1965*, foi elaborado somente por brasileiros.

Notadamente, a presença norte-americana nas atividades da ABCAR era constante, sobretudo através do ETA e da AIA. Portanto, esta agência não subsistiria sem os financiamentos oriundos dos EUA e do governo Kennedy (1960-1963) que encontrava no Brasil forte aliado na América Latina. Uma nova agência, criada por Kennedy, manteria a estratégia de ajuda aos países latinos, sobretudo no âmbito da cooperação técnica: a *United State Agency for International Development (USAID)*, através da *Aliança para o Progresso*. Ambas forneceram grandes empréstimos diretamente à ABCAR e, indiretamente, ao Ministério da Agricultura que, por sua vez, os repassava para os Bancos estaduais incumbidos do crédito rural. (RIBEIRO, 2000, p. 116)

Com a chegada de João Goulart à presidência em 1961, mesmo que sob o regime parlamentarista, houve um estremecimento dessa correlação de forças política, sobretudo no tocante aos interesses do patronato que, de certa maneira, foram resguardados pelo governo de Kubitschek e, inicialmente, intensificados no governo Jânio Quadros.

Enquanto Jânio Quadros propositalmente reserva para si, e para seu estilo personalista e carismático, amplas áreas de intermediação que lhe garantem uma ilusória autonomia diante das forças em irreduzível confronto, João Goulart, em sentido inverso, é alçado ao poder no bojo de um rígido sistema de alianças, de pretensões hegemônicas [...] (CAMARGO, 1986, p. 188)

Camargo ressalta ainda que as estratégias do governo Goulart direcionaram-se no sentido de institucionalizar as Reformas de Base, principalmente a Reforma Agrária. A criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), em 1962, foi uma

tentativa de deslocar o poder da CRB no Estado restrito, deslocando o Serviço Social Rural (SSR) – hegemônico pela CRB, como vimos no capítulo I – para o controle da SUPRA que, por sua vez, ligava-se diretamente ao Presidente da República (CAMARGO, 1986, p. 204). A oposição das associações rurais era eminente e conferiu grande instabilidade a uma configuração política totalmente diferente daquela vigente sob o governo Kubitschek. Devemos sempre lembrar que a CRB era oriunda da SNA e mantinha fortes laços de interesses e demandas sociais (RAMOS, p. tal).

Cabe também destacar que a crise política que se seguiu ao governo Goulart teve como um de seus estopins a questão da Reforma Agrária. A bibliografia sobre o tema é vastíssima, mas nenhuma obra é tão importante quanto a de René Dreifuss *1964: a Conquista do Estado*. O autor aprofunda a análise do golpe civil-militar de 1964, tomando como premissas teóricas e metodológicas o conceito de Estado ampliado de Gramsci. Assim, o autor ressalta a relação entre a articulação da sociedade civil, organizando-se em aparelhos privados de hegemonia, formando o que ele chamou de “complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, 1981, p. 161). Os intelectuais orgânicos da burguesia – industrial sobretudo – consolidaram sua estratégia política “homogeneizando” seu discurso e articulando-se para tomar o poder, ou o que ele chamou de “assalto ao Estado”.

O autor enfatiza também que o IPES encontrava dificuldade em alinhar-se com o setor rural: “*O problema era que as associações rurais englobavam tanto a oligarquia tradicional, ainda poderosa, quanto a burguesia rural, mais moderna, bem como as crescentes agroindústrias multinacionais e associadas*” (Idem, p. 180). Para solucionar tantos interesses, o IPES agiu em “tom conciliatório” em favor da modernização da agricultura, racionalizando o uso da terra. Com isso, o IPES conseguiu forte apoio de associações patronais rurais e de instituições do próprio Estado. No rol das personalidades que compunham os quadros do IPES elaborado por Dreifuss, encontramos o já citado José Irineu Cabral, diretor da ABCAR. Isso reforça a hipótese da relação mantida por Cabral com a direita radical, configurada no IPES, bem como sua vinculação com os setores mais conservadores da CRB (Idem, p. 181-182).

Contudo, o governo Goulart não garantia a estabilidade política desejada pelas entidades patronais e pelo governo norte-americano. O debate sobre a reforma agrária era um dos pontos centrais discutidos na política brasileira, além de adquirir cada vez maior espaço e voz nos movimentos sociais rurais em 1963, evidenciando uma provável ruptura das alianças patronais agrárias.

A SNA e a SRB, apesar de discordarem de alguns pontos da Reforma Agrária, combatiam qualquer atitude que ameaçasse a estrutura fundiária, levantando a bandeira do “sagrado direito à propriedade” (MENDONÇA, 2010, p. 33) O presidente João Goulart, em março de 1964, não conseguiu manter-se no cargo e foi deposto por um golpe civil-militar.

2.8 – Ditadura civil-militar, extensão rural e Estatuto da Terra:

Mesmo com o golpe civil-militar de 1964, a reforma agrária continuaria na agenda política do país. O governo do Marechal Castelo Branco assumiu a bandeira da Reforma Agrária, criando o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra²⁶ (Gret) que iniciou os estudos para a criação do Estatuto da Terra, visando realizar um dado projeto de reforma agrária nos seus próprios moldes. Regina Bruno adverte que, diante dessa medida, o segmento dos grandes proprietários ficou extremamente desconfortável face aos riscos de desapropriação de terras²⁷ (BRUNO, 1995, p.11).

Surpresos com a força da reação à reforma agrária do governo revolucionário, os intelectuais do Gret perceberam logo de início que, embora a “revolução” houvesse garantido o fim da radicalização, isso não era suficiente, nem bastava simplesmente ater-se aos princípios gerais de uma reforma agrária “democrática e cristã”. Havia a necessidade de formular uma lei objetiva e restrita o máximo possível em seus termos, que satisfizesse, sobretudo, à distribuição racional da terra. (Idem, p. 18).

A gestão de Castelo Branco foi marcada por inúmeras características legalistas. Assim, Bruno denomina esse período de governo provisório ou em transição (Idem). De fato, a vitória de uma ditadura civil-militar eminentemente autoritária e centralizadora, suprimiu todos os movimentos sociais contrários ao regime, privilegiando os segmentos que apoiaram o golpe.

Aqui, é importante voltarmos a sinalizar a disputa intra-classe dominante agroindustrial que envolvia a SNA e a SRB. Não é demais ressaltar também que, tal como visto nos capítulos anteriores, a CRB, que após o Estatuto da Terra se tornara CNA, era uma espécie de “braço” sindical da Sociedade Nacional de Agricultura. A CRB (futura CNA) possuía fortes vínculos com a ABCAR (Anexo 1). Além disso, a

²⁶ O Gret contava com a participação dos ministros do Planejamento e da Agricultura, Roberto de O. Campos e Hugo de A. Leme; representantes do Ministério do Planejamento: Paulo de Assis Ribeiro (coordenador do Gret), José A. T. Drumont Gonçalves, C. J. Assis Ribeiro, Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, Júlio César B. Viana, Frederico Maragliano e Eudes de Souza Leão Pinto; representantes da Supra e membro da CNA: Dr. José Gomes da Silva (interventor da Supra), Fernando Soderro, Messias Junqueira e Carlos Lorena. Além de José Garrido Torres do BNDE e Copérnico de Arruda Cordeiro do Ministério da Agricultura. (PAR, 1964p:1 *apud* BRUNO, op. cit., p. 14).

²⁷ As frações da classe dominante agroindustriais estavam satisfeitas com o golpe de 1964. Porém, a bandeira da Reforma Agrária ainda não tinha sido totalmente suprimida.

SNA manteve relativa hegemonia junto ao Ministro da Agricultura nos anos 50, apesar das diferentes conjunturas políticas nesse período democrático (MENDONÇA, 2010 b, p. 48). Contudo, no regime militar, tal configuração política foi paulatinamente abalada.

A SRB apoiou intensamente o golpe e teve sua recompensa no pós-64, com a nomeação de um de seus dirigentes, Oscar Thompson Filho, como Ministro da Agricultura do governo Castelo Branco (MENDONÇA, 2010, p. 40). De acordo com o quadro VI, em anexo, é possível perceber que o único Ministro da Agricultura vinculado à SRB, anteriormente A 1964, fora Renato Costa Lima, presidente da instituição no período parlamentarista, tendo a frente o primeiro ministro Tancredo Neves, ligado às frações da classe dominante agrária de caráter conservador²⁸. Dos quatro ministros que se seguiram a Oscar Thompson Filho, dois – Hugo de Almeida Leme e Severo Fagundes Gomes – tinham igualmente ligações diretas com a SRB (ver anexo 6)²⁹. Somente em 1969, em uma nova reconfiguração do bloco no poder, o Ministério voltou a ser controlado por um intelectual orgânico diretamente ligado à SNA.

Contudo, a discussão do Estatuto da Terra trouxe novamente a movimentação dos ânimos no interior das entidades patronais, sobretudo na SRB, totalmente contrária às diretrizes traçadas pelo Estatuto da Terra:

- “Precisamos começar a conspirar de novo”, vociferou o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Sálvio Pacheco de Almeida Prado.
- “Esse IBRA” (o Instituto de Reforma Agrária, o órgão proposto para executar a reforma) “é um filho da SUPRA”, disse o irado Carlos Lacerda, um dos três governantes que, na área civil, tiveram maior participação na derrubada de Jango. (SILVA, 1966, apud, IPEA, p. 159)

A estratégia dos representantes dos grandes proprietários/empresários rurais foi minar o projeto do Estatuto da Terra de dentro para fora. Assim, diversas modificações no projeto original foram operadas no Congresso, levando à perda dos seus objetivos e características originais. O Estatuto definia o problema agrário no país não como fruto

²⁸ O discurso de Tancredo ao Congresso em 1961 é claramente marcado pelo reformismo vazio resguardando o tom dos discursos das frações da classe dominante agrária no Brasil, que estavam insatisfeitas com a posse de Goulart, mesmo com o regime parlamentarista: “[...] o Governo apresenta-se como interlocutor natural, o guardião da ordem e instrumento de contenção de pressões mais agressivas, desde que sejam efetivamente criados os canais de implementação das mudanças estruturais exigidas. Dentre elas, com especial destaque, a Reforma Agrária, que permitirá ‘a integração do homem do campo à nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da econômica nacional [...] (CAMARGO, 1986, p. 190)

²⁹ O Ministro Hugo de Almeida Leme não possui trajetória política possível de ser rastreada. Porém, sua ligação com a ESALQ é significativa e demonstra um alinhamento, mesmo que indireto, à SRB, tendo em vista o apoio da agremiação paulista à essa escola de Agronomia. Para mais informações ver Mendonça Agronomia e poder.

da concentração fundiária, mas de sua baixa produtividade (BRUNO, op. cit., p. 7). O argumento era de que o pequeno proprietário, ou aqueles sem propriedade, não precisavam ter efetivamente a propriedade da terra para aumentar a produtividade, bastava estarem terem os estímulos tecnológicos certos para chegarem à racionalização da economia capitalista.

Com a promulgação do Estatuto no dia 30 de novembro de 1964, a terra passou a ter uma “função social” por ele estabelecida através de quatro pontos principais: “a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) **mantém níveis satisfatórios de produtividade**; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem” (Lei nº4504 de 30/11/1964 grifo nosso). O Estatuto deixava claro que qualquer propriedade que se enquadrasse nesses pontos estaria preservando a “função social” prevista na lei. Nesse sentido, o latifúndio não era o problema, deslocando-se e reduzindo-se a questão agrária para o âmbito do binômio produtividade e/ou improdutividade.

O Estatuto também elegeu a sindicalização como principal meio de organização das classes rurais, sejam grandes proprietários, seja trabalhadores rurais. Em conformidade com as regras estabelecidas na letra da lei, foram criados o sindicato patronal – a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), fruto de uma reformulação da anterior Confederação Rural Brasileira (CRB), ligada à SNA (RAMOS, 2011) – e o sindicato dos trabalhadores rurais – a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que tentou aglutinar os diversos movimentos de trabalhadores rurais em disputa por direitos, instituídos tanto no Estatuto do Trabalhador Rural quanto, posteriormente, no Estatuto da Terra. Como afirma Carolina Ramos, a CONTAG resultou de alguns desdobramento da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a Ação Popular (AP) e setores ligados à Igreja Católica (RAMOS, 2011, p. 76-77). Lembramos ainda que, os movimentos sociais no campo foram esmagados com a ditadura militar, limitando a atuação da CONTAG, em um primeiro momento, à reivindicação dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Terra.

O Estatuto criou também dois órgãos para cuidar da questão agrária: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Enquanto o primeiro ficou subordinado diretamente ao gabinete da Presidência da República, o segundo ficou sob a coordenação do Ministério da Agricultura. A função do IBRA era realizar a Reforma Agrária das terras improdutivas,

começando pelas terras devolutas federais, estaduais e municipais, até a desapropriação de latifúndios ditos improdutivos. O INDA tinha como função promover políticas públicas de acordo com a definição oficial de Política Agrícola “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.” (Lei nº4504 de 30/11/1964) Essa definição privilegiava a racionalização da produção e a modernização agrícola do país tal como o Estatuto da Terra o definira. Além disso, a estratégia de colonização da fronteira agrícola e a reforma agrária de terras devolutas da União objetivavam atender aos pequenos produtores expropriados da terra.

Em 1950, 80,8% dos estabelecimentos rurais do país eram de proprietários de terras e 19,2% eram de não-proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); em 1975, os estabelecimentos de proprietários havia sido reduzidos a 61,9% do total e os de não-proprietários havia subido para 38,1%. [...]

Essas alterações estão profundamente influenciadas pelo crescimento do número de posseiros, agricultores sem título de propriedade que ocupam terras devolutas ou aparentemente sem donos e que, sobretudo na década de 70, deslocaram-se para a região amazônica e do Centro-Oeste. (Martins, 1983, p. 98)

Nesse sentido, o Estatuto da Terra traçava as diretrizes jurídicas e políticas no campo brasileiro durante toda a ditadura, resignificando à Reforma Agrária como condição necessária à modernização da agricultura e consagrando, portanto, a “modernização conservadora³⁰” (SILVA, 1982). O Estatuto também permitiu a formação de novas identidades, uma vez que as categorias por ele definidas se tornaram alvo de disputa nas relações sociais rurais:

Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. (PALMEIRA e LEITE, op. cit., p. 117).

Com efeito, as transformações operadas na agricultura durante a ditadura militar se efetivaram através da injeção de tecnologias/créditos fartos e melhoramentos na

³⁰ A categoria “modernização conservadora” cunhada por José Graziano da Silva expressa algo muito maior do que uma mera dicotomia entre “tradição” e “modernidade” cujo debate histórico atual tem se debruçado. Portanto, o uso do conceito de Graziano da Silva está sendo aqui apropriado de maneira parcial tomando o cuidado de estabelecer que o sentido de modernização aqui referido é de capitalização do campo, numa tradição marxista que, pelo menos nesse período, José Graziano está inserido e dialogando.

produção e na produtividade. Portanto, é nesse período que ocorre a integração dos setores industriais ao processo produtivo da agricultura formando os Complexos Agroindustriais que Bernardo Sorj define como um “[...] conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinaria agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial.” (SORJ, op. cit., p. 29 nota).

Esse processo nada mais significa senão a penetração do capitalismo no campo e, conseqüentemente, mudanças nas relações entre produção, capital e trabalho na agricultura. Sobre esse processo, Viana Filho afirma que:

Enquanto se debatia a reforma agrária na imprensa, nas associações de classe e nos partidos políticos, iniciou-se um programa de tecnificação da agricultura, crédito rural e garantia de preços mínimos. A compra de tratores e dos chamados insumos modernos ganhou tratamento privilegiado para melhoria da produtividade no campo [...] (VIANA FILHO, 1976, p.262).

Quanto à ABCAR, não identificamos nenhuma ruptura flagrante em sua organização administrativa ou em sua estrutura como um todo no imediato pós-64. Com vimos anteriormente, a ABCAR teve a garantia do financiamento norte-americano, através do acordo com a Aliança para o Progresso, as ações extensionistas definidas pelo Plano Diretor DE 1965 foram relativamente mantidas. Não houve mudança nos quadros da diretoria nem qualquer alteração brusca na estrutura administrativa da ABCAR e filiadas.

Contudo, se por um lado a ABCAR continuou a realizar a extensão rural no Brasil durante a ditadura militar sem grandes alterações, os pressupostos e as diretrizes que a conformavam nos anos 50, não seriam os mesmos após 1964. Isso quer dizer que a forma continuou, mas o conteúdo se modificara diante de novos imperativos político-sociais e econômicos. Lembremos que o extensionismo não visava simplesmente melhorar o nível de vida do pequeno produtor, vinculando-se à questão do desenvolvimento rural pelo viés tecnológico, objetivo recíproco das frações de classe dominante agroindustrial. Portanto, sua continuidade não interferia de imediato no projeto consolidado pelo Estatuto da Terra. ao contrário, o extensionismo afinava-se à diretriz da política agrícola designada na lei: João Napoleão de Andrade, presidente da ABCAR, fora um dos que assinara, em 1962, a lei do Estatuto da Terra. (CAMARGO, A., 1981, p. 195, nota 228). As ações da ABCAR eram divulgadas como modelo de sucesso no uso de insumos agrícolas e maquinaria destinadas aumentar a produtividade.

Os efeitos das modificações descritas na ABCAR, sobretudo em relação à promulgação do Estatuto da Terra, vieram a partir do decreto n° 58.382 de maio de 1966: a coordenação da Associação passaria a ser feita através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e não mais diretamente pelo Ministério da Agricultura. Aparentemente, não havia nenhuma contradição intrínseca a esse movimento, pois o próprio presidente do INDA, Eudes de Souza Leão³¹, era membro da CNA juntamente com João Napoleão de Andrade e Ewaldo Saramago Pinheiro. A partir desse ano, a ABCAR passou a publicar uma revista intitulada *Extensão rural*, a fim de divulgar suas atividades a nível nacional e local.

O projeto da ABCAR de inserir melhoramentos técnicos na produção para os pequenos proprietários não era mais o projeto hegemônico das frações da classe dominante agroindustrial. A estratégia era intensificar a industrialização pesada da agricultura dos médios e grandes proprietários que tinham condições de responder rapidamente as novas exigências de produtividade

2.9 – Como pode ser medido o extensionismo no Brasil?

Alguns relatórios e estatísticas foram publicados pela ABCAR no final dos anos 60 para corroborar os objetivos alcançados e o relativo sucesso da extensão rural patrocinada pela ABCAR. Segundos esses dados, em 1965, havia mais de cem mil famílias assistidas pelos programas implementados a partir dos escritórios das filiais estaduais da ABCAR.

A avaliação do Plano Diretor afirma ainda que: “*f) o aumento correspondente – de 19%, em 1960, para 41% em 1965 – da população rural alcançada pelas atividades extensionistas nos 16 Estados, índice considerado plenamente satisfatório.*” (Idem, p. 53). Esse suposto aumento do número das “populações rurais” descrito acima (ressalvemos, um pouco indefinido) não diferencia entre pequenos, médios ou grandes proprietários, muito menos aqueles que se encontravam na condição de arrendatários.

Na “*Avaliação do Plano Diretor*”, publicada em 1968, fez-se referência às metas e diretrizes traçadas no Plano Diretor Quinquênio 1961-1965 e ao alcance dos objetivos

³¹ Pernambucano, engenheiro agrônomo, especializou-se em Economia Rural e Sociologia Rural. Professor Catedrático da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, gerente da Usina Higienizadora de Leite e Fábrica de Laticínios de Pernambuco. Juntamente com José Irineu Cabral, Eudes de Souza Leão fazia parte do IPES. Representou o Ministério da Agricultura em diferentes eventos internacionais. Presidente do INDA (1965-1968). Juntamente com José Irineu Cabral, Eudes de Souza Leão fazia parte do IPES. (RAMOS, op. cit., p. 260)

propostos. As bases para a avaliação do Plano foram as estatísticas produzidas pela própria ABCAR em relação ao número de escritórios, famílias atendidas, treinamento de pessoal, entre outros, além da chamada pesquisa-piloto, realizada a partir de uma amostra de produtividade por produto em alguns municípios. O relatório destacava a presença efetiva em diversos municípios do interior do país reforçando o argumento de uma ramificação consolidada do extensionismo no campo.

O relatório possuía clara intenção de mascarar os resultados concretos derivados das práticas do extensionismo rural, através de resultados generalistas positivados, homogeneizando regiões e construindo uma espécie de “aura de sucesso” da extensão rural nacionalmente. A ABCAR reconhecia que a agricultura teve constante desenvolvimento nos anos 50 e 60 devido à expansão da fronteira agrícola. Mas, isso não invalidava, segundo o relatório, os resultados positivos do extensionismo e do crédito rural, independente de suas diversas modalidades, junto aos produtores diretamente beneficiados.

No que se refere, porém, aos agricultores, orientados pela Extensão, verificou-se esta conseguiu influir favoravelmente na melhora dos índices de produtividade, como o evidenciam os dados apresentados neste capítulo, quando a diversas culturas e criações, tendo-se revelado um instrumento hábil para a difusão de técnicas racionais de exploração agropecuária. [...]

As apurações procedidas mostram, em suma, que dois terços das técnicas racionais de trabalho agrícola que estavam sendo postas em uso efetivo, no total dos estabelecimentos envolvidos na pesquisa, eram devidas à ação extensionista, que contribuiu, ainda, com igual parcela para a tecnificação das explorações pecuárias, assim entendidas as criações de bovinos e suínos, em conjunto, nos 880 estabelecimentos que participaram destes dois levantamentos, em dez Estados. (ABCAR, 1968, p. 243).

Porém, uma leitura minuciosa da documentação comprova que o aumento da produtividade e a influência intensa da ABCAR não se efetivaram na extensão divulgada pela própria agência.

Com relação à expansão da ABCAR verifica-se que houve um aumento do número de escritórios locais e regionais mesmo que não configure o previsto no Plano Diretor:

Quadro IV – Expansão prevista e realizada dos escritórios locais

Anos	Previsto		Realizada	
	n° de escritórios	índice	n° de escritórios	índice
1960	197	100	197	100
1961	281	143	220	112
1962	381	193	250	127
1963	480	244	326	165
1964	574	291	424	215
1965	674	342	553	281

Fonte: ABCAR, **Avaliação do Plano Diretor**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1968, p. 20

A divulgação do aumento “expressivo” do número de escritórios locais tinha o objetivo de assegurar o cumprimento da expansão dos serviços de extensão rural pelo Brasil. Porém, uma análise mais aprofundada revela que a expansão dos escritórios locais se deu, principalmente, em estados onde já havia associadas estaduais (Idem, p. 52). Isso quer dizer que não houve uma efetiva expansão horizontal da extensão nas nos Estados que não eram contemplados com escritórios da ABCAR, apenas criou-se escritórios nos municípios cujos Estados já possuíam filiações. O Quadro II abaixo mostra que, das dezessete associações estaduais existentes em todo o período da ABCAR, somente cinco – o equivalente a cerca de 29% - foram implantadas no período do Plano Diretor, sendo que, duas delas, somente no ano de 1965 – último ano do Plano Diretor.

Quadro V – Associações Estaduais, ano de fundação

Instituição/Estado	Ano de Fundação
ACAR – (Minas Gerais)	1948
ANCAR – (Pernambuco, Bahia, Ceará)	1954
ANCAR – (Paraíba e Rio Grande do Norte)	1955
ASCAR (Rio Grande do Sul)	1955
ACAR PA (Paraná)	1956
ACARESC (Santa Catarina)	1956
ACARES (Espírito Santo)	1957
ACAR- RJ (Rio de Janeiro)	1958
ACAR- Goiás (Goiás)	1959
ANCAR – SE (Sergipe)	1962
ANCAR – Alagoas (Alagoas)	1963
ACAR-Maranhão (Maranhão)	1963
ACARMAT (Mato Grosso)	1965
ACAR- Pará (Pará)	1965
ANCAR- Piauí (Piauí)	1966
ACAR- Amazonas (Amazonas)	1966
ACAR- DF (Brasília)	1967

Fonte: LOPES, R. S. **Evolução conceitual de Extensão rural no Brasil**. Minas Gerais, EMBRATER, s.d.

Outro ponto interessante a ser observado é o item III, chamado de *Modernização da Agricultura*. Esse item deveria dar conta de avaliar os objetivos estabelecidos e alcançados quanto à produção agrícola e à elevação da rentabilidade das regiões atendidas pela extensão. Assim, foram analisados uma seleção de produtos atendidos nos escritórios estaduais, tendo sido avaliados, dentre eles Arroz, Milho, Feijão, Batata, Trigo, Soja, Cebola, Fumo, Café, Uva, Algodão, Sisal, Mamona, Suínos, Aves e Bovinos. A documentação não ressalta os motivos específicos da escolha desses produtos e não outros. Alguns deles foram destacados no Plano Diretor de 1960 que

estabelecia metas de produtividade a serem atingidas. Isso nos traz alguns questionamentos interessantes. O primeiro ponto a ser considerado é que, dos dezesseis produtos agrícolas, cinco são, principalmente, destinados à exportação e não para o mercado interno³².

Quadro VI - Produtos avaliados pela ABCAR em 1968

Produtos	Alcançou os objetivos do Plano Diretor	NÃO alcançou os objetivos do Plano Diretor	Resultados inconclusivos
Arroz	X		
Milho	X		
Feijão		X	
Batata	X		
Trigo		X	
Soja			X
Cebola ⁽¹⁾	X		
Fumo ⁽²⁾			X
Café		X	
Uva ⁽³⁾			X
Algodão ⁽⁴⁾		X	
Sisal			
Mamona			X
Suínos		X	
Aves			X
Bovinos			X

Fonte: ABCAR. **Avaliação do Plano Diretor**, Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

- (1) A Cebola não foi contemplada no Plano Diretor de 1960, por isso não há alcance dos objetivos delimitado. Contudo, o documento avalia positivamente a influencia da Extensão na cebola, pois a produtividade aumentou se comparado com o censo agrícola de 1960.
- (2) A mesma explicação da cebola procede para o fumo, porém os resultados de produtividade do produto diminuíram em comparação com o censo de 1960.
- (3) Idem.
- (4) O Algodão foi o único pesquisado apenas em regiões do Nordeste.

Um segundo ponto a ser destacado é que desse total, apenas cinco alcançaram as metas estabelecidas no Plano Diretor ou foi verificado o aumento da produtividade sendo que, no caso da produção de milho, nas três regiões avaliadas, em apenas duas delas foi considerada bem sucedida. Isso demonstra claramente que a avaliação dos objetivos traçado no Plano em 1960 foram insuficientemente alcançadas, sobretudo em estabelecer uma relação direta entre extensão rural e aumento da produtividade.

³² A produção de aves e bovinos pode ser considerada tanto para importação quanto para exportação.

Para reforçar a análise, veremos a avaliação da produção de milho. Aqui cabe a ressalva de que os dados apresentados pela documentação são amostras colhidas a partir de informações dadas pelos produtores através de questionários distribuídos em 1965 pelos extensionistas. A imprecisão de alguns dados é passível de ser detectada, porém, esses números, mesmo tendo certas limitações, ilustram a ação extensionista nas regiões pesquisadas.

A avaliação do Plano Diretor mostra que o Milho foi o produto mais assistido pelos escritórios locais (ABCAR, 1968, p. 91). A ABCAR tomou como amostra as regiões de Minas Gerais, Paraná e Bahia que possuem filiais estaduais que assistem a produtores de milho:

Quadro VII – Algumas características dos estabelecimentos produtores de Milho no Paraná

Estrato	Estabelecimentos	Explorados proprietários (%)	pelo	Principal fonte de renda (%)	Receberam financiamento(%)	Área média			Rendimento (Kg/ha)		
						Do estabelecimentos (ha)	Da cultura		Total	Isolado	Consoiciado
							ha	%			
1	10,5	92,3		46,2	7,7	27,5	4,4	15,9	1.329	1.564	1.037
2	23,4	89,7		37,9	3,4	54,5	8,2	15,0	1.520	1.485	1.589
3	29,8	91,7		35,1	2,7	83,7	8,5	10,2	1.547	1.482	1.628
4	12,9	87,4		62,5	-	39,9	6,3	15,7	1.429	1.460	1.311
5	2,4	100,0		66,7	-	34,8	5,9	17,0	1.228	1.243	1.125
6	2,4	100,0		66,7	-	38,4	3,7	9,6	1.425	2.055	1.387
7	4,9	100,0		16,7	-	88,3	5,3	6,0	1.837	1.913	1.783
8	3,2	100,0		75,0	-	66,2	10,8	16,3	1.204	1.111	1.389
9	10,5	92,3		38,5	-	43,3	5,3	12,3	1.454	1.512	1.407
Total	100,0	91,9		42,7	2,4	57,9	7,0	12,1	1.484	1.473	1.501

Fonte: ABCAR. Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

Quadro VIII – Algumas características dos estabelecimentos produtores de Milho em Minas Gerais

Estrato	Estabelecimentos	Explorados pelos proprietários (%)	pelo	Principal fonte de renda (%)	Receberam financiamento(%)	Área média			Rendimento (Kg/ha)		
						Do estabelecimentos (ha)	Da cultura		Total	Isolado	Consoiciado
							ha	%			
1	5,8	93,8		25,0	18,8	96,3	10,2	10,6	1.116	1.054	1.167
2	10,5	100,0		34,5	34,5	160,5	5,5	3,4	1.744	1.955	1.438
3	15,5	100,0		32,6	23,3	78,3	5,6	7,2	1.690	1.768	1.369
4	14,4	92,5		22,5	30,0	47,5	4,4	9,3	1.675	1.720	1.454
5	13,7	100,0		21,1	34,2	86,2	5,3	6,2	1.483	1.466	1.517
6	9,4	96,2		26,9	46,2	84,2	6,6	7,8	1.646	1.581	1.970
7	7,6	95,2		19,0	33,3	142,4	12,8	9,0	1.302	1.312	1.175
8	4,3	100,0		50,0	83,3	50,6	4,3	8,4	2.076	2.149	1.747
9	12,3	97,1		32,4	61,8	69,9	4,4	6,2	1.600	1.739	1.392
ND	6,5	88,9		33,3	16,7	208,5	10,3	4,9	1.147	1.078	1.377
Total	100,0	96,8		28,5	36,5	96,6	6,4	6,6	1.508	1.543	1.409

Fonte: ABCAR. Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

Quadro IX – Algumas características dos estabelecimentos e práticas empregadas na cultura do milho na Bahia

Estrato	Estabelecimentos	Explorados pelos proprietários (%)	Receberam financiamento(%)	Área média		
				Do estabelecimentos (ha)	Da cultura (x)	
					ha	%
1	9,3	66,7	-	140,0	14,5	10,4
2	9,3	100,0	33,3	26,7	1,5	5,8
3	9,3	100,0	-	19,3	3,9	20,4
4	5,6	100,0	100,0	180,0	3,3	1,8
5	9,3	100,0	66,7	37,3	5,1	13,6
6	15,0	100,0	40,0	79,3	4,7	5,9
7	21,6	100,0	57,1	132,0	5,8	4,4
8	5,6	100,0	-	1040,0	5,5	2,1
9	15,0	100,0	60,0	22,7	1,5	6,6
Total	100,0	97,0	42,4	138,1	6,0	4,3

Fonte: ABCAR. Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

Os dados acima apresentam uma maquiagem do perfil dos estabelecimentos atendidos nessas três regiões. A confrontação da coluna “proprietários” com a “área média dos estabelecimentos” nos dá somente uma impressão dos estabelecimentos configurarem-se de pequeno porte. Se voltarmos ao Estatuto da Terra veremos que foi estabelecido na lei quatro categorias e imóveis rurais: minifúndios, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Essa definição corresponde a um padrão de medida denominado de “módulo rural” que seriam a unidade base de uma propriedade que satisfizesse as necessidades do agricultor e sua família:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior; (art. 4, inciso II e III do Estatuto da Terra, lei nº4.504)

Isso quer dizer que o módulo rural era fixado com um padrão nacional, ele variava conforme as condições regionais de cada estabelecimento. Assim, um módulo rural na Bahia não era o mesmo em Minas Geria que, conseqüentemente, não era o mesmo no Paraná. Dessa forma o relatório não respeitava o padrão de medida estabelecido no Estatuto da Terra apresentando somente uma “área média” de ocupação da propriedade elencada. Também não se levou em conta que muitos estabelecimentos eram compartilhados, ou seja, um pequeno proprietário poderia ter um pequeno pedaço de terra e ser arrendatário das terras vizinhas ao mesmo tempo, ou um grande proprietário poderia arrendar parte de suas terras, cultivar em outra e ter o consentimento de posseiros em outra parte de sua propriedade.

Outro fator que chama atenção é o fato que a região da Bahia apresentou o índice mais expressivo do recebimento de algum tipo de financiamento de crédito rural: (42,4%) contra 2,4% e 36,5% no Paraná e em Minas respectivamente. Mesmo assim, o relatório aponta que a produção de milho em Minas e no Paraná teve um aumento da ordem de 30% nas áreas de atuação da extensão rural. Em contrapartida, na região da Bahia, a produção de milho nas áreas onde houvera assistência de extensionistas e beneficiamento de crédito ficou prejudicada e obtendo rendimento de produção abaixo do esperado (Idem, p. 101). Portanto, não houve um padrão estabelecido que possa definir uma relação direta entre áreas atendidas pela extensão/crédito rural e elevação da produtividade além de definir qual foi o perfil principal dos produtores atendido nas regiões.

As tabelas a seguir mostram a atuação do extensionismo no tocante à difusão de técnicas agrícolas, obtenção de maquinaria, utilização de insumos e etc.

Quadro X - Difusão de práticas na Cultura do milho em Minas Gerais

Práticas investigadas	Difusão de Práticas	
	Pela extensão	Por outros agentes
Sementes selecionadas	77,6	14,1
Tratamento de sementes	22,0	7,2
Adubação química	44,8	7,6
Adubação orgânica	27,1	26,0
Calagem	4,0	0,7
Emprêgo de máquinas	27,4	23,8
Combate a pragas e doenças	25,3	7,6
Conservação de solo	51,6	2,2
Armazenamento	47,7	31,4

Fonte: ABCAR. *Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro*, ABCAR, 1968, (grifos nossos).

Quadro XI – Difusão de práticas na Cultura do milho no Paraná

Práticas investigadas	Difusão de Práticas	
	Pela extensão	Por outros agentes
Sementes selecionadas	57,3	-
Tratamento de sementes	2,4	1,6
Adubação química	33,1	25,8
Adubação orgânica	8,1	5,6
Calagem	8,9	-
Emprêgo de máquinas	5,6	19,4
Combate a pragas e doenças	16,1	15,3
Conservação de solo	4,0	16,9
Armazenamento	12,9	17,7

Fonte: ABCAR. *Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro*, ABCAR, 1968, (grifos nossos).

Quadro XII – Difusão de práticas na Cultura do milho na Bahia

Práticas investigadas	Difusão de Práticas	
	Pela extensão	Por outros agentes
Sementes selecionadas	30,3	-
Tratamento de sementes	33,3	39,4
Adubação química	21,2	-
Adubação orgânica	18,2	27,3
Emprêgo de máquinas	-	42,4
Combate a pragas e doenças	33,3	3,0

Fonte: ABCAR. *Avaliação do Plano Diretor, Rio de Janeiro*, ABCAR, 1968, (grifos nossos).

Em relação à produção de milho, a ABCAR dominava a difusão tecnológica nas regiões destacadas. Isso confirma o argumento no qual mesmo não tendo resultados de produtividade elevados, a extensão configurava-se como principal agente de propagação de técnicas agrícolas. Esse mesmo desempenho pode ser verificado nas tabelas apresentadas para os demais produtos. Somente no item “emprego de máquinas” era, em

sua maioria, realizada por “outros agentes”. O relatório não especifica quem seriam esses outros agentes. Estes poderiam ser extensionistas de empresas privadas de insumos e maquinaria (PEIXOTO, 2008, p. 66 e 83) ou poderiam também referir-se a outras políticas públicas de âmbito federal, estadual ou mesmo municipal, como é o caso da atuação da SUDENE no Nordeste. Na maioria das outras culturas esse comportamento se repete, ou seja, o emprego de máquinas é feito por outros “agentes”. Ainda não foi possível estabelecer uma causa explícita para isso, pois ainda há carência de estudos sobre a mecanização da agricultura no Nordeste.

As conclusões da avaliação da produção de milho não tentam sequer explicar o não cumprimento das metas de produtividade previstas para o Estado da Bahia. Dos sete pontos concluídos o destaque era para o aumento expressivo da produção em Minas e no Paraná.

1. A ação da Extensão nas áreas trabalhadas há mais de cinco anos, junto aos produtores de milho, mostrou-se bem expressiva pelos resultados obtidos nos Estados do Paraná e Minas Gerais, não sendo lícito estender-se a afirmativa às áreas da Bahia, onde as condições climáticas e outros fatores prejudicaram a obtenção de dados necessários à análise estatística de alguns aspectos integrantes da investigação. (Idem, p. 105)

2.

A análise dos demais produtos relacionados no relatório de avaliação do Plano Diretor são semelhantes ao exemplo da produção de milho: resultados inconclusivos, tabelas com informações ambíguas e conclusões vazias de sentido.

As considerações finais do relatório de avaliação do Plano Diretor indicam, mais uma vez, um raso sentimento de dever cumprido, situando o Plano apenas como uma espécie de “ação experimental” para ações futuras do extensionismo. É substancial, porém, destacarmos a última página do relatório, pois aponta para o novo rumo da ABCAR:

- É lícito, portanto, recomendar como orientação geral para os anos vindouros:
- 1 – **ampliar a clientela da Extensão** no setor agropecuário, mediante o **envolvimento de crescentes parcelas de grandes estabelecimentos produtores**, visando à obtenção de maior impacto no aumento da produção agrícola e na melhoria geral dos índices de produtividade;
 - 2 – dar preferência à orientação de produtores que sejam proprietários dos estabelecimentos, tendo em vista que a propriedade constitui uma importante condição prévia para o desenvolvimento subsequente (Idem, p. 248, grifos nossos)

Outros documentos nos mostram ainda a avaliação de outros projetos organizados pelo extensionismo. Os clubes 4-S, por exemplo – que organizavam a chamada “juventude rural” promovendo ensinamentos técnicos e investindo em sociabilidade através de festas, reuniões, campeonatos de produtividade, etc. – eram

descritos como eficientes espaços de “organização social” das comunidades rurais, uma vez que estes não possuíam capacidade de se auto organizarem-se:

Já passa de 600 o número desses clubes, existentes em 14 Estados e reunindo mais de 13 mil jovens [...] de 10 a 20 anos e de ambos os sexos, com o objetivo de aprenderem e praticarem métodos modernos de trabalho na agricultura e no lar, sob a orientação dos Serviços de Extensão e de líderes especialmente treinados para difundir novos conhecimentos entre os jovens, despertar seus bons sentimentos, estimular seu interesse por uma vida melhor e canalizar, enfim, sua energia criadora para servirem a si mesmos, à família e à comunidade. (ABCAR, 1965, p. 15-16)

Esses clubes não agregavam somente jovens, mas também os “agricultores” e “donas de casa” tornando-se verdadeiros espaços de construção hegemonia em torno do projeto desenvolvimentista-produtivista como melhoria social e política:

Ao findar o ano passado [1964], 1.867 organizações dessa natureza congregavam 11.888 agricultores e 16.593 donas-de-casa, para a realização dos objetivos de inspiração extensionista, debatidos e animados através de 8.977 reuniões com a frequência de 111.577 membros, ocasiões em que foram feitas 7.753 palestras e 9.633 demonstrações de adultos, destacaram-se, ainda, 413 excursões educativas, com a presença de 3.591 pessoas (Idem, p. 17)

2.9.1 – Redirecionamento do público-alvo

Paralelamente a divulgação de relatórios da ABCAR, em 1970, veio à luz estudo realizado por um professor norte-americano ligado à Fundação Ford e a Universidade de Purdue através de convênio da Fundação Ford com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. George F. Patrick apresentou ao Coordenador do Setor de Agricultura e Abastecimento do IPEA, Maurício Rangel Reis, seu relatório intitulado “*A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola*”. Este relatório continha um diagnóstico dos trabalhos da ABCAR até o ano de 1970. O professor Patrick destacou a presença da agencia no interior do país reforçando o eficaz trabalho de difusão tecnológica dos extensionistas:

Em geral, o sistema ABCAR foi a principal fonte de informação para fazendeiros que tinham usado novas práticas em tôdas as emprêsas e áreas estudadas. O impacto na produtividade foi menor, mas os agricultores assistidos pela ABCAR tenderam a (?) mais alto rendimento por hectare e maior produção de pecuária (PATRICK, 1970, p. 21)

Porém, o relatório também trazia conclusões negativas em relação ao papel do extensionismo como promotor do chamado desenvolvimento rural:

Considerando os estudos prévios da extensão agrícola no Brasil, principalmente da ACAR em Minas Gerais, várias conclusões são comuns

em todos os estudos. Primeiro, a ABCAR é reconhecida como a principal fonte de informação e informação acurada sobre novas técnicas de produção. Contudo, o impacto disto na produtividade e produção agrícola é menos claro e [...] podem ser afetados por muitos fatores. (Idem, p. 25)

Todavia, a principal conclusão do estudo foi apontar o redirecionamento da ABCAR no que tange a seu público-alvo, a partir de finais dos anos 60 quando a ação extensionista comporia a política agrícola nacional. Estou falando aqui dos Planos econômicos que se seguiram na ditadura militar, a começar pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Patrick argumenta que, quando da criação da ABCAR, nos anos 50, as famílias rurais, formadas, sobretudo por pequenos proprietários, eram o alvo dessa política que visava imprimir um avanço nas técnicas de produção e produtividade junto àqueles que não a possuíam. Contudo, no final dos anos 60 esse cenário já não era mais o mesmo, pois “*o regime militar optara claramente por um estilo de desenvolvimento fundado principalmente na modernização tecnológica, sem reformas estruturais profundas, mais produtivista e menos assistencialista, pretendendo legitimar-se perante a nação através dos êxitos de sua política econômica*” (MASCARENHAS, op. cit., p. 188). Isso quer dizer que o regime militar precisava de resultados concreto e rápidos e não pensava em investir em planos que alterassem a estrutura agrária do país nem mesmo em ações de cunho “social”.

Essa mudança foi destacada, sobretudo em relação a questão da comparação das modalidades de crédito rural (Supervisionado *versus* Orientado) durante o período de 1950 a 1970. Vimos anteriormente que o crédito rural supervisionado era a principal modalidade de financiamento das técnicas propostas e de aquisição dos insumos e maquinarias sugeridas pelo extensionista. O gráfico mostra (anexo VIII³³) que, já o crédito rural orientado –direcionado para o produto e não para o produtor – ultrapassara o antigo crédito rural supervisionado a partir de 1963:

O extensionismo ao veicular novas formas de produção via crédito rural, ao promover o assistencialismo social, organizar clubes de juventude, ou elegendo líderes rurais através de observações sociométricas modificou as relações sociais do meio independentemente de resultados satisfatórios ou não quanto ao aumento de produtividade.

Motivação dos agricultores

³³ Figura extraída de PATRICK, G. F. **ABCAR como instrumento de política de desenvolvimento agrícola**. IPEA, 1970, p. 12.

- 1) A chave de tudo isso, e a repetição “Troca de atitude mental”, influi na inteligência (interesse) e no coração (sentimentos) que criarão decisão para trocar através dos sentidos (ABCAR, s.d., p. 17)

Talvez seja impossível medir o alcance das ações da ABCAR em termos quantitativos, embora qualitativamente falando, o extensionismo tenha sido um importante instrumento – desde os anos 50 – de modificação das relações sociais em geral e de produção em particular, de desmobilização política dos pequenos proprietários inserindo-os na racionalização do mercado e num projeto de ordem classista que em muito contribuiu para aplacar tensões sociais no campo.

A despeito de todas essas limitações não se deve minimizar a importância de tais programas e práticas tidos enquanto *novas modalidades educativas*. Isto porque, o **poder simbólico** delas derivado é, de fato, imensurável. Na medida em que a Educação Rural – em qualquer de suas modalidades - coloca formalmente “o” o saber agrícola à porta do agricultor, a oposição entre *agricultura tradicional/rotineira* e *agricultura inovadora*, ratifica a oposição existente entre um produtor atrasado e outro esclarecido, implicando em redefinições e transformações na própria agricultura e no próprio ofício de trabalhador rural. O ensino das técnicas contribui, assim, para redefinir as posições vigentes entre os trabalhadores rurais em seu conjunto.

É na concretização dessa pequena possibilidade que consiste a tarefa do extensionista, persuadindo, pouco a pouco, o pequeno proprietário/produzidor familiar que não lhe é mais possível viver como no passado, fazendo nascer novos valores, novas exigências morais e novas necessidades a serem por ele satisfeitas, em seu próprio interesse de converter-se num agricultor moderno. Ao *rurícola* de outros tempos - miserável, ignorante, grosseiro e abatido pelo alcoolismo - o técnico-instrutor agrícola, atuando enquanto “*missionário do progresso das massas rurais*”, deve substituir pelo *agricultor cultivado*. Dessa forma, cria-se no trabalhador rural a tendência de recorrer aos conselhos do instrutor, do médico, do veterinário ou do professor. Neste sentido, a instrução – mesmo que elementar – e a propriedade – mesmo que pequena – acabam por constituir-se nos princípios de **integração à ordem social**, pois, conquanto o Saber seja desigualmente distribuído – tal como a propriedade - o pequeno proprietário semi-sábio passa a julgar ter em comum com grandes proprietários e/ou pessoas cultas o fato de ter acesso à propriedade e à instrução participando, **simbolicamente**, do “mesmo” Saber (MENDONÇA, relatório técnico, 2011, p. 77)

Assim, não podemos medir diretamente a abrangência do impacto do extensionismo junto às populações rurais, porém, é fato que a extensão rural simbolizava uma ação das frações da classe dominante agroindustrial visando modificar o cenário das populações rurais de modo a expropriá-los de seu Saber e, em alguns casos, também de suas terras, contribuindo para o que Moacir Palmeira chama de *expropriação* da população rural:

Trata-se menos do despojamento dos trabalhadores rurais de seus *meios de produção*, pois destes, de algumas maneiras, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como *naturais*, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo *saber fazer*. (PALMEIRA, 1989, p. 89)

Na comemoração dos vinte e cinco anos de extensão rural no Brasil (1948-1973), a Revista *Extensão Rural* publicou uma reportagem intitulada “Assim pensam Assim dizem”, com fragmentos de testemunhos:

RAQUEL DE QUEIROZ, numa crônica em “O Cruzeiro”, 15-10-1955:
“Agora, pelo sertão do Nordeste, costuma a gente encontrar uns jeeps de chapa comum, levando para lá e para cá dois ou três rapazes atarefados, outras vezes levando uma moça com jeito de professora e enfermeira. A gente pergunta quem são aquelas caras novas e logo nos informam com simpatia: “É o pessoal da ANCAR”. De mim, o que posso afirmar, pelo que vi no sertão do Nordeste, é que poucas instituições de ajuda ao homem do campo tenho encontrado tão bem fadadas. Tem muito pouco de teoria, e aparentemente está livre de vícios demagógicos. Não faz benefícios em nome de ninguém, não exalta a benemerência da pessoa humana. Discretamente, sem arrojados, eu ia quase dizendo humildemente, tão sem arrogância eles agem – os rapazes e as moças da ANCAR fazem seu trabalho com dedicação exemplar e colhendo já os resultados importantes. De iniciativas assim é que o homem do interior está precisando. Menos discursos, menos promessas, mas pessoas de boa vontade lá no mato, com eles, ao sol e à chuva, ajudando e ensinando. Pois só muito assistido, muito amparado é que o abandonado sertanejo pode virar gente de verdade; e só depois de gente pode virar cidadão”.

Apesar de extenso, esse relato de 1955 personifica a ação extensionista numa perspectiva simbólica. “Um homem, uma mulher e um jeep” era o mote do extensionismo amplamente divulgado como uma ação de “transformação de vidas” internalizando um tipo de construção de uma cidadania baseado, não pela participação política nem pela identidade e consciência de classe, mas pela produção social de um ideologia no qual esses “rapazes” trariam do alto, o Saber, que eles “o sertanejo” não pode realizar sozinho e sem ajuda. Esse tipo de construção simbólica não pode ser apreendido em tabelas e gráficos de produtividade.

Capítulo III

Redefinições do Extensionismo e a nova correlação de forças no interior classe dominante agroindustrial (1966-1974).

O campo brasileiro, em meados da década de 60, já não era mais o mesmo se comparado aos anos anteriores. As intensas migrações, as políticas agrícolas e, conseqüentemente, as expropriações ocorridas desde a criação da ABCAR modificaram o panorama da agricultura no país. A Reforma Agrária não mais assustava as frações da classe dominante agroindustrial, pois esse “espectro” advindo do período pré-64 tinha sido terminantemente enterrado com o Estatuto da Terra. Este, conforme visto no capítulo anterior, não alterara fundamente as bases da estrutura fundiária, promovendo a associação entre Reforma Agrária e desenvolvimento da acumulação capitalista no campo.

Tamás Szmrecsányi afirma que a industrialização e urbanização do país ocorreram de modo acelerado e interdependente ao setor agropecuário, ficando este a cargo de fornecer recursos em matérias-primas, divisas derivadas da exportação ou ainda mais mão-de-obra fortalecendo o exército de trabalhadores oriundos do campo.

A interdependência dos setores, que mais uma vez, acaba de ser realçada, manifestou-se concretamente de várias maneiras e com graus diversos de intensidade, através de processos como: a ampliação dos mercados internos de gêneros alimentícios e de matérias-primas de origem vegetal e animal; a expansão da fronteira agrícola e a multiplicação dos estabelecimentos agropecuários; o aumento e a diversificação do produto setorial; a substituição de culturas e atividades estagnadas por outras mais dinâmicas e rentáveis; e, *last but not least*, a transformação das relações de trabalho e produção (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 145)

Nesse sentido, dois fatores explicam o acelerado desenvolvimento do setor agropecuário: a expansão da fronteira agrícola e a tecnificação da agricultura.

A expansão da fronteira ocorreu em diversos estados, sobretudo no Norte e Centro-Oeste do país, regiões conhecidas por suas fronteiras “abertas”³⁴, ou seja, onde abundavam terras devolutas ou improdutivas passíveis de ocupação. Dois foram os tipos básicos de ocupação das áreas de fronteira: uma, ligada à migração inter-regional por vezes derivada de áreas rurais estagnadas para as regiões de fronteira tidas como mais

³⁴ Szmrecsányi considera que nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1970, os estabelecimentos agrícolas ultrapassavam 80% do território do próprio Estado, enquanto que nos outros sete Estados – Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso – no mesmo período, os estabelecimentos rurais não chegavam nem perto da metade dos sete anteriores. Portanto, baseado na classificação de Dias (1978), o autor considera os sete primeiros Estados como regiões de “fronteira fechada” e o segundo grupo de sete estados como regiões de “fronteira aberta”. (SZMRECSÁNYI, 2007, p. 172).

dinâmicas. Nesse processo verificava-se a ocupação terra por parte de posseiros gerando o povoamento das novas áreas. O segundo tipo era a apropriação, de fato, por empreendimentos capitalistas (SZMRECSÁNYI, p. 160). Nesse caso, predominava a aquisição de enormes extensões de terras já ocupadas – sobretudo pela criação de bovinos – para fins meramente especulativos e de uso da terra como reserva de valor: *“Uma boiada rala e pouco produtiva em termos de carne e leite sai-lhe mais barata do que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas contra a intrusão dos que desejariam cultivá-las.”* (Idem, p. 193).

Com relação à tecnificação da agricultura, dos anos 60 em diante, houve a formação dos Complexos Agroindustriais. Estes se constituem do intenso desenvolvimento capitalista da agricultura e da divisão social do trabalho e da produção, no qual o campo se torna não somente produtor de matérias-primas, mas também consumidor de produtos industrializados alterando a configuração das bases de produção.

O longo processo de transformação da base técnica - chamado de modernização - culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (GRAZIANO, 1987, p. 3)

Esse processo necessita de grandes somas de investimento de capital. Assim, Palmeira destaca que *“nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.”* (PALMEIRA, op. cit., p. 96). Ou seja, se num primeiro momento o projeto era difundir tecnologia aos pequenos proprietários para aumentar a produtividade e, conseqüentemente, aumentar os produtos mercantilizados, agora, os esforços governamentais seriam redirecionados para os médios e grandes produtores rurais modernizarem-se com altos investimentos.

A agricultura brasileira sofrera o que o José Graziano da Silva denomina de *“modernização dolorosa”* na qual: *“o capital não tinha conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador rural, nem revolucionar o processo de produção propriamente dito, de maneira ampla e dinâmica”* (SILVA, 1986, p. 127). O autor ressalta, com relação a esse período, que esse processo de *“tecnificação”* do campo,

deixou também os pequenos produtores a mercê do uso de melhoramentos e insumos agrícolas em geral, configurando um aumento no consumo de bens intermediários (Idem p. 63). Mas, a difusão tecnológica para esse segmento de classe trouxe consequências adversas.

Uma das adversidades marcante da dita “modernização dolorosa” foi a conservação da desigualdade no acesso a terra e sua crescente concentração, o que é apontado por Palmeira como os “efeitos perversos” das políticas agrícolas coadjuvantes desse processo como, por exemplo, as obras públicas faraônicas – tais como a construção de hidrelétricas ou a rodovia Transamazônica – que valorizavam as terras em seu entorno, a altos custos de deslocamento de populações inteiras sem a devida indenização ou mesmo os leilões de terras públicas que beneficiavam grupos de investidores nacionais e estrangeiros que compravam vastos lotes de terra a preços módicos. (PALMEIRA, op. cit., p. 98). As pequenas propriedades foram, dessa forma, “fagocitadas” pelas grandes empresas rurais vizinhas. (SILVA org., 1980, p. 39).

Todo esse panorama configurava-se, sobretudo nas regiões Centro-Sul do país: *“no processo recente de reconcentração da propriedade e da posse da terra no Brasil foi tão importante a eliminação das pequenas explorações anteriormente existentes, como o nascimento de novas grandes unidades nas regiões de expansão da fronteira agrícola”* (SILVA, 1982, p. 53). Isso revela que os pequenos proprietários não conseguiam acompanhar o processo de modernização da agricultura uma vez que esse processo necessita de altos investimentos de capital sendo expropriados de suas terras, seja pela compra pelos vizinhos latifundiários, seja pelo endividamento com os credores devido ao crédito fornecido pelos bancos públicos e privados, em outras palavras: *“Estes [os pequenos proprietários de terra], sob o peso das dívidas então contraídas para adquirir as tecnologias vulgarizadas pelos extensionistas, ver-se-iam, em pouco tempo, duplamente expropriados: de sua propriedade e de seus próprios saberes”* (MENDONÇA, 2010b, p. 76).

Além disso, outro importante movimento que converge com as ações da extensão rural no final dos anos 1960 e início dos 70 foi o que Graziano da Silva denomina de “especialização da produção” nas fazendas. *“Na medida em que as propriedades se voltavam mais e mais para o mercado, houve também uma transformação qualitativa interna a elas: houve uma **especialização** da produção. [...] Agora são as fazendas de café, fazendas de leite, fazendas de arroz etc.”* (Idem, p. 62).

Essa especialização da produção trouxe consigo uma espécie de crise de representatividade dentro da classe patronal. As entidades tradicionais tais como a SNA, CNA e SRB estavam obsoletas diante da multiplicidade de produtores não sendo, após a modernização da agricultura, uma representação “real”, mas uma espécie de representação formal (GRAZIANO, 1992, p. 15). Houve, então, o que Graziano chamou de “fracionamento” das representações patronais reflexo da especialização da produção. As federações de agricultura estaduais e também as cooperativas se tornaram os novos aparelhos privados de hegemonia:

En synthèse, la modernisation de L'agriculture brésilienne a elle même creusé le fossé qui existe entre la représentation formelle et la représentation réelle du patronat rural brésilien. Les organisation par produit ainsi que les coopératives se sont reforcées au cours de ces vingt cinq dernières années, et ont ainsi assume de fait la représentation des producteurs agricoles. Avec un avantage dû au fait que, dans la plupart des cas, eles sont parvenues à articuler les grands et petits producteurs, leur fournissant “démocratiquement”, l'essentiel à l'exercice de leur pouvoir de pression auprès du gouvernement³⁵. (GRAZIANO, op. cit., p. 15)

Moacir Palmeira e Sérgio Leite concordam com José Graziano ao destacarem que, nesse mesmo período, houve uma “fragmentação” da representação dos segmentos da classe dominante agroindustrial brasileira, resultante da extrema especialização produtiva (LEITE & PALMEIRA, op. cit., 151). Isso se comprova já em 1969, com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), nova entidade patronal da sociedade civil que, como afirma Mendonça, viria a se tornar a “nova hegemonia ruralista no Brasil” (MENDONÇA, 2010d, p. 177). Ela disputava a representação legítima de frações da classe dominante agroindustrial juntamente com as mais tradicionais entidades anteriormente apresentadas nesse trabalho: SNA, SRB e CNA, esta última intimamente ligada à ABCAR. O discurso veiculado pela nova entidade de origem paulista era o do cooperativismo que tinha como objetivo “harmonizar” os segmentos em disputa entre e intraclasse social, minimizando conflitos e tensões no âmbito da agricultura. Visava também difundir a crença no cooperativismo como sinônimo de igualitarismo, que nivelaria tanto as cooperativas empresariais (fundadoras da OCB) quanto às cooperativas de pequenos produtores como se iguais o fossem. Ainda nos anos 70 o discurso de cooperativização seria amplamente difundindo pela

³⁵ [Em resumo, a modernização da agricultura brasileira ampliou-se o fosso entre a representação formal e representação real dos empregadores no Brasil rural. A organização de produtos e cooperativas têm fortalecido ao longo dos últimos 25 anos e, assim, assumiu que a representação dos agricultores. Com uma vantagem porque, na maioria dos casos, eles foram capazes de articular os grandes e pequenos produtores, fornecendo "democraticamente", para o exercício do seu poder de pressão sobre o Governo.]

ABCAR, como veremos adiante. Mas, antes, precisamos apontar as mudanças ocorridas na ABCAR a partir de 1966.

Nesse novo momento, a ABCAR também iria reconfigurar sua ação, ampliando o extensionismo rural aos médios e grandes proprietários, sobretudo após 1966. Tal reconfiguração ajudaria no processo de industrialização da agricultura e implantação dos CAIs. A ABCAR percorreria um caminho sem volta, onde o princípio de “elevar a produtividade e a produção agrícola” se tornaria o objetivo central da ação extensionista a ser perpetrada pela agência. Anteriormente, a espécie de “mantra” repetido, desde 1948, nas cartilhas, documentos e estatutos da ABCAR era o de “melhorar a vida do produtor rural”. Todavia, em meados da década de 60 esse “mantra” seria relegado a projetos pontuais, carentes de expressividade. A “nova” lógica veiculada pela extensão rural baseou-se no caráter “fomentista”, isto é, na certeza de que a difusão de tecnologia e de melhoramentos técnicos aumentaria a produção agrícola resultando, por sua vez, em preços supostamente mais baixos dos alimentos, o que poderia implicar em melhoria no consumo de alimentos por parte da população:

O serviço de extensão que desenvolve uma atividade fomentista está atendendo o agricultor, **não porque esteja preocupado com o bem-estar rural**, mas sim porque, estimulando a produção, poderá ensejar alimentos e fibras a preços relativos mais baratos aos consumidores e ao mercado de exportação. [...] Dentro da estratégia fomentista depreende-se facilmente que o critério fundamental que guia tal procedimento é a rapidez com que os retornos serão alcançados. Quanto mais rapidamente promover o aumento da produção melhor será para a sociedade. (ABCAR, 1973, p. 22)

Ora, como vimos no capítulo anterior, para aumentar a rapidez da resposta na elevação quantitativa da produtividade, os esforços do extensionismo deveriam, mais que nunca, ser redirecionados para os médios e grandes proprietários, pois, esses eram os mais capazes de ter acesso ao crédito e aos conhecimentos técnicos, obtendo melhores resultados (Idem).

Esse processo gerou, como aponta a bibliografia especializada, uma intensificação da desigualdade no campo (MENDONÇA, 2010; PALMEIRA & LEITE, 1998; SILVA, 1980; SILVA, 1986; SORJ, 1980; SZMRECSÁNYI, 2007, entre outros). Nesse sentido, se num primeiro momento o extensionismo tinha como proposta difundir tecnologias destinadas ao segmento dos pequenos proprietários para, através do aumento de sua produção, abastecerem o mercado interno, no período posterior a 1966, quando a ABCAR passou a ser coordenada pelo INDA, já não mais partia dessa premissa, privilegiando apenas os detentores das melhores condições de responderem ao estímulo tecnológico. Isso significa dizer que, em certa medida, a extensão rural

auxiliou no processo de intensificação da desigualdade no campo, uma vez que não mais privilegiava a estratégia de inserção do pequeno proprietário, mas sim aquela da exclusão dos que não tinham condições de arcar com as por ela chamadas de “respostas quantitativas”.

Isso não quer dizer que, desde as primeiras experiências de extensão rural em 1948, bem como da trajetória da ABCAR entre 1956 e 1966 esta se revestisse de um espírito “humanista”, tal como acredita Mascarenhas, pois:

O fato de tratar-se de pequenos produtores tecnologicamente modernos não elimina a argumentação de estarem pressionados, no sistema em que se inserem, no sentido de sobretrabalho e do subconsumo [...]. Na posição em que a pequena produção se insere no sistema, a tecnificação, mais do que uma oportunidade, representou uma imposição. (LOPES, 1978, p. 94, apud SILVA, 1982, p. 137)

3.1 – “Tempos de mudança”: a ABCAR no INDA

É difícil uma data exata para as transformações verificadas na trajetória da extensão rural no Brasil mais recente. Fonseca afirma que o relatório de avaliação do Plano Diretor, datado de 1968, anunciou “tempos de mudança” na extensão (FONSECA, op. cit., p. 173). Na prática, consideramos o Decreto 58.382 de 1966, período em que a ABCAR passou a ser coordenada pelo INDA, um importante marco no redirecionamento do extensionismo para os médios e grandes proprietários. Portanto, após a coordenação do INDA, em 1966, conferimos o aumento expressivo dos membros mantenedores da ABCAR (Anexo V), nele incluindo-se os Ministérios da Saúde, do Planejamento, do Interior, além do IBRA, o INDA, a CONTAG³⁶, organismos internacionais como a UNICEF e, a partir de 1970, as Superintendências criadas no governo militares³⁷. Normalmente, os convênios celebrados entre as instituições tinham duração de um ano, cabendo à instituição fornecer os recursos financeiros, enquanto a ABCAR entrava com os recursos humanos especializados, disponibilizando seja extensionistas seja a criação de escritórios, ou então, a organização de cursos de treinamento:

Convênios celebrados pela ABCAR em 1966:

³⁶ Curioso notar que apesar da CONTAG constar no *hall* dos membros mantenedores, não há registro sobre quais convênios ou ações extensionistas foram realizadas entre a agremiação e a ABCAR. A revista *Extensão Rural* não publicou nenhuma reportagem ou nota sobre convênios firmados entre elas. A recomendação da ABCAR para os segmentos de não-proprietários era justamente a cooperativização e não o sindicalismo.

³⁷ As principais Superintendências criadas foram: Superintendência do Amazonas (1966), Superintendência da Borracha (1967), Superintendência da Região Sul (1967), Superintendência do Vale do São Francisco (1967) (IPEA,

Conselho de assistência técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP-NE 2)

SUDENE/ABCAR

CONTAP-I-4 [Produção Agrícola]/EXTENSÃO

MA/INDA/ABCAR

IBRA/ABCAR

MA-DPEA/USAID-IRI/ABCAR

FAO/ANDA/ABCAR (ABCAR, 1966, p. 1)

Articula-se, outrossim, com outros programas governamentais, na área da Saúde e da Educação, mantendo-se, para tanto, convênios com os respectivos Ministérios. [...]

Execução do Convênio UNICEF/ABCAR

A necessidade desse projeto decorre da linha de entendimento mútuo estabelecido pelo Convênio entre a ABCAR e a UNICEF, com vista à execução de trabalhos programados pelas partes interessadas, no que se refere aos Centros de Treinamento e aos Campos de Alimentação, Saúde e Educação. (ABCAR, 1968, p. 1 e 6)

Nesse período verifica-se a presença do financiamento norte-americano junto ao órgão, através da Agência do Departamento Internacional dos Estados Unidos (USAID), via Aliança para o Progresso, ainda latente, sobretudo nos convênios firmados via Ministério da Agricultura:

Convênio MA-USAID – O Ministro Ney Braga firmou no dia 5 de abril, três convênios com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pelos quais a Aliança para o Progresso coloca à disposição do Ministério da Agricultura CR\$ 5,6 bilhões [...]. Um desses acordos – que foram assinados também pelo Ministro Stuart H. Van Dyke, Chefe da Missão da USAID no Brasil, como representante do Governo dos Estados Unidos – inclui recursos para o prosseguimento e ampliação dos trabalhos da Extensão Rural desenvolvidos pelo Sistema ABCAR.

Ao firmar os convênios, o Ministro Ney Braga salientou que a cerimônia assumia significação especial, com motivos de orgulho para ele, por ter como objetivo fundamental **dar continuidade à cooperação brasileira-americana, no setor agropecuário**, agora sob os auspícios do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). (*Extensão Rural*, abril, 1966, p. 10)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também contava com inúmeros acordos que financiavam a ABCAR, além de constantemente destinar recursos para o crédito rural que coadjuvava as praticas extensionistas. Esses recursos eram repassados para os Bancos públicos, sobretudo o BNCC e o Banco do Brasil que faziam as operações de crédito, como pode ser visto no exemplo abaixo:

Agricultores Cearenses conhecem vantagens do crédito orientado

Os Recursos, sua origem

Os recursos utilizados em 1970 foram oriundos dos Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Banco do Estado e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, bem como do Banco Central e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reapplicados por aqueles estabelecimentos. Com base nos planos elaborados pelos extensionistas, concederam-se três modalidades de financiamento: 1) crédito rural orientado, para pequenos e médios produtores; 2) crédito rural especial (cooperativo), para cooperativas de produtores rurais, destinado a financiamento das próprias entidades ou para

repassa aos associados; 3) crédito rural juvenil, para sócios de clubes 4-S, a fim de permiti-lhes a execução de projetos agropecuários. (Revista *Extensão Rural*, ago. 1971, p. 12)

A proporção entre técnicos da área de agropecuária e extensionistas da área social demonstra o investimento em ações técnicas em detrimento DE iniciativas NA área social:

Quadro XIII – Evolução do quadro de pessoal do SIBER entre 1956-1975, discriminado por atividade:

Especificação	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agropec.	138	206	267	287	329	364	413	463	604
Bem-estar	127	179	214	233	245	262	304	327	387
Outros	-	-	-	-	-	-	-	18	17
Total	265	385	481	520	574	626	717	808	1008
Rel. A/S ¹	1,08	1,15	1,25	1,23	1,34	1,39	1,36	1,41	1,56
Rel. A/T ²	0,52	0,53	0,55	0,57	0,57	0,58	0,57	0,57	0,59

Especificação	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Agropec.	735	1026	1297	1394	1578	1703	2128	2747	3351	3485
Bem-estar	509	709	858	844	848	836	806	872	887	818
Outros	22	21	28	49	43	63	81	130	121	165
Total	1256	1756	2183	2287	2469	2602	3015	3749	4339	4468
Rel. A/S ¹	1,44	1,45	1,51	1,65	1,86	2,04	2,64	3,15	3,77	4,26
Rel. A/T ²	0,58	0,58	0,59	0,61	0,64	0,65	0,71	0,73	0,77	0,78

Fonte: RODRIGUES, C. M. **Seletividade das políticas públicas**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p. 136.

1 – Rel.A/S = relação técnicos da área agropecuária sobre técnicos da área social

2 – Rel. A/T = relação técnicos da área agropecuária sobre o total de técnicos.

Nota-se que o número de especialistas em agronomia cresceu constantemente em todo o período, ao passo que com relação aos técnicos especialistas na área social houve, entre 1967 e 1974 uma ligeira estagnação nas contratações. Se atentarmos para a relação entre “A/S” vemos que o índice eleva-se aceleradamente a partir de 1965, chegando a ser quase quatro vezes mais elevado em 1974, se comparado a seu início em 1956.

Os conteúdos da revista *Extensão Rural* também comprovam a nova linha de orientação da ABCAR. A revista começou a ser publicada logo após a Associação ser ao INDA, em 1966 e não mais diretamente à cargo do Ministério da Agricultura. O periódico substituiu os boletins informativos publicados desde 1957 sendo amplamente distribuídos para as entidades que compunham seu Conselho Deliberativo (ver anexo V) como, por exemplo, a CNA e a CONTAG e suas filiadas estaduais, desde a ACAR-Minas até as do Nordeste, como a ANCAR-Sergipe. Em matéria do ano de 1969,

intitulada “Extensão ajuda a quem trabalha”, a revista exalta o empenho e “liderança” que o médio proprietário teve para conseguir montar sua fábrica leiteira:

A granja leiteira mais moderna do município de Taquara, no Rio Grande do Sul, é o resultado do esforço e tenacidade do proprietário, Paulo Gonzaga, que durante anos perseguia a idéia de instalar um novo estábulo funcional, com ordenha mecânica e vacas de bom padrão zootécnico.

Um líder nato

Foi há mais de quinze anos que Paulo Gonzaga teve o primeiro contato com o extensionista da ASCAR. Desde então, passou a adotar as inovações técnicas preconizadas. Ainda mais: tornou-se um líder na sua comunidade, colaborando ativamente na difusão de novas práticas. E o seu exemplo animava seguidores. (Revista *Extensão Rural*, set.1969, p. 16)

Devemos também destacar aqui a participação constante da Associação Nacional dos Defensores de Adubos (ANDA). Essa entidade da sociedade civil criada em 1967 tinha por objetivo realizar propaganda dos fertilizantes e adubos químicos das empresas associadas: dentre elas, por exemplo, a Bunge Fertilizantes S/A, Companhia Petroquímica Brasileira (Copebrás), entre outras³⁸. A entidade, então presidida por Wladimir Antonio Puggina³⁹, participava de convênios com a ABCAR promovendo estudos que comprovassem a eficácia da adubação química e orgânica para a agricultura, além de distribuir adubos para “agricultores” que tivessem “potencial” de liderança, como pode ser comprovado no projeto da ABCAR estabelecido em parceria com a FAO e a ANDA:

A experiência nos diz que de um modo geral, o adubo é responsável por 50% do aumento da produtividade para a maioria das culturas. Os 50% restantes são provenientes de outros insumos modernos ou práticas agrícolas melhoradas

Como escolher os agricultores:

50% do êxito de um ensaio demonstrativo, consiste na escolha dos agricultores:

2) Agricultor em potencial é aquele que não se interessa sómente pelo saco de adubo grátis, mais dá importância ao possível resultado que êste pode produzir na colheita. (ABCAR, s.d., p. 2).

³⁸ Não foi possível encontrar o quadro das empresas filiadas no período de sua fundação. De acordo com o site da instituição a ANDA foi fundada em 13 de abril de 1967, no Nacional Clube, no bairro do Pacaembu em São Paulo. A ANDA tinha a missão específica de convencer os agricultores do custo-benefício dos fertilizantes. Uma ação pioneira de “marketing institucional” na agricultura. Imediatamente após a fundação, a Anda promoveu mais de vinte reuniões para mostrar a razão de sua existência nas capitais e cidades interioranas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. <http://www.anda.org.br/index.php?mpg=01.01.00&ver=por> acessado no dia 03 de janeiro de 2013.

³⁹ Wladimir Antonio Puggina é, até o presente, Conselheiro Independente da Minerva S.A. um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne in natura, industrializados e subprodutos de origem bovina e que também atua também no segmento de *Food Services* através da Joint Venture *Minerva Dawn Farms* (MDF). A empresa foi fundada em 1957, pela família Vilela de Queiroz, que deu início à criação de gado e prestação de serviços de logística para transporte de gado de fazendas para abatedouros; tendo fundado, em 1992, sua primeira unidade de abate e processamento, localizada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo. www.mzweb.com.br/minerva acessado em 14/07/2010. *Apud.* MENDONÇA, 2010 b, p. 54.

Além disso, a ANDA tinha intensa participação no chamado Comitê Nacional dos Clubes 4-S. Esse comitê foi criado em 1967 no Congresso Nacional de Agropecuária realizada em Brasília anualmente. A ANDA e empresas privadas distribuía prêmios aos “campeões de produtividade”, jovens associados Clubes 4-S – chamados de quatroessentista:

Os prêmios conferidos a êsses campeões nacionais de 1968 foram patrocinados pela **Esso Brasileira de Petróleo, Ford Motor do Brasil, Sears Roebuck, Refinações de Milho Brasil, ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos) e Massey Ferguson do Brasil.**

O aspecto mais notável dos jovens que integram os Clubes 4-S é a seriedade com que eles participam desse movimento e a contribuição que procuram prestar ao progresso do País. Assim, no III Congresso Nacional de Agropecuária, os quatrossentistas apresentaram estudos tentando identificar as falhas do preparo da juventude rural, melhorar a eficiência do ensino rural e os baixos preços dos produtos agropecuários, nem assim aliviar as cargas fiscais dessa atividade. (Revista *Extensão Rural*, set. 1969, p. 10-11)

3.2 – O crédito rural a partir de 1966

Nas conclusões da avaliação do Plano Diretor publicadas em 1968 e referentes às ações da ABCAR entre 1961 e 1965, o chamado “crédito educativo” (compreendendo as modalidades supervisionado e orientado, juvenil e habitacional) foi taxado como improdutivo e dotado apenas de um papel coadjuvante:

Ressalta, aqui a pequena contribuição do crédito rural educativo, no período estudado, como condição essencial à maior viabilidade de adoção da tecnologia preconizada pelos extensionistas. Poucos foram os casos apurados em que parcelas significativas dos produtores orientados pela Extensão receberam financiamentos, constituindo exceções os exemplos dos criadores bovinos, em Minas Gerais, e dos rizicultores de Santa Catarina, [...]. Se nestes dois Estados [...], o mesmo não ocorreu em relação à maioria dos agricultores envolvidos na pesquisa, tendo sido pouquíssimos os que receberam financiamentos para culturas [...] investigadas nos vários Estados. (Idem, p. 243-244)

Essa afirmação deve ser interpretada muito mais por seu caráter político do que eminentemente comprobatório. Vimos que o relatório do professor norte-americano George Patrick mostrava que a modalidade do crédito rural supervisionado havia sido superada pela do crédito orientado. No quadro abaixo, é patente que o montante de crédito para o período não era pequeno.

Quadro XIV - Empréstimos ativos segundo as modalidades de crédito rural educativo, por Serviço Estadual de Extensão.

(Situação em junho de 1965)

Serviços Estaduais de Extensão	Orientado		Supervisionado		Juvenil		Habitacional	
	Nº	Montante (Cr\$1.000)	Nº	Montante (Cr\$1.000)	Nº	Montante (Cr\$1.000)	Nº	Montante (Cr\$1.000)
Rio G. do Norte	-	-	4	459	-	-	1	16
Paraíba	-	-	7	398	-	-	10	167
Alagoas	21	3.794	1	15	-	-	-	-
Bahia	-	-	25	3.615	-	-	-	-
Minas Gerais	5.945	4.635.170	2.189	629.717	257	14.780	267	207.125
Espírito Santo	1.073	825.119	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	8	5.236	-	-	-	-	-	-
Paraná	24	6.004	12	2.714	8	60	-	-
Santa Catarina ^(x)	2.075	607.154	44	12.257	72	2.874	-	-
Goiás ^(x)	-	-	275	94.121	-	-	-	-
Total	9.146	6.082.477	2.557	743.296	337	17.714	278	207.308

Fonte: ABCAR. **Sistema Brasileiro de Extensão Rural**: documento básico para discussão, apresentado no IV Congresso Brasileiro de Agronomia. Tema I – Política e Desenvolvimento Agrícola. Belo Horizonte, ABCAR, 1965, p. 26

No quadro acima podemos ver a discrepância entre o crédito praticado nas associadas estaduais tanto em número e montante, quanto na modalidade aplicada. Nos estados do Nordeste, o crédito rural supervisionado foi a única modalidade aplicada, com exceção de Alagoas. O número de crédito e o montante emprestado é quase irrisório em relação aos Estados do Sul e Minas Gerais. O crédito juvenil direcionava-se aos clubes 4-S para execução de projetos de agricultura⁴⁰. Já o crédito habitacional era uma iniciativa iniciada nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais através de financiamentos diretos do BID disponibilizados através das caixas econômicas estaduais e do banco agrícola do Espírito Santo⁴¹ (Idem, p. 24). Esses créditos, como podemos perceber, eram experiências isoladas das filiadas mais tradicionais, ACAR-Minas e ACARES, mas de menor porte em relação à modalidade do crédito rural orientado praticado em todos os Estados. Mesmo com essa aparente “diversificação” dos tipos de crédito, o crédito orientado, destinado à produção continuaria predominando junto ao montante de crédito realizado. Além disso, no período que se seguiu, o número de financiamentos foi absurdamente superado:

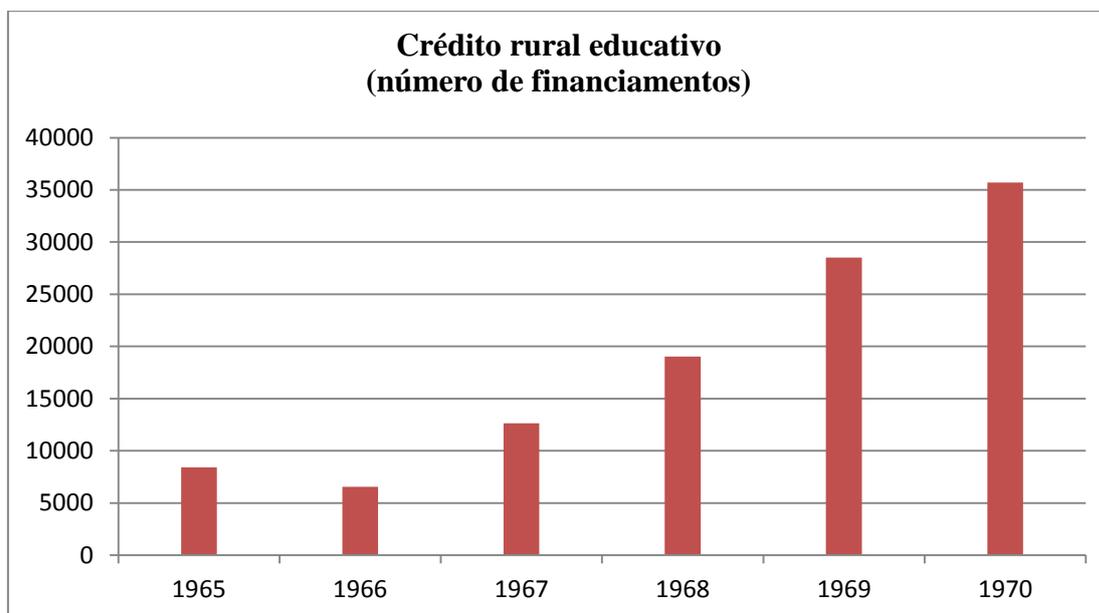
⁴⁰ No seu relatório ao Chefe da Nação, os jovens 4-S relacionaram os seus campeões de produção de milho, feijão e batata, culturas em que alcançaram resultados muito superiores aos obtidos por agricultores adultos. Assim, em Minas Gerais, no município de Campos Gerais, João Gomes Neto obteve rendimento de 10.898 quilos por hectare, com o lucro líquido equivalente a NCr\$ 506,87 por unidade de área (a produção média nacional é de 1.238 Kg/Há). (Revista *Extensão Rural*, set. 1969, p. 10).

⁴¹ A documentação não divulga o porquê desses dois Estados terem inventado essa modalidade. Podemos inferir, no caso de Minas Gerais, que devido sua tradição, foi a primeira associação criada ainda em 1948, obtinha-se financiamentos volumosos e acordos mais seguros do que associadas mais “jovens”.

Quadro XV – Empréstimos concedidos do crédito rural educativo no período de
1966 a 1969

	Número de financiamentos			Valor (NCr\$)		
	1966	1967	1968	1966	1967	1968
Brasil	8.550	12.669	19.262	7.311.109	16.782.300	88.488.063

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1969.



Fonte: Revista *Extensão Rural*, jun., 1971, p. 6 e 7

Nota-se que o valor do crédito rural concedido mais que dobrou de 1966 para 1967 e entre 1967 e 1968 mais que quintuplicou. Mesmo assim, o montante de créditos concedidos não teve aumentos significativos, mantendo-se em um patamar regular no período delimitado. Isso nos mostra que os valores dos créditos concedidos aumentavam muito mais do que o número de pessoas beneficiadas. Em outras palavras, os mesmos eram cada vez mais beneficiados, não cumprindo uma efetiva expansão dos benefícios de crédito rural a novos beneficiários. Talvez, isso demonstre a inacessibilidade do crédito aos segmentos dos pequenos proprietários. Aquele que conseguisse abrir sua primeira linha de crédito tinha mais facilidade em obter um próximo do que aquele que não ainda não conseguiu. Isso também reforça a tese de que o crédito consistia em um subsídio disfarçado de ação creditícia. Cíntia Ticianeli revela que com a lei nº 5.11 de 1965 a taxa de juros do crédito rural passou a ser inferior às do crédito mercantil (TICIANELI, 1996, p. 6).

Além disso, o Banco Central, depois de 1965, tornou-se obrigatoriamente a elaboração de um “projeto de assistência técnica” que deveria ser apresentado para obtenção do financiamento de crédito rural:

Aos Estabelecimentos Bancários,
Visando a disciplinar a articulação do crédito rural com a assistência técnica, definindo os níveis em que esta deverá ocorrer, considerada a responsabilidade que, no caso, deve caber às entidades financiadoras e aos usuários daquele crédito, em benefício dos interesses comuns da produção, conceitua-se a assistência técnica do crédito rural: a nível de carteira e a nível de empresa.

4. Terá, ademais, o assessoramento técnico a nível de carteira participação ativa no atendimento de aspectos creditícios especializados, ao propor à entidade financiadora, com base no resultado dos estudos da região, as diretrizes de crédito a serem observadas, bem como ao proceder à avaliação das propostas, no tocante a valor, prazos, garantias, beneficiários, finalidade dos empreendimentos e resultados das atividades a financiar. (Carta-circular Banco Central do Brasil, nº8, 29 de março de 1969)

A ABCAR era o principal órgão que elaborava esse tipo de projeto direcionado ao investimento em financiamento. Portanto, essa medida do Banco Central conferiu maior credibilidade à ação creditícia realizada pela ABCAR, tornando-se modelo a ser seguido pelas demais modalidades de crédito rural existentes. Vemos, então, que as ações do extensionismo, após 1966, intensificaram a ação extensionista no campo.

No plano discursivo, como por exemplo, na Constituição de 1967⁴² – “constituição” elaborada no próprio regime militar, substituindo a carta magna de 1946 – a extensão rural é considerada:

[...] o verdadeiro *agente* de mudança e não o recipiendário passivo de assistência. O agricultor é quem deve sentir e compreender a necessidade de sair do imobilismo, melhorar as práticas de trabalho, aumentar a sua renda. Somente então ele se torna receptivo às idéias do progresso, passa a desejá-las e as quer adotar, já certo de suas vantagens. [...]

No contexto da agricultura brasileira, a Extensão Rural representa, hoje, mais do que uma idéia-força, um instrumento eficiente do seu desenvolvimento e a vinculação da dinâmica desse processo com os aspectos vitais do homem e da comunidade a que pertence. (Carta de Brasília, 1967, p.101-102).

A nova constituição mantinha supostos ares democráticos, na tentativa de emprestar certa legitimidade ao regime através da construção de um suposto consenso entre o governo e a sociedade civil, afinal o Congresso ainda funcionava de maneira formal. Mascarenhas afirma que havia contradições intrínsecas entre o papel “humanista” conferido à extensão rural na Carta de Brasília e o caráter eminentemente produtivista disposto no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) elaborado pela equipe

⁴² A Carta de Brasília foi o nome dado para a sexta Constituição do Brasil e quinta constituição da República. Essa Constituição aumentou os poderes do Executivo, legitimando os Atos-Institucionais e as medidas diretas do gabinete da Presidência.

econômica do governo e que traçara linhas mais diretas entre a extensão rural e sua função de elevar a produtividade:

Nesse conjunto de ações o desenvolvimento da extensão rural constitui fator essencial. Os próprios métodos de trabalho extensionistas vêm experimentando acentuada evolução, deixando de ser um trabalho voltado mais para aspectos sociais no campo, e, portanto, mais dirigido a pequenos produtores, **para transformarem-se numa ação dinâmica, de forma a contribuir para a modernização tecnológica da agricultura**, para a melhoria do sistema de comercialização, desenvolvendo a sua ação integrada aos grandes projetos de infraestrutura e de aumento da produtividade, a fim de assegurar que o produtor use técnicas modernas recomendadas pela pesquisa (Brasil, 1969, p. 109, *apud* MASCARENHAS, op. cit., p. 194, grifos nossos).

Mas, qualquer tentativa de articulação política que houve nesse primeiro período (1964-1967) seria brutalmente suprimida pelo Ato Institucional n° 5 (AI-5) de 1968, que concentrou todos os poderes no Executivo e seus Atos discricionários e de exceção (FONTES & MENDONÇA, 2004, p. 39). A violência física com torturas e prisões arbitrárias e a violência simbólica que o AI-5 instituiu reprimiram qualquer liberdade política, sendo respaldada pelo “milagre econômico” no início da década de 70.

3.3 – Cirne Lima e a ABCAR

Em 30 de outubro de 1969, Luiz Fernando Cirne Lima assume o Ministério da Agricultura. Apesar de sua pouca idade⁴³, o gaúcho era formado em agronomia, era sócio proprietário de inúmeras fazendas de gado no Rio Grande do Sul –foi presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) – entidade que mantinha fortes vínculos com a SNA⁴⁴ – logo antes de ser chamado para ocupar a pasta da Agricultura. Devido a sua trajetória política ser pautada por claro alinhamento com a SNA o novo Ministro defendia a bandeira da mecanização para os grandes proprietários e da cooperativização para os pequenos produtores (MENDONÇA, 2010 d, p. 74). O Ministro foi o principal articulador da criação da EMBRAPA, bem como das reformulações ocorridas no Ministério da Agricultura, como veremos adiante.

⁴³ Cirne Lima assumiu o Ministério da Agricultura aos 36 anos. Para mais detalhes trajetória nos anexos I e VI.

⁴⁴ “Desde o início do século XX, frações da classe dominante agrária organizadas em torno da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) estimulavam - com base no decreto n. 6532, de 1907 – a fundação de sindicatos e associações de proprietários rurais, vinculados a distintos ramos produtivos e a várias regiões do país. A Sociedade Agrícola Fluminense, a Sociedade Mineira de Agricultura, a Sociedade Agrícola de Pernambuco e a **Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)**, por exemplo, surgiram neste contexto e sob orientação da SNA.” (Ramos, op. cit., p. 31, grifos nossos).

Ele deve ser considerado como um importante intelectual orgânico com intensa articulação entre as agremiações patronais. Talvez podemos considera-lo ligado aos segmentos mais modernizados da agricultura, mas não ligado a uma entidade em particular. Lembramos aqui que, como Graziano já nos alertara, com a modernização da agricultura houve um “fracionamento” da representação no âmbito da sociedade civil. Isso quer dizer que os vínculos estabelecidos de Cine Lima com a SNA não o colocam numa posição de direto alinhamento dos projetos da entidade fluminense. Sua ligação com tal entidade, pode ser considerada num aspecto mais formal do que real, pois as entidades patronais tais como a SNA, CNA e SRB configuravam-se como representações de caráter “formal”, ou mesmo tradicional. Portanto, podemos inferir que sua ligação principal deva ser estabelecida na sua relação com a FARSUL e seu ramo pecuarista, pois depois de ser Ministro da Agricultura foi diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC).

Em outras palavras, Cirne Lima personificava o empresariado rural brasileiro gozando, com isso, de ampla circulação entre as entidades patronais mais “modernas”, contando inclusive – e, sobretudo - com o apoio da SRB. Nesse sentido, a ABCAR viria a constituir-se em importante instrumento para a realização de seus interesses já que a agencia era a “linha de frente” do Ministério da Agricultura no tocante a um novo projeto de desenvolvimento rural e o Cirne Lima sabia disso.

A revista *Extensão Rural*, de agosto de 1969, publicou o novo Estatuto da ABCAR, que teria como principal objetivo:

constitui finalidade do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, contribuir para a integração do setor rural no desenvolvimento global do País, mediante a execução de atividades relacionadas com os aspectos tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e estruturais, em ação conjunta com outros órgãos e entidades voltadas para o mesmo propósito (Revista Extensão Rural, p. 7, agosto de 1969).

Nessa mesma matéria vemos que a Junta Governativa da ABCAR passou a denominar-se Conselho Deliberativo, permanecendo com os mesmos integrantes, exceto os secretários-executivos das filiadas estaduais. Estes últimos formariam o Conselho Técnico-Administrativo, responsável por apresentar ao Conselho Deliberativo os planejamentos anuais, orçamentos e demais assuntos de menor importância. Tal mudança não seria meramente formal, uma vez que a centralização das decisões se tornava mais intensa com a exclusão dos secretários-executivos das filiadas regionais, tornando a influência dos membros das entidades civis – como a CNA – mesmo dos

representantes do Ministério da Agricultura menor. Essa modificação fazia parte da “Reforma Administrativa” iniciada pelo Ministro Cirne Lima visando “aperfeiçoar” a ação da Pasta, no sentido de sua adequação a um novo projeto de agricultura mais mecanizada e industrializada:

O Estatuto da ABCAR foi reformado pela Junta Governativa da entidade, com o fim de se aperfeiçoar a estrutura do Sistema Brasileiro de Extensão Rural e possibilitar-lhe completa integração nos programas governamentais de desenvolvimento. [...]

A reestruturação ora iniciada inspirou-se em princípios básicos da Reforma Administrativa tais como a centralização do planejamento, da coordenação e do controle e a descentralização executiva, cuja aplicação se ajusta às peculiaridades de organização e funcionamento do Sistema de Extensão (*Extensão Rural*, ago. 1969, p. 7)

Na gestão de Cirne Lima (1969-1973), sua assídua presença nas reuniões do Conselho Deliberativo da ABCAR representava seu estrito acompanhamento das práticas extensionistas levada a cabo pela ABCAR.

O ministro Cirne Lima expressou, ainda, que era com a maior satisfação que comparecia à reunião do Conselho Deliberativo da ABCAR. “Na minha gestão à frente da pasta da Agricultura – frisou- já se realizaram duas reuniões do Conselho e a ambas estive presente. Com isso, desejo apenas deixar bem claro o interesse e apoio que damos aos Sistema ABCAR, ao notável trabalho que estamos realizando, mesmo reconhecendo as graves dificuldades que se abatem sobre o Sistema. Mas conhecem também os senhores o esforço que temos feito, em caráter pessoal e em caráter governamental, para obviar e contornar essas dificuldades.

Ao concluir o seu pronunciamento, o Ministro da Agricultura felicitou o presidente e o secretário executivo da ABCAR, bem assim os dirigentes dos Serviços de Extensão estaduais. “E permitam-me que eu faça chegar, através dos senhores, aos mais modesto e obscuro técnico que trabalho no interior brasileiro minha palavra de estímulo e a minha saudação. Ao extensionista que esteja no município mais longínquo, **fazendo o trabalho sacerdotal da assistência técnica, aqui vai a minha palavra de apoio, e também o meu convite para acreditar no Brasil**, para crer no esforço enorme que o Governo brasileiro, que o Governo do Presidente Médici está empreendendo em prol do desenvolvimento do País. (Revista *Extensão Rural*, jul. 1970, p. 4-5, grifos nossos)

Em 1971, devido a problemas de saúde, o Presidente da ABCAR desde 1956, João Napoleão de Andrade, se afastou do cargo. O Conselho Deliberativo se reuniu e, por aclamação, elegeu o próprio Ministro Cirne Lima para o posto. Até o fim de sua gestão, em maio de 1973, Cirne Lima acumulou ambos os cargos, consolidando a explícita convergência de interesses por ele representada, assim como os novos rumos da extensão rural. Consideramos esse período como exemplo máximo da relação estabelecida entre certas entidades patronais de classe e a ABCAR.

O Ministro Luiz Fernando Cirne Lima foi eleito Presidente da ABCAR, na última reunião do Conselho Deliberativo da entidade, que se realizou no dia 9 de dezembro, no Rio. A escolha, feita por aclamação, significou reconhecimento ao Ministro da Agricultura pelo apoio que vem dando ao

Sistema Brasileiro de Extensão Rural, ao qual se acha estreitamente ligado, em termos oficiais e pessoais, em função dos objetivos da política agrícola. Como demonstração dessa confiança na atuação do Sistema, citou o recente Decreto que transfere para a ABCAR e suas filiadas a execução do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro (PLAMAM), a partir de 1º de janeiro de 1972. (Revista *Extensão Rural*, dez. 1971).

Foi a partir desse período que a ABCAR passou a veicular, dentre outros, o projeto de cooperativização rural, em consonância com a ascensão da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que nos anos 1980 se tornaria a “nova força hegemônica, como veremos adiante.

3.4 – O projeto de Cooperativização na ABCAR

Bernardo Sorj ressalta que durante o regime militar houve uma mudança do enfoque das políticas destinadas ao campo, sobretudo a partir da década de 70, quando o projeto de reforma agrária inscrito no Estatuto da Terra foi substituído por programas localizados, de cunho técnico-administrativo, sobretudo no Nordeste (SORJ, 1980, p. 70-71). A cooperativização seria um importante instrumento de “integração ideológica” dos pequenos produtores realizados pelos aparelhos de Estado. “*Pelos Decretos-Leis nº 59 de 26 de novembro de 1966 e 5.764 de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas passam a ser tuteladas pelo Estado, ficando aberta a possibilidade de intervenção na cooperativa pelo Incra.*” (Idem, p. 74). O autor também afirma que

As cooperativas apresentam-se como mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos, ao mesmo tempo que oferece ao Estado uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa depende do Estado. (Idem, p. 76).

Assim, o projeto de cooperativização tornou-se cada vez mais presente, nos anos 70, contando com a intensa participação da ABCAR e suas filiadas. O associativismo e o cooperativismo⁴⁵ estavam presentes desde a década de 1960 na documentação do órgão. Todavia, posteriormente a 1966 a cooperativização adotaria uma nova estratégia: integrar os pequenos proprietários no paradigma “empresarial” capitalista fornecido pela cooperativa via ABCAR. Na revista *Extensão Rural*, veiculavam-se inúmeras

⁴⁵ A diferença entre o associativismo e o cooperativismo se baseia mais em relação ao caráter político e econômico. Enquanto que as associações eram organizações a nível regional de produtores que, por sua vez, formavam Federações Estaduais a maioria delas vinculadas à Confederação Rural Brasileira (CRB), muito semelhante aos sindicatos. Já o cooperativismo implica numa organização pautada pelo produto plantado pelos proprietários. Isto é, cooperativas de leite, algodão, milho, feijão, ou mesmo pela divisão social do trabalho, como cooperativas de transporte, armazenamento, entre outras.

matérias, quase todos os meses, ora elogiando, ora ilustrando o estímulo dado pelos extensionistas à cooperativização.

A cooperativa de Laticínios de Nova Venécia, no Espírito Santo, é hoje a maior empresa do município. [...] Segundo Walter, a situação começou a mudar depois da instalação do Escritório Local do Serviço de Extensão Rural (Acares) em Nova Venécia. [...] “Além disso, a assistência técnica tem ajudado a **conscientizar os produtores para as vantagens da comercialização através do sistema cooperativista.**” (revista *Extensão Rural*, mar. 1972, p. 13, grifos nossos).

Esse processo se coaduna com as bandeiras da cooperativização levantadas no âmbito das entidades agroindustriais da sociedade civil. A CNA, agremiação diretamente ligada à ABCAR, não por coincidência, em fins dos anos 60, intensificaria SUA defesa da cooperativização. A revista *Gleba* divulgaria as ações do INDA, cujo seu primeiro presidente – Eudes de Souza Leão⁴⁶ – era membro da Confederação ficando no cargo até 1968 quando foi substituído por Dix-Huit Rosado⁴⁷. Apesar de Dix-Huit não ter sido por nós diretamente encontrado nas diretorias da CNA ou da SNA, sua gestão em muito foi elogiada pela CNA como se depreende do trecho abaixo:

INDA: dois anos de realizações com a nova dinâmica de trabalho De conformidade com os princípios revolucionários, **emprenhado em conduzir o progresso em marcha uniformemente acelerada**, [...] No propósito de melhor sentirmos a assertiva, destacamos a atuação do órgão nos diversos setores: [...] O **incentivo ao Cooperativismo** permitiu ao INDA a aplicação de NCr\$ 1.115.000,00 em recursos, incrementando a instalação de novas unidades cooperativas, melhoria das já existentes, bem como a instalação de centros produtivos e administração de cursos de orientação de todas as práticas de sistema e maior fiscalização por parte dos órgãos

⁴⁶ Pernambucano, possuiu os cursos de Engenheiro Agrônomo e Superior de Guerra, tendo se especializado em assuntos de genética vegetal, cana de açúcar, algodão, mamona, amendoim, gergelim, sisal e laticínios. Eudes de Souza Leão especializou-se em Economia Rural e Sociologia Rural, além de ter realizado estudos de Economia e Extensão Agrícolas. Foi gerente da Usina Higienizadora de Leite e Fábrica de Laticínios de Pernambuco. Assumiu papéis em organismos internacionais, como representante da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio na Reunião Latino-Americana de Especialistas em Adubos e Adubação, promovida pela FAO. Realizou viagens ao exterior, como representante do Governo Brasileiro, sob os auspícios do Ministério da Agricultura e do Conselho Nacional de Pesquisas. Em 1959, realizou outra viagem de estudos agrônomos, como Vice-Presidente da Delegação Brasileira, ao X Congresso da Sociedade Internacional de Tecnologia da Cana de Açúcar. Foi diretor técnico, no período de 1961-1973 da CNA, de 1976 a 1982 foi suplente da Diretoria da entidade (RAMOS, 2011, p. 260 e *Gleba*, set-out., 1966, pp. 14-15).

⁴⁷ Nasceu no Rio Grande do Norte, pecuarista, entrou na política em 1947 quando elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Norte, pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950 desligou-se da UDN e foi eleito deputado federal na legenda da Aliança Democrática, formada pelo PSP, o Partido Social Democrático e o Partido Republicano. Foi reeleito em outubro de 1954, dessa vez pelo PSD. Em outubro de 1958 venceu as eleições para senador da República na legenda da coligação formada pela UDN e PR, num mandato que se estendeu até 1966. Com o golpe militar de 1964, os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional número 2, de outubro de 1965. Nessa época houve a instauração do bipartidarismo, tendo Dix-huit se filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo militar.

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1767&li=40&lcab=1955-1959&lf=40 e <http://www.luciarocha.com.br/2012/05/centenario-de-dix-huit-rosado-no-dia-21.html> acessado no dia 03 de novembro de 2012.

competentes. Os valores distribuídos aos diversos Estados para difusão e assistência ao cooperativismo contemplam ao Amazonas com NCr\$ 40.000,00; Amapá, NCr\$ 40.000,00. Aos demais componentes da União, incluem-se com importância em cruzeiros novos: Bahia 70 mil; Ceará 50 mil; Esp. Santo, 60 mil; Goiás, 30 mil; Maranhão, 30 mil; Minas Gerais, 40 mil; Paraíba, 60 mil; Paraná, 70 mil; Pará, 30 mil; Pernambuco, 100 mil; Piauí, 60 mil; Rio Grande do Norte, 65 mil; Rio G. do Sul, 100 mil; Rio de Janeiro, 30 mil; Sta Catarina, 70 mil; Sergipe, 60 mil; Alagoas, 30 mil; Mato Grosso, 30 mil; Roraima, 20 mil; Rondônia, 20 mil e São Paulo, 50 mil. Em Minas Gerais, por exemplo, através de recursos fornecidos pelo INDA, juntamente com a Secretaria de Agricultura local, existem 60 cooperativas organizadas, 10 em organização, 19 autorizadas a funcionar, valendo mencionar que foram processadas 53 reformas estatutárias de cooperativas, respondidas 94 consultas, examinadas 396 documentações contábeis, atendidas 1.097 pessoas, expedidas 785 circulares e concedidas 44 informações ao BNCC, além de fornecidos 34 atestados de funcionamento regular. (*Gleba*, jul., 1969, p. 12)

A citação revela o montante dos investimentos destinados pelo INDA à cooperativização, além de explicitar o expressivo número de cooperativas existentes em Minas Gerais, estado que recebeu as primeiras experiências extensionistas desde 1948. Isso revela a difusão intensiva do projeto cooperativista através dos aparelhos de Estado, no período.

No âmbito da sociedade civil, podemos verificar que, a partir de 1969, a revista *Gleba*, periódico da CNA, lançaria uma nova coluna, intitulada “Painel Cooperativista” (*Gleba*, dez. 1969). Mendonça também afirma que uma das principais bandeiras da SNA, dos anos 70 em diante, seria a cooperativização. Mesmo empregando um discurso de caráter social, a cooperativa era voltada, sobretudo aos pequenos produtores visando melhorar a eficácia da comercialização e distribuição dos gêneros alimentícios para o mercado interno. Nota-se que a SNA insistia em sua proposta de ser a pequena produção aquela destinada a abastecer o mercado doméstico. Na relação entre as entidades e o Ministério da Agricultura, a revista da agremiação – *A Lavoura* – apoiava o Ministro Cirne Lima intitulando-o como “pacificador da família cooperativista” (MENDONÇA, 2010, p. 79).

Entretanto, a nova agremiação cooperativista, a OCB, tornar-se-ia a representante da “fala legítima” sobre os projetos cooperativistas veiculando um discurso integrador. Porém, antes de sua criação, os conflitos derivados da multirepresentatividade das cooperativas enfraqueciam a possibilidade de afirmar-se uma proposta hegemônica. As cisões regionais aumentavam as disputas de representação. Em São Paulo, por exemplo, a cisão entre a Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo (ACAPESP) e a União das Cooperativas do

Estado de São Paulo (UCESP) inviabilizava uma posição mais fortalecida das frações da classe agroindustrial paulista. (MENDONÇA, 2010, p. 183).

A criação da OCB uniu o projeto cooperativista, possibilitando um salto qualitativo na representação patronal. Mendonça afirma que sua criação foi resultado do empenho direto do Ministro Cirne Lima em unificar ambas as entidades representantes das cooperativas:

A partir de 1930, em face do controle do cooperativismo pelo Estado e da centralização do regime militar nos anos 1960, o movimento enfrentaria sérias crises, uma vez que, nesse processo, passaram a existir duas entidades nacionais de representação: a Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), o que manteria o movimento fragilizado, ao menos até fins da década de 1960 (Idem).

Vemos que a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo, em dezembro de 1971, pelo referido Ministro, tinha ampla representação da nova entidade, demonstrando sua ascensão meteórica inclusive junto ao estado restrito.

O conselho presidido pelo Ministro da Agricultura, funcionará junto ao INCRA e **compõe-se de oito membros**, que representam os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda, Interior e Agricultura (dois) e a **Organização das Cooperativas Brasileiras (três)**.

Após Instalar o Conselho, o Ministro Cirne Lima inaugurou a sede da Organização das Cooperativas Brasileiras, que passa funcionar em Brasília. Cabe à OCB a representação do sistema cooperativista nacional atua no como órgão técnico-consultivo do Governo. (Revista *Extensão Rural*, jul. 1972, p. 10).

A articulação do Ministro, com fortes laços com as entidades patronais fluminenses, em transitar entre as frações da classe agroindustrial paulista pode ser considerada uma vitoriosa ação política para a continuidade dos projetos em pauta. Sua estratégia de criar “corredores de exportação” era uma tentativa de estabelecer um diálogo permanente com os grupos dominantes de São Paulo uma vez ser este o estado mais dinâmico e de maior produção oriunda de cooperativas no setor agropecuário (SZMRECSÁNYI, op. cit., p. 164), tendo, inclusive, como alvo, o mercado internacional. Portanto, São Paulo levantava importantes divisas para o país:

Cirne explica a paulista ação para safra 72/73

O Ministro Cirne Lima reuniu-se, no dia 22 de setembro, em São José do Rio Preto, com líderes rurais e prefeitos de 202 municípios paulistas, aos quais fez uma exposição da estratégia de ação lançada pelo Presidente Médici na cidade mineira de Uberlândia, para a região Centro-Sul, visando à obtenção – com o oferecimento aos produtores de preços mínimos compensadores, crédito orientado e comercialização assegurada – de um recorde na safra agrícola 1972/73.

Presentes também o Vice-Governador Antônio Rodrigues Filho e o Secretário de Agricultura de São Paulo, Sr. Rubens Araújo Dias, e representantes das industriais de insumos para a agricultura, o Ministro, após anunciar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujo projeto já foi encaminhado ao Presidente da República,

disse que fora a São Paulo para lançar aos homens do campo um convite para que plantem um Novo Brasil [...].

Esclareceu o Ministro que a estratégia de ação se baseia num trabalho integrado de todos os órgãos federais e estaduais atuantes no setor e mesmo da iniciativa privada, orientado na direção de um crescimento planejado da agricultura, fundamental para a política econômica do Governo, de compatibilizar o aumento das exportações através dos “corredores de exportação” que estão sendo implantados, com um perfeito atendimento do abastecimento interno, necessário à redução dos índices da inflação. (Revista *Extensão Rural*, set. 1972, p. 10, grifos nossos).

Devemos lembrar que, apesar das inúmeras discordâncias entre as agremiações mencionadas – polarizando a SNA/CNA de um lado e a SRB do outro – certos interesses aproximavam-nas, sobretudo quando sentiam-se ameaçadas por um “inimigo comum”, como no período pré-64, ainda no governo Goulart, quando ambas as entidades, em graus diferentes, foram veementemente contrárias aos programas de Reformas de Base, sobretudo em relação à reforma agrária. Já na década de 70, ambas as agremiações tinham pautas e estratégias de ação diferentes com relação à agricultura, mas o estabelecimento do consenso, mediante acordos e diretrizes traçadas em comum, foram importantes para a continuidade dos projetos, sobretudo o de cooperativização encampados pelo Ministério da Agricultura.

3.5 – Desenvolvimento do Nordeste desigual

A extensão rural no Brasil como um todo, coadjuvou o processo de concentração da propriedade, expropriando pequenos proprietários e desmobilizando os movimentos sociais no campo brasileiro desde suas primeiras experiências em 1948. O projeto extensionista, conforme já mencionado, seria redirecionado após 1966 privilegiando médios e grandes proprietários, uma vez que esses obtinham resultados mais satisfatórios em relação ao aumento da produtividade, posto contarem com condições para adotar as tecnologias, o crédito rural e a diversificação da produção, propostas pelos extensionistas.

O governo militar estava empenhado em estabelecer projetos para o desenvolvimento do Nordeste e Norte do país. O primeiro era considerado “atrasado” em relação às demais regiões do país e o segundo era tido como a nova fronteira agrícola a ser explorada. É possível verificar que, a partir de 1969, houve a criação de superintendências para regiões do país consideradas “atrasadas” em seu desenvolvimento econômico. Assim surgiram a Superintendência do Amazonas (1966), a Superintendência da Borracha (1967), a Superintendência da Região Sul (1967), a Superintendência do Vale do São Francisco (1967), entre outras. A SUDENE

participava da Junta Governativa da ABCAR desde 1960 – quando foi efetivamente criada – porém, a partir de 1964, ela deixaria de ser dirigida por Celso Furtado e, com isso, passou a vincular-se ao Ministério do Interior e não mais ao Gabinete da Presidência da República⁴⁸. A partir de 1966 os relatórios anuais e planos de trabalho da ABCAR incluíam a SUDENE em projetos específicos, ligados ao combate à fome ou às secas:

Através de três novos convênios firmados pela ABCAR, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural ampliará sua participação nos programas da SUDENE e da SUVALE [Superintendência do Vale do São Francisco], com o propósito de racionalizar a produção agropecuária e melhorar o bem-estar social no campo.

Um desses convênios, o da Sudene-ABCAR, assinado a 8 de setembro, no valor de Cr\$ 2.382.000,00, é para a execução de um programa de extensão rural junto às cooperativas, por intermédios das Filiadas da ABCAR sediadas na área de atuação da Superintendência. Visa a proporcionar assistência agrônômica e administrativa a cooperativas rurais de dez Estados e elevar os níveis de produção e produtividade das principais culturas alimentares e industriais, bem como da pecuária. (Revista *Extensão Rural*, set. 1972, p. 15).

Constatamos na revista *Gleba* da CNA, por exemplo, inúmeros elogios aos trabalhos da SUDENE no pós-64 recebendo, inclusive, ajuda internacional do BID destinada ao cooperativismo:

O Banco do Nordeste vai iniciar programas de financiamentos a cooperativas rurais localizadas na área de atuação da SUDENE, objetivando o fortalecimento do cooperativismo, o aumento da produção de alimentos e de matérias-primas e a melhoria da produtividade do pequeno produtor rural. O programa será executado mediante convênio com a SUDENE, para aplicação global de US\$ 2,7 milhões, equivalentes a NCr\$ 10,26 milhões, recursos estes provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (*Gleba*, mar. 1969, p. 20)

Em matéria intitulada “Como e onde aplicar na SUDENE” a CNA divulgou a portaria nº 188, de 1969, destinada a auxiliar os “investidores” interessados em aplicar seus recursos no setor agropecuário do Piauí ou Maranhão. Assim, a CNA sugere:

SUGESTÃO

Tal Portaria significa que os investidores até 31 de julho próximo têm direito à opção dos recursos existentes na SUDENE, dos exercícios de 1966/67, sob pena de serem recolhidos, para aplicação onde aquela Superintendência julgar conveniente.

Em face da premência de tempo, que não permitirá aos investidores estudo de todos os projetos, **GLEBA examinou os mais interessantes, entre os quais se destaca o da Empresa Agropastoril Iguará S/A**, com sede em São Luís, Maranhão, e propriedade a ser explorada no Município de Vargem Grande, apresentado pelo Dr. Osvaldo da Consta Nunes Freire, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Maranhão, e aprovado em 26 de fevereiro último pela resolução nº 4272 da SUDENE.

⁴⁸ OLIVEIRA, L. L. A criação da SUDENE, arquivos do CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>, acessado no dia 11 de dezembro de 2012.

GLEBA coloca-se à disposição dos investidores interessados no projeto, para prestar quaisquer esclarecimentos complementares. (*Gleba*, maio, 1969, p. 40, grifos nossos)

Vale lembrar ainda que, a partir dos anos 70, houve a proliferação de “Programas” com o mesmo objetivo de desenvolver as áreas ainda “subdesenvolvidas” do Brasil ou regiões ainda não contempladas com políticas públicas integrantes dos chamados “programas especiais”, que visavam a colonização do Norte e do Nordeste expulsando as populações rurais, sobretudo aquelas não proprietárias, para áreas de fronteira agrícola:

São dessa época os seguintes programas: Programa de Integração Nacional (PIN) (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale) (1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste) (1974). Além de outros como os chamados *baixa renda*, como o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento e à Preservação da Natureza (Inan); Programa de Nutrição Brasil – Banco Mundial/ 1979-1985 (PNBB); Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (Procanor), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) – este dedicado à expansão da agricultura moderna nas áreas de cerrados – etc. (IPEA, p. 159-160)

3.6 – A ABCAR torna-se EMBRATER

Em 1970 o INDA e o IBRA foram fundidos dando origem a um novo órgão: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com a extinção do INDA, a ABCAR passou para a alçada do INCRA. Nesse período, observa-se que a USAID e o ETA saem da relação de “membros mantenedores” da ABCAR (Anexo V) isso significa que eles não contribuíram mais para a associação. Contudo, a documentação consultada não demonstra qualquer alteração expressiva na nova coordenação do INCRA.

As circunstâncias que levaram à extinção da ABCAR ainda não estão claras. Se pensarmos no panorama geral, vemos que a aproximação do Ministro da Agricultura com a ABCAR - sendo este, ao mesmo tempo, presidente da associação – tornava a extensão rural fortalecida. Além disso, nas ações de expansão da fronteira agrícola, estímulo para Programas no Nordeste e ações de aumento da produtividade agrícola, a ABCAR mantinha convênios na maioria dos projetos.

A ABCAR contava também, nesse período, com enorme prestígio junto às agremiações patronais, sendo apontada como uma organização com tradicional presença no campo brasileiro:

Sócio benfeitor da ABIR A Associação Brasileira de Informação Rural entregou ao Ministro Cirne Lima, na qualidade de presidente da ABCAR, o título de sócio benfeitor número um, pelo apoio recebido, desde a sua criação, da entidade coordenadora do Sistema Brasileiro de Extensão rural. A entrega foi feita em Brasília, a 18 de dezembro último, pelo jornalista Mario Mazzei Guimarães, Presidente da ABIR, e na presença de outros dirigentes dessa associação e de responsáveis por várias publicações agrícolas. A ABIR também homenageou com um aplaca de prata, o Secretário Executivo da ABCAR, Sr. Aloísio Campelo. (Revista *Extensão Rural*, jan. 1973, p. 10).

Vimos também que a ABCAR alinhava-se com o projeto de capitalização da agricultura tendo seu foco de atuação voltado para o aprimoramento da tecnificação do campo, destinando-se a médios e grandes proprietários sem, contudo, deixar de lado seu discurso assistencialista que produzia uma “aura” de legitimidade para a agência: “*Algumas investidas na chamada ‘área social’ da agricultura serviram muito mais como ‘colchões amortecedores’ de conflitos do que efetivamente como uma ampla política de reestruturação agrária do país [...]*” (PALMEIRA & LEITE, op. cit., p. 119).

Em dezembro último, na sede da SNA, realizou-se a entrega dos primeiros Destaques “A Lavoura”, presidindo a cerimônia o eng. Agrônomo, Edmundo Campelo Costa, Secretário de Agricultura e Abastecimento da Guanabara. Uma das entidades homenageadas foi a ABCAR “**pela participação efetiva na execução da política governamental de desenvolvimento econômico e social, orientando mais de 7 milhões de agricultores, donas-de-casa e jovens do campo na escalada para o progresso e o bem-estar**” (Revista *Extensão Rural*, jan./mar., 1974, p. 19, grifos nossos).

Entretanto, no início da década de 1970, um episódio gerou forte crise institucional no interior da ABCAR: a demissão do Ministro da Agricultura e também presidente da ABCAR, Cirne Lima, em maio de 1973. O *Jornal do Brasil* noticiou o episódio em primeira página, como manchete principal:

Cirne se demite do Ministério da Agricultura
O Sr. Luís Fernando Cirne Lima se demitiu ontem do Ministério da Agricultura, em carta que enviou pela manhã ao Presidente Médici, através do Chefe da Casa Civil, professor Leitão de Abreu. A demissão só foi anunciada às 17 horas, em nota de seis linhas da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.
A nota informava que o pedido fora aceito e que o novo titular será o Sr. José de Moura Cavalcanti, atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A posse do novo Ministro da Agricultura está marcada para hoje, às 10 h 30m, no Palácio do Planalto. (*Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1973, p. 1).

Porém, a matéria não apontava para nenhum acontecimento específico que pudesse ter ocasionado tal pedido de demissão, embora alerte para a constante troca de ministros ocorrida no decorrer da gestão Médici. A carta de demissão, também publicada no jornal, chamava atenção para o problema dos preços dos alimentos em alta

em todo o mundo (Idem, p. 3). Mendonça esclarece que a crise do “milagre” econômico forçou o tabelamento dos preços agrícolas para baixo. O Ministro Cirne Lima, em discordância com essa política, desentendeu-se acidamente com o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, também responsável pela imposição do aumento da taxaço no preço da carne. Nessa “queda de braços”, o Ministério da Agricultura, menos significativo que o Ministério da Fazenda, foi derrotado.

Para assumir a Pasta da Agricultura foi nomeado o então presidente do INCRA, José de Moura Cavalcanti. Fazendeiro em Pernambuco e na Paraíba, Moura Cavalcanti havia sido prefeito de Macaparana (Pernambuco), sua cidade natal (1950-1954), governador do Amapá no breve governo de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, membro do conselho deliberativo da SUDENE. Portanto, apesar de não contar com uma filiação direta com alguma entidade de classe, o fato de possuir fazendas em dois Estados, além de sua trajetória política o colocava em posição estratégica importante, alinhado à classe dominante agroindustrial. Ou seja, ele não era um mero funcionário de carreira e muito menos vinculava-se a movimentos sociais, podendo ser visto com importante articulador das frações da classe dominante agrária, conquanto com objetivos diversos do Ministro que o precedera.

A revista *Extensão Rural* nada explicou sobre a saída de Cirne Lima, apenas uma nota sobre a posse de Moura Cavalcanti como Ministro. A documentação oficial também não nos permite dizer quem assumiu a presidência da ABCAR após a saída de Lima, exceto pelo relato de Olinger que afirmava que o vice-presidente da ABCAR, Ewaldo Saramago Pinheiro, assumira o cargo nos últimos anos, apesar das relações anteriormente estabelecidas entre o Ministério da Agricultura e a ABCAR se terem terminantemente rompido.

De fato, dois meses depois, em 23 de julho de 1973, foi assinado o decreto n° 72.507 que determinava o extremo controle das atividades de extensão rural ao Ministério da Agricultura. O ato estabelecia, entre outros assuntos, que os planos ou programas relacionados à ABCAR somente seriam executados após “*prévia aprovação do Ministério da Agricultura nos seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros.*” (Decreto n° 72.507, § único). Na proposta orçamentária de 1974 é nítida a preocupação com a retirada dos recursos que sofrera em decorrência dessa lei:

Em virtude de alteração introduzida pelo Ministério da Agricultura, em 1973, quanto à entrega de recursos, que passou a ser feita diretamente às Filiadas, mediante ajustes, além de reduzidos, a presente proposta orçamentária consigna apenas os recursos destinados à ABCAR, enquanto que, para o

Sistema, somente registra contribuições da SUVALE, SUDENE, FUNABEM e UNICEF, destinadas a projetos específicos. (ABCAR, 1974, p. 1)

A SNA se manifestou acusando o decreto de “*criminoso*” pelo fato de a clara tentativa de cortes de verbas poder levar à própria desarticulação da ABCAR (MENDONÇA, 2010d, p.121). No jornal *O Estado de São Paulo* de novembro de 1973, a colunista Ellen B. Geld⁴⁹ – que anteriormente publicara diversas matérias a favor da ABCAR, inclusive apoiando a criação de uma filiada da associação em São Paulo – publicou matéria ressaltando a total perda de autonomia da ABCAR em razão do decreto do Ministro Moura Cavalcanti.

De agora em diante, tudo mudou. Em setembro, um novo decreto fez da ABCAR um mero executor dos planos e programas estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. Alguns podem considerar esta ação como um passo na direção certa. Contudo, os que já estiveram em contato com a ABCAR nos últimos 20 anos o conhecem todos os seus méritos sabem, perfeitamente, que a ABCAR dificilmente teria alcançado toda a sua eficiência, sem a autonomia, que agora lhe é tirada. (*O Estado de São Paulo*, 11/11/73, p. 57)

A revista *Extensão Rural* continuou a veicular matérias e reportagens sobre as ações extensionistas nos Estados, as organizações cooperativas exitosas, bem como sobre o novo alinhamento entre pesquisa e extensão rural decorrente da criação da EMBRAPA, muito embora o periódico não mais apresentasse nenhuma matéria ou revelasse contato mais direto entre o Conselho Deliberativo e o Ministro da Agricultura como antes houvera. Aproximadamente um ano e meio após o decreto que minava as verbas da ABCAR, a edição de setembro/dezembro de 1974 da revista *Extensão Rural*, em meio a várias matérias corriqueiras publicou, na íntegra, a Lei nº 6.126, de 6 de novembro do mesmo ano, a qual criava a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Surpreendentemente, não houve comentário, nota, ou qualquer outra manifestação expressiva sobre tal novidade. Contudo, é óbvio que a decisão de criar um novo órgão estatal não teria surgido de uma hora para outra.

Glauco Olinger, em suas memórias, reproduz uma profunda dissensão pessoal entre o secretário-executivo da ABCAR, Aloísio Campelo (anexo I) e o recém-empossado Ministro Moura Cavalcanti, de modo a justificar a abrupta extinção da associação em 1974:

[...] incontinenti, [José de Moura Cavalcanti] manda um recado para que Aloísio Campelo peça demissão da ABCAR. Aloísio tenta resistir e é aconselhado por um grupo de dirigentes das associadas a pedir demissão. O

⁴⁹ Ellen B. Geld é fazendeira e conservacionista. Publicou várias obras, entre elas *Pelas Janelas das Fazendas, Estranho no Vale*, etc. http://www.objetiva.com.br/site2011/autor_ficha.php?id=653, acessado no dia 19 de janeiro de 2013.

recado é dado a Aloísio pelo então vice-presidente da ABCAR, o deputado federal José Saramago⁵⁰. O presidente da ABCAR, João Napoleão de Andrade, amigo de Juscelino Kubitschek, estava ausente. [...]

A ABCAR vinha sofrendo retaliações do Ministério da Agricultura, a ponte de remeter os recursos financeiros para os Estados via suas Delegacias Estaduais. (OLINGER, op. cit., p. 91 e 93)

Semelhantemente à Olinger, José Paulo Ribeiro também explicita a divergência política pessoal que havia entre Moura Cavalcanti e Aloísio Campelo como uma “crise institucional”:

Mas, no momento em que estabilidade e prestígio para a Extensão Rural eram um fato concreto, surge nova crise institucional. A saída do ministro da Agricultura Cirne Lima e a entrada do ministro Mouta Cavalcanti, que antes de assumir o Ministério era presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, a quem o Sistema devia prestar contas, como executora, por delegação, das ações de Extensão Rural no país, mas cujas relações não eram as melhores. A partir daí, foram impostas normas de gestão financeira, subordinando as associadas, inclusive a ACAR, diretamente ao Ministério da Agricultura, com o conseqüente esvaziamento da ABCAR como coordenadora do Sistema. Resultados: recursos cortados, atraso nos salários, paralisação de projetos, perda para melhores oportunidades. E a crise continuou, porque não podendo demitir o secretário executivo da ABCAR por tratar-se de uma associação de direito privado e havendo incompatibilidade entre os dois personagens, o impasse ficou criado até a troca de governo em 1974. (RIBEIRO, op. cit., p. 135)

Por um lado, não podemos desconsiderar as informações apontadas por Olinger e Ribeiro, tendo em vista que suas considerações demonstram o que Gramsci chamava de “pequena política”, ou seja, as artimanhas entretecidas nos corredores do dia-a-dia do poder, em meio a questões de vaidade pessoal ou de interesses particulares. (GRAMSCI, 2007, p. 21). Esse desentendimento pessoal entre o secretário executivo da ABCAR e o Ministro da Agricultura reveste-se de grande relevância para explicar a extinção da ABCAR.

Por outro lado, a análise limitada ao viés da “pequena política” não nos permite avançar pelo caminho da “grande política”, isto é, da construção da hegemonia em si. tal dimensão não pode ser deixada de lado, uma vez que a extinção de um aparelho do Estado solidamente consolidado não deve ter sido sobredeterminada somente por intrigas pontuais. Isso quer dizer que o processo de extinção da ABCAR deve ser analisado como um processo derivado de múltiplas variáveis, no qual a desarticulação da proposta extensionista de difundir tecnologia para os pequenos produtores/proprietários foi consolidada, de fato, com a criação da EMBRATER

⁵⁰ Em inúmeras entrevistas e em sua memória Glauco Olinger cita o vice-presidente da ABCAR como “José Saramago”. Contudo, de acordo com a documentação do período, Olinger está se referindo não ao escritor português, mas a Ewaldo Saramago Pinheiro, fluminense e que fora deputado federal pela UDN e depois pela ARENA (ver sua trajetória completa no anexo I).

retirando todos os resquícios “humanistas”, tal como o descreve Mascarenhas e Fonseca.

Esta [criação da EMBRATER] foi a fórmula encontrada pelo Estado, como legítimo representante da classe dominante, para continuar utilizando as atividades extensionistas para servir a seus interesses e garantir, através de roupagem novas (o processo de modernização), a sobrevivência de um corpo velho e doente – o setor agrícola brasileiro – onde o trabalho de muitos faz a riqueza de alguns (FONSECA, op. cit., p. 181)

Voltando um pouco, devemos recordar que as mudanças ocorridas a partir das reformas administrativas do Ministério da Agricultura realizadas ainda na gestão do Ministro Cirne Lima, nos oferecem alguma “luz” sobre a transição entre a ABCAR e a EMBRATER. Mendonça, ao estudar a pesquisa agropecuária e o extensionismo rural no Brasil ressalta que Departamento de Pesquisa Agropecuária (DPEA), posteriormente chamado de Escritório de Pesquisa e Experimentação (EPE) fora uma agência estatal dotada de trajetória semelhante ao extensionismo rural praticado pela ABCAR: num primeiro momento realizava pesquisas agropecuárias voltadas para pequenos produtores e, no pós-64, redirecionou suas atividades para o chamado empresário rural, adaptando-se ao processo de “modernização da agricultura” e formação dos Complexos Agroindustriais.

O documento intitulado *Carta de Brasília* emerge de material do DPEA publicado em 1967, sendo o instrumento por cujo intermédio o Ministério da Agricultura se comprometia com a política de modernização da economia do país, passando a ser cobrados do Departamento, por parte das agências estatais ligadas à economia, resultados mais agressivos na pesquisa agropecuária. Uma **mudança fundamental**, entretanto, explicitava-se nesta cobrança: o **favorecimento ao empresário rural** – e não mais ao genérico “agricultor” – beneficiado pelo crédito subsidiado, logo, capacitado a consumir os frutos da pesquisa tecnológica (MENDONÇA, 2010b, p. 48, grifos da autora).

Contudo, esse redirecionamento de seu público alvo não se constituiu numa transição fácil ou rápida, mas num processo lento, sob a forte influência das agremiações patronais rurais, pois o EPE não sofria influências de determinados setores hegemônicos no Ministério da Agricultura: “*destaco a existência de um conflito interno ao Próprio Ministério, entre suas distintas agências, marcado pelo estranhamento, por exemplo, entre o Sistema de Pesquisa (que não era monopolizado por porta-vozes da SNA) e o Sistema de Extensão, este sim, sob forte influência dos quadros da Sociedade.*” (Idem, p. 49, grifos da autora). Com efeito, Mendonça destaca que em 1970, a instalação de uma Comissão interministerial – envolvendo os Ministérios da Agricultura e do Planejamento – chamada de “Alto Nível” foi incumbida de avaliar a pesquisa agropecuária no país. Mas, de fato, a comissão constituiu-se numa

“queda de braço” entre funcionários de carreira e alto escalão do Ministério da Agricultura (todos membros do quadro dirigente da SNA) e empresários do setor agroindustrial. Mesmo sem sequer ter visitado as instalações do EPE, a Comissão estabeleceu novos rumos para a pesquisa agropecuária no país:

Logicamente, uma Comissão integrada por **empresários do setor de insumos agrícolas** de peso, não poderia legar resultados distintos, ou seja, o predomínio dos fatores negativos sobre os positivos, tendo em vista que a avaliação feita por certo **desqualificava**, até certo ponto, **a política estatal de Pesquisa Agropecuária, quadro este que somente poderia vira a ser alterado mediante a assessoria dos capitais privados**, pavimentando o caminho da EMBRAPA. (Idem, p.53, grifos da autora).

Isso quer dizer que o “isolamento” da pesquisa agropecuária dos interesses das frações agroindustriais foi quebrado, inaugurando uma nova etapa com a EMBRAPA. Mendonça lembra que, diferentemente do DNPEA, a NOVA Empresa de pesquisa constituía-se em “órgão de administração indireta”, possuindo flexibilidade para agregar parcerias com empresas privadas (MENDONÇA, op. cit., p. 56).

Ora, diferentemente do EPE, a ABCAR era uma autarquia de administração indireta (ABCAR, 1958, p. 1) podendo firmar convênios com associações de âmbito privado – vide a composição de seu Conselho Deliberativo onde se aglutinavam todas as instituições que tinham acordos com a ABCAR – mesmo que esta contasse com a maioria dos recursos provenientes do Ministério da Agricultura. Nesse sentido, as mudanças ocorridas na gestão de Moura Cavalcanti trouxeram à ABCAR um engessamento nas ações de extensão rural no Brasil devido ao efetivo corte de recursos e limitação administrativa decorrente do decreto Nº 72.507. Isso quer dizer que a ABCAR havia se tornado “uma espécie de EPE” do Ministério da Agricultura, perdendo a autonomia relativa que o órgão possuía e não podendo mais ser influenciado pelos interesses do âmbito da sociedade civil.

A extinção efetiva da ABCAR deu-se na gestão do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli que assumiu o cargo em 15 de março de 1974, no mesmo dia em que Geisel tomou posse como novo presidente militar do país. Alysson Paulinelli tinha sido presidente da ACAR-Minas, a mais tradicional e forte associada estadual da ABCAR. Formado em Engenharia, o novo Ministro tinha sido também Diretor da Escola de Agronomia de Lavras (MG), secretário de Agricultura deste Estado e presidente da ACAR-Minas.

O governador Rondon [do Estado de Minas Gerais] levou o secretário [de Agricultura de Minas Gerais] Paulinelli para fazer uma palestra na Escola Superior de Guerra, onde se encontrava o sr. Ernesto Geisel, que iria tomar posse como presidente da República do Brasil. A palestra foi sobre o Sistema

Operacional da Agricultura em Minas Gerais. Resultado do evento: Alisson Paulinelli foi nomeado Ministro da Agricultura. (RIBEIRO, op. cit., p. 134).

Entendemos que a escolha de Paulinelli para a Pasta da Agricultura se relacionava com o objetivo de, de certa forma “resgatar” o prestígio da ABCAR perdido após a gestão de Moura Cavalcanti (*O Estado de São Paulo*, 08 de março 1974, p. 5). Dias antes da posse do novo Ministro, Paulinelli divulgou que faria uma reordenação no Ministério da Agricultura, “nos moldes da Secretaria de Agricultura de Minas” (*O Estado de São Paulo*, 14 de março 1974, p. 28). Dentre as diversas medidas que seriam adotadas, ele transferiria as atividades da Superintendência do Vale de São Francisco e também da assistência técnica para os produtores de cacau e de cana-de-açúcar no Norte e Nordeste para a ABCAR. Mas, para tal fortalecimento, a ABCAR precisava sofrer mudanças institucionais, uma vez que suas ações estavam muito limitadas:

Tudo indica – segundo as mesmas fontes – que a Abcar será transformada em empresa de economia mista, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para que o Ministério da Agricultura possa dar-lhe recursos maiores e estáveis, flexibilidade administrativa e, sobretudo, colocar o sistema em condições de integrar suas políticas ao plano geral do governo para o setor agrícola (Idem).

Nota-se que a EMBRAPA era o modelo institucional para redefinir a ABCAR. Portanto, acreditamos que a mudança institucional da pesquisa agropecuária de fato ressoou na extensão rural, pressionando a correlação de forças vigente a também transformar a ABCAR em uma “empresa” nos mesmos moldes em que a EMBRAPA fora criada, de modo a favorecer uma espécie de “retorno” da sua autonomia. Na verdade, tal decisão consolidaria o caráter produtivista adotado pela ABCAR desde os anos 60:

Muitos técnicos que consideravam necessária uma modificação na ABCAR, preferiram que a entidade fosse transformada em fundação. Segundo eles dizem, a situação de suas filiais estaduais, agora, será de expectativa, pois vão depender do interesse de cada governo, o que não ocorria até agora como órgãos privados. Além disso, embora a extensão rural esteja incluída entre as atribuições da Embrater, **o que se prevê é que a solução dos problemas econômicos vai anular os empreendimentos no campo do bem-estar social**, no qual a própria ABCAR já começa a diminuir seus investimentos (*O Estado de São Paulo*, 08 de junho 1974, p. 10, grifos nossos).

Isso de fato ocorreu: as associações estaduais viraram empresas estaduais que passaram a ser vinculadas ao governo dos Estados e não mais à EMBRATER. Esta teria apenas uma função normativa, orientadora e de controle, cabendo a execução às empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATERs) estaduais:

Os programas dos Estados terão que ser submetidos à Embrater, que liberará então os recursos, na mesma proporção prevista pela aplicação do Estado de origem, ou seja, se o programa estadual prevê um investimento de

determinado valor, a Embrater entra com outra parte igual. (*O Estado de São Paulo*, 27 de julho 1974, p. 28)

Formava-se, assim, um novo modelo de gestão que, definitivamente, tornou a extensão rural no Brasil um catalisador das desigualdades sociais, políticas e econômicas no campo, privilegiando Os novos empresários rurais formados por médios, grandes e gigantes proprietários de terra.

Considerações Finais

A peça de Felipe Santander “*O Extensionista*” retrata a chegada de um extensionista chamado Cruz Lopes numa cidade no México. O descrédito com que todos os moradores o recebem só confirma seu preconceito em relação aos lavradores pobres: são pessoas incultas, ignorantes que precisavam ser apresentadas à racionalidade técnica para alcançarem alguma civilidade.

Contudo, ao entrar em contato direto com a população da cidade, ele percebe que as condições sociais vividas pelos pobres produtores não poderiam ser resolvidas somente via difusão tecnológica por ele advogada. Na cidade, há uma espécie de “patrão” – com o sugestivo nome de Máximo – importante intermediário da cidade e grande proprietário, que extrai sua riqueza da pobreza que reproduz.

Cruz

Você está colocando as sementes muito perto uma da outra... qual é a razão desse esbanjamento? Com a metade você teria os mesmos resultados... você não acredita em mim? Olha, eu estou por dentro disso. Eu sou engenheiro-agrônomo; para conseguir meu canudo estudei cinco anos...*(Muda.)* Juancho, você parece uma pessoa sensata, razoável, inteligente, e eu quero te propor uma coisa, para o seu próprio bem... olha, deixa um sulco, só um, e semeia da forma que eu digo; você vai ver que eu tenho razão...

Juancho

O engenheiro vai me desculpar, mas não tenho sulcos sobrando *(Continua semeando. Cruz, furioso, volta a sentar na pedra.)*

Cruz

Pois até parece que você tem semente sobrando!... esbanjador!... besta!... teimoso!... tomara que te peguem os gafanhotos!...

Aparece Máximo, vestindo roupa de trabalho. Desce do cavalo.

Máximo

Vamos lá, Juancho, semeia esse sulco do jeito que diz o engenheiro! Vou te pagar por ele o dobro do que tirares nos outros.

Juancho

(Submisso) O senhor manda, patrão...
(SANTANDER, 1987, p. 66-67)

O extensionista Cruz Lopes vai percebendo, ao longo da peça, que a “mudança de vida” não seria realizada somente com alguns melhoramentos técnicos e o aumento de produtividade. Há uma contradição mais profunda. O conflito intrínseco por ele percebido ao final é o conflito de classe, a naturalização do pensamento dos dominantes e dominados estabelecido naquela população pobre em relação ao seu “patrão” Máximo, acorrentados em algo que não pode ser resolvido por suas técnicas.

No término da peça, o extensionista escolhe um lado: ele se une à população e ensaia uma espécie de “organização civil” contra Máximo.

O final é o assassinato de Cruz Lopes. A peça não o consagra como um mártir, já que sua morte personificaria uma derrota da ideologia extensionista e, talvez, a

constatação de que a violência seria a ação cabal no campo, quando o consenso falha. Lembremos que Gramsci dizia que hegemonia é coerção encouraçada de consenso.

É claro que sabemos que a peça *O Extensionista* é um gênero literário remetido ao contexto mexicano e, portanto, possui particularidades e inverossimilhanças naturais ao gênero e à nacionalidade do autor. Contudo encontramos muitas semelhanças entre a trajetória da extensão rural no Brasil e o extensionista de Felipe Santander.

Assim como Cruz Lopes veio de fora da cidade, de cima para baixo, dos dominantes norte-americanos para os dominantes brasileiros e, por fim, para os pequenos produtores marginalizados, o extensionismo foi introduzido no Brasil, em 1948, como uma espécie de “missão civilizatória”.

Aliado aos interesses dos “Máximos” brasileiros, isto é, das frações da classe dominante, as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs) e, posteriormente, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) foram criadas para realizar a extensão rural. Juntamente com o chamado crédito rural supervisionado, o extensionismo tinha o objetivo de alcançar agricultores como “Juancho”: pequenos proprietários marginalizados da produção mercadológica e sem instrução técnica apropriada. Aqueles pequenos produtores não proprietários, mesmo que tangencialmente, em reuniões de grupos, programas de rádio, painéis, cartazes, folhetos, também seriam tocados pela ideologia veiculada através das ACARs estaduais: “modernizem-se”, “produzam”, “platem para o Brasil”.

De certa forma, diferentemente de Cruz Lopes, o extensionista da peça de Santander, o extensionismo praticado pela ABCAR não ficou do lado daqueles marginalizados ou submarginalizados, pois nunca houve uma real intenção de “melhorar a vida do agricultor”. O caráter “humanista” que a bibliografia especializada defendeu ao longo desses anos estudando o extensionismo, concentra-se no discurso ideológico propagado pelos documentos da ABCAR sem considerar a real prática da agência. O suposto consenso no campo é, na verdade, uma espécie de mobilização desmobilizadora, isto é, organizava-se para aumentar a produtividade ao mesmo tempo em que impedia a organização dos pequenos produtores no sentido político. Nesse sentido, a permanência desses pequenos produtores no senso comum foi o objetivo por trás da máscara humanista, numa expropriação real e simbólica daqueles altamente atingidos pelas práticas extensionistas. Todavia, mesmo essa nesga de assistencialismo foi retirada após 1966, quando do redirecionamento do público alvo da ABCAR. Esse movimento, tal como visto no Capítulo III, coadunava-se com o projeto de

“modernização” da agricultura que gerou maior concentração de terras, especialização da agricultura e crise na representação patronal formal. Diante desse contexto, a ABCAR foi redirecionada, sobretudo na gestão do Ministro da Agricultura Cirne Lima (1969-1973), que trazia a ABCAR na “palma da sua mão”. Cirne Lima foi, ao mesmo tempo, Ministro da Agricultura e Presidente da ABCAR. O projeto cooperativista foi largamente encampado pela associação e pode ser considerado como o principal exemplo do redirecionamento sofrido pela extensão rural na década de 70. Assim, o público-alvo da ABCAR passou a ser o dos médios e grandes proprietários, capazes de consumirem a alta tecnologia difundida pelos extensionistas, preocupados com resultados concretos no aumento da produção. No Anexo IX, vemos que a propaganda do governo Médici “Plante que o governo garante” trazia a ABCAR como órgão estatal capaz de proporcionar a assistência técnica necessária para “alimentar bilhões de bocas no mundo”. Nota-se que a preocupação não mais era abastecer o mercado doméstico, muito menos “promover a elevação do nível de vida” dos pequenos produtores. O mote era exportar para gerar divisas ao país, objetivando o desenvolvimento econômico.

Enfim, a extinção da ABCAR, em 1974, consolidou um processo anteriormente desenhado pelas novas frações da classe dominante agrárias. A criação da EMBRATER consolidou o projeto da industrialização da agricultura, mudando completamente os rumos da extensão rural no Brasil das décadas de 1970 e 1980: produção de tecnologia de ponta com a EMBRAPA e sua difusão com a EMBRATER.

Dessa forma, o caminho da investigação histórica do extensionismo no Brasil está longe de ter sido aqui suficientemente percorrido. Muitas perguntas ainda não possuem respostas e pode ser que nunca possuam. Contudo, podemos perceber que a extensão rural no Brasil não foi apenas uma mera política pública de cunho técnico, nem tampouco uma política aplicada por “vontade do Estado”. Ela é parte de um projeto das frações de classe que, nos anos 50, pensavam no desenvolvimento e “modernização” do país. Os desdobramentos do extensionismo ao longo do período 1960-1970 demonstram sua adaptação/reação às disputas das frações da classe dominante agroindustrial no próprio interior do Ministério da Agricultura, aliado aos diferentes conflitos políticos do Brasil.

FONTES PESQUISADAS

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. **I Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 10 a 19 de agosto, Rio de Janeiro, ABCAR, 1959.

ABCAR. **II Reunião de Treinamento, 15 e 16 de outubro de 1962**, Rio de Janeiro, 1962.

ABCAR. **II Reunião do Pessoal de Chefia Administrativa do Sistema ABCAR**, de 25 a 29 de setembro, Rio de Janeiro, ABCAR, 1962.

ABCAR. **II Reunião Nacional de Economia Doméstica; trabalhos com grupos de adultos em extensão rural**. Miguel Pereira, 22 a 27 de abril de 1963, ABCAR, 1963

ABCAR, **III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-s. Workshop, Seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais**. Domingos Martins ES. Realizado nos dias 23 a 30 de setembro de 1962.

ABCAR. **Agricultura e desenvolvimento**. São Paulo, Apec, 1973.

ABCAR. **Atividades da ABCAR em 1967**. Rio de Janeiro; ABCAR, 1967.

ABCAR. **Avaliação do plano diretor**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

ABCAR. **Boletim Informativo**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1957.

ABCAR. **Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola. Serviço de economia rural. Trabalhos apresentados para o seminário sul-americano de crédito agrícola**. Recife, 1958.

ABCAR. **Convênios celebrados pela ABCAR em 1966**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1966.

ABCAR. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas**. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960.

ABCAR. Documento básico para a discussão à distribuição de recursos dentro do Sistema ABCAR. Rio de Janeiro, ABCAR, s.d.

ABCAR. **Estatuto da ABCAR**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1958.

ABCAR. **Informação sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e crédito supervisionado**, Série D. N.10. Rio de Janeiro, 1960.

ABCAR. **Orçamento para o exercício de 1966**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1965.

ABCAR. **O sistema brasileiro cooperativo de extensão rural**. Rio de Janeiro (s.d.).

ABCAR. **Organização Geral, Estrutura Técnico Administrativa**. Rio de Janeiro 1958.

ABCAR. **Plano de Atividades, 1967**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1966.

- ABCAR. **Plano de Atividades, 1968**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1967.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1971**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1970.
- ABCAR. **Plano de Atividades, programação 1974**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1973.
- ABCAR. **Plano de Contas**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1962.
- ABCAR. **Plano Diretor Quinquênio 1961-1965**. Rio de Janeiro, 1960.
- ABCAR. **Proposta orçamentária para 1966**. Brasília, ABCAR, 1965.
- ABCAR. **Proposta orçamentária para 1974**. Brasília, ABCAR, 1974.
- ABCAR. **Reformulação da política de aplicação do crédito rural em articulação com a Extensão Rural**. Rio de Janeiro 1960.
- ABCAR. **Relatório das principais atividades 1962**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1963.
- ABCAR. **Sistema de avaliação do programa municipal de Extensão Rural**. Manual de avaliação. Série E. Volume I. Rio de Janeiro, 1961.
- ABCAR. **Sistemática de Relatórios**. Projeto 12 do plano de atividades da ABCAR para 1967. Rio de Janeiro, 1967.
- ABCAR. **Técnicas e Métodos de Avaliação do Programa**. Brasília 1962.
- ASCAR/Escritório Técnico de Agricultura - ETA. **Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho, 1959-1960**, Rio Grande do Sul, 1959.
- Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio de Janeiro – ACAR-RJ. **Subsídios para o crédito rural**. Niterói; ACAR-RJ, 1970.
- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR. **Plano cooperativo de extensão rural**. 1970.
- BATISTOTI, C.&KUITER, B. **Guia do extensionista: FAO/INDA/ABCAR**, s.d.
- BECHARA, M. **Extensão agrícola**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1954.
- BRASIL. **Coleção de Leis da República**. (1948-1974)
- COLBY, G.; DENNETT, C.. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER. **Extensão Rural anos 30**, Brasília, Embrater, 1978.
- EMBRATER. **Trinta anos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil 1948/1978**. Brasília, Embrater, 1978.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, vol. 2, Rio de Janeiro, 2008.
- MENDONÇA, S. R. **Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2007.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PATRICK, G. F. **A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1970.

Serviço de Informação Agrícola – SIA. **Crédito rural supervisionado no Brasil**. Rio de Janeiro, SIA, 1960.

Revista *A Rural*, São Paulo: SRB, 1955 a 1960.

Revista *Extensão Rural*, Rio de Janeiro: ABCAR, 1966 a 1974.

Revista *Gleba*. Rio de Janeiro: CNA, 1957 a 1973.

Revista. *Seleções Agrícolas*: COSTA, S. L.&NUNES, M. 1946 a 1974

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1948 a 1974.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 1948 a 1974.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

ABREU, A. A. de e BELOCH, I. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro; Forense-Universitária; FGV/CPDOC- FINEP, 1984.

ALMEIDA, L. F. R. de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: UFSC, 2006.

BENEVIDES, M. V. de .M. **O governo Kubitschek**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: a América Latina após 1930; estado e política** vol. 7. São Paulo, EdUSP, 2007.

BIANCHI, A. “Gramsci e a Ciência política italiana” in: SEMERARO, G. OLIVEIRA, M. M., SILVA, P. T., LEITÃO, S. N. **Gramsci e os movimentos populares**, Niterói: UFF, 2011.

_____. **Laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis; Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, 322p.

BRUNO, R. “Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco” In **Senhores da terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR 1997.

- BURAWOY, M. “Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu”. **O marxismo encontra Bourdieu**. São Paulo: UNICAMP, 2011.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Unicamp, 2010.
- CABRAL, J. I. **O Sol da manhã**. Brasília: UNESCO, 2005.
- _____, LUPPI, P., PEREIRA, A. F. da S., GUEDES, R. & TORRES, Y. A. **Missões Rurais de Educação: a experiência de Itaperuna**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola: 1952.
- CAMARGO, A. de A. “A questão agrária: crise do poder e reforma agrária (1930-1964)”. In: HOLANDA, S. B. de. **O Brasil republicano**, v.10: sociedade e política (1930-1964), Rio de Janeiro, Bretand Brasil, 1986.
- CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática do extensionismo do serviço público**. Dissertação: Santa Maria, RS, 1991.
- COLBY, G. e DENNETT, C.. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DELGADO, N. G. “Extensão e desenvolvimento local”. In: **Desenvolvimento em questão**, Unijui, ano. 1, n. 1, jan./jun. 2003. p. 229-237.
- DIAS, C. E. do A. **Espaços de conflitos e permanência das agências de estado: o exemplo da Extensão Rural em Santa Catarina**. Tese: Rio de Janeiro, 1990.
- DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.
- _____. “Estado e hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais”, In: MENDONÇA, S. R. de (org.) **Estado e Historiografia no Brasil**. Niterói: UFF, 2006.
- _____; MENDONÇA, S. R. **História do Brasil recente (1964-1992)**. São Paulo, Ática, 2004.
- GUEDES, M. E. C. **Transferência de tecnologia agropecuária: o difícil dilema da formação extensionista**. Dissertação: Rio de Janeiro 1996.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. I. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2011.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. III. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2011.

- _____. **Cartas do cárcere**, vol. I. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005.
- _____. **Cartas do cárcere**, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005.
- _____. **Escritos políticos**, vol. I. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2004.
- _____. **Escritos políticos**, vol. II. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2004.
- LEITE, S.; PALMEIRA, M. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- LIMA FILHO, O. **Política Brasileira 1945-1990** – uma visão nacionalista. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007
- LOPES, J. R. B. “Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)”, In: **Estudos Cebrap** n°22 Petrópolis, Vozes, p. 41-110, 1977.
- LOPES, R. S. **Evolução conceitual da extensão rural no Brasil**. Minas Gerais, ACAR-MG, s.d.
- LUPI, P. **História da extensão rural e extensão rural no Brasil**. Viçosa, ETA - Projeto 39, 1962.
- MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: **Os pensadores**, Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo; Martin Claret, 2004.
- _____. **O Capital**, livro I, vol. I. São Paulo; Difel, 1982.
- MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo, Contexto, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, Fase, 1989, 216 p.
- MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**, São Paulo: Expressão Popular, 2010(a).
- _____. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 14, n° 1, 2006.
- _____. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro**. Niterói, EdUFF, 2002.
- _____. **Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)**. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010(b).

_____. **Estado e Economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**, Niterói: UFF, 2010(c).

_____. “Estado e Sociedade”, In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Lab. Dimensões da História, 1998.

_____. **Estado e políticas de pesquisa agropecuária no Brasil 1963-1983**. Trabalho publicado nos anais da VII Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, CIEA, Buenos Aires, 2011.

_____. “Estado, Violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

_____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010(d).

_____. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOORE JR. B. **Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Martins Fontes, 1983.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1997.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista**, Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, I. de A. R. de. **Teoria Política Moderna: uma introdução**. Rio de Janeiro; UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, M. M. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.

_____. “A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural”. In: **Cadernos de Difusão Tecnológica**, Brasília, 1(1): p.71-121, jan/abr. 1984.

_____. **Pequenos agricultores e reforma agrária no Brasil**. Brasília: M. M. Oliveira, 1997.

PAIVA, R. M. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura**. Rio de Janeiro: ABCAR, 1971.

- PALMEIRA, M. “Modernização, Estado e questão agrária”. In: **Estudos avançados**, vol.3 no.7, São Paulo set./dez., 1989.
- PEGORARO, E. “Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações”. **Revista Ideas – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.
- PEDROZA, M. “Táticas Camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-1968): um exemplo de práticas da cultura popular rebelde”. **Revista Méteis: história e cultura**. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul: v.2, n.3, p. 249-274, jan/jun. 2003.
- PEXOTO, M.. **Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.
- PICCIN, M. B. “Gramsci e as culturas subordinadas. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 1, p. 171-202, jun.-jul. 2010.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- PORTILHO, M. S. **Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor**. Dissertação, Uberlândia, 1998.
- RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/PPP/EMATER-MG, 2000.
- RAMOS, C.. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- REYDON, B. P. “A assistência técnica à agricultura paulista”. In: *Cadernos de difusão tecnológica*, Brasília, 6(1): 49-100, jan./abr., 1989.
- RIBEIRO, D. **Crédito rural no Brasil: avaliações e alternativas**. São Paulo: Unidas, 1979.
- RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/PPP/EMATER-MG, 2000.
- RODRIGUES, C. M. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**. Tese, Brasília, 1994.
- SANTANDER, F. **O extensionista**. São Paulo, Hucitec, 1987.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Autores Associados, 1986.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SKOCPOL, T. **Estados e Revoluções Sociais** –análise comparativa da França, Rússia e China. Lisboa; Presença, 1979.

SILVA, J. G da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

_____. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo, Unicamp, 1987.

_____.(org.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. Les associations patronales de l'agriculture brésilienne moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie, 1985-1989. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, v. 18, p. 11-34, 1992.

_____. **Processo técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981.

SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro; Zahar, 1980.

SOUZA, M. do C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa e Ômega, 1976.

STEDILE, J. (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-198**. São Paulo, Expressão Popular, 2005b.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

SZMRECSÁNYI, T. “O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)”, In: HOLANDA, S. B. de. **O Brasil republicano**, v.11: economia e cultura (1930-1964), Rio de Janeiro, Bretand Brasil, 2007.

TICIANELI, C. C.. **A Política de Crédito Rural no Brasil**. Dissertação, São Paulo, 1996.

TIMMER, W. J. **Planejamento do trabalho em extensão agrícola**. Série de estudos e ensaios n. 7, Rio de Janeiro: SIA, 1954.

VIANA FILHO, L. **O Governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

VIZENTINI, P. G. F. “Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente”, In: FERREIRA, J. DELGADO, L. A. N. (orgs.), **O Brasil republicano**, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2008, p. 195-216.

Sites:

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=724&Itemid=192

<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

<http://giromatasul.blogspot.com.br/2010/10/romero-cabral-da-costa.html>

<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/marcos-historicos,6292.html>

<http://memorialdafama.com/biografiasRZ/SeveroGomes.html>

<http://pt.wikipedia.org/>

http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/trechos/jose-ermirio-de-moraes.html

<http://www.aprovincia.com/padrao.aspx?texto.aspx?idContent=5247&idContentSection=713>

<http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=72>

http://www.esalq.usp.br/instituicao/ministros_secretarios.htm

<http://www.jornalcomunicacao.ufpr.br/node/5546>

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2885423/dou>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/ivoArzua.html>

www.embrapa.com.br

ANEXO I

Dirigentes da ABCAR e suas trajetórias(1956-1975)

PRESIDENTE

Nome:	Período:	Origem:	Trajatória:
João Napoleão Andrade	1956-1972	Minas Gerais	Fazendeiro, oriundo de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial. Estudou nos EUA. Iniciou sua vida profissional em 1926, como funcionário do Banco do Brasil . Era amigo de Juscelino Kubitschek , se reunia com o presidente diretamente e promovia encontros entre ele e Rockefeller Foi Presidente da ACAR-Minas de 1951 a 1971. Presidente da ABCAR durante toda a sua existência saindo apenas devido ao seu estado de saúde. De 1961 a 1962 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo . De 1965 a 1966 foi Presidente do Comitê Técnico Interamericano para Juventude Rural da OEA , mantendo-se membro até 1970. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil de 1966 a 1969. Diretor técnico da CRB/CNA de 1963 a 1966. Foi agraciado com as seguintes medalhas: “Lane Bryant Internacional Volunteer Award”, Medalha Inconfidência – 1961, Medalha do Mérito Agrícola (dada pela SNA) – 1963, Medalha José Bonifácio – 1967, Comenda do Mérito Cívico – 1967, Personalidade Mineira no Setor da Agricultura – 1960, “Cooperativista Emérito” título concedido pela Federação Brasileira das Cooperativas de Cafeicultores, Cidadãos Honorário de Além Paraíba - Minas, Paraíba - GO.
Luiz Fernando Cirne Lima	1972-1973		Agrônomo e Pecuário foi presidente da FARSUL de 1968 a 1969. Integrou o Conselho Superior da SNA . Foi Ministro da Agricultura de 1969 a 1973 e, posteriormente, diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC). Atualmente é presidente de honra da Associação Brasileira de Criadores de Gado Devon (ABCD).

VICE-PRESIDENTE

Nome:	Período:	Procedência:	Trajatória
Kurt Weissheimer	1956-1957	Não encontrado	Diretor-executivo da ACAR-RS
Ewaldo Saramago Pinheiro	1958-1974	Rio de Janeiro	Fluminense, pecuarista, advogado e professor, presidente da ACAR-RJ . De 1964-1966 foi Presidente, Federação Fluminense das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris e Diretor vogal da CNA de 1978 a 1979 além de ser suplente da diretoria de 1967 a 1982. Foi também membro fundador da União Democrática Nacional (UDN) no Rio de Janeiro, vice-presidente da UDN no mesmo estado, deputado estadual pela UDN e pela ARENA e deputado federal do Rio de Janeiro pelo PDS em 1983.

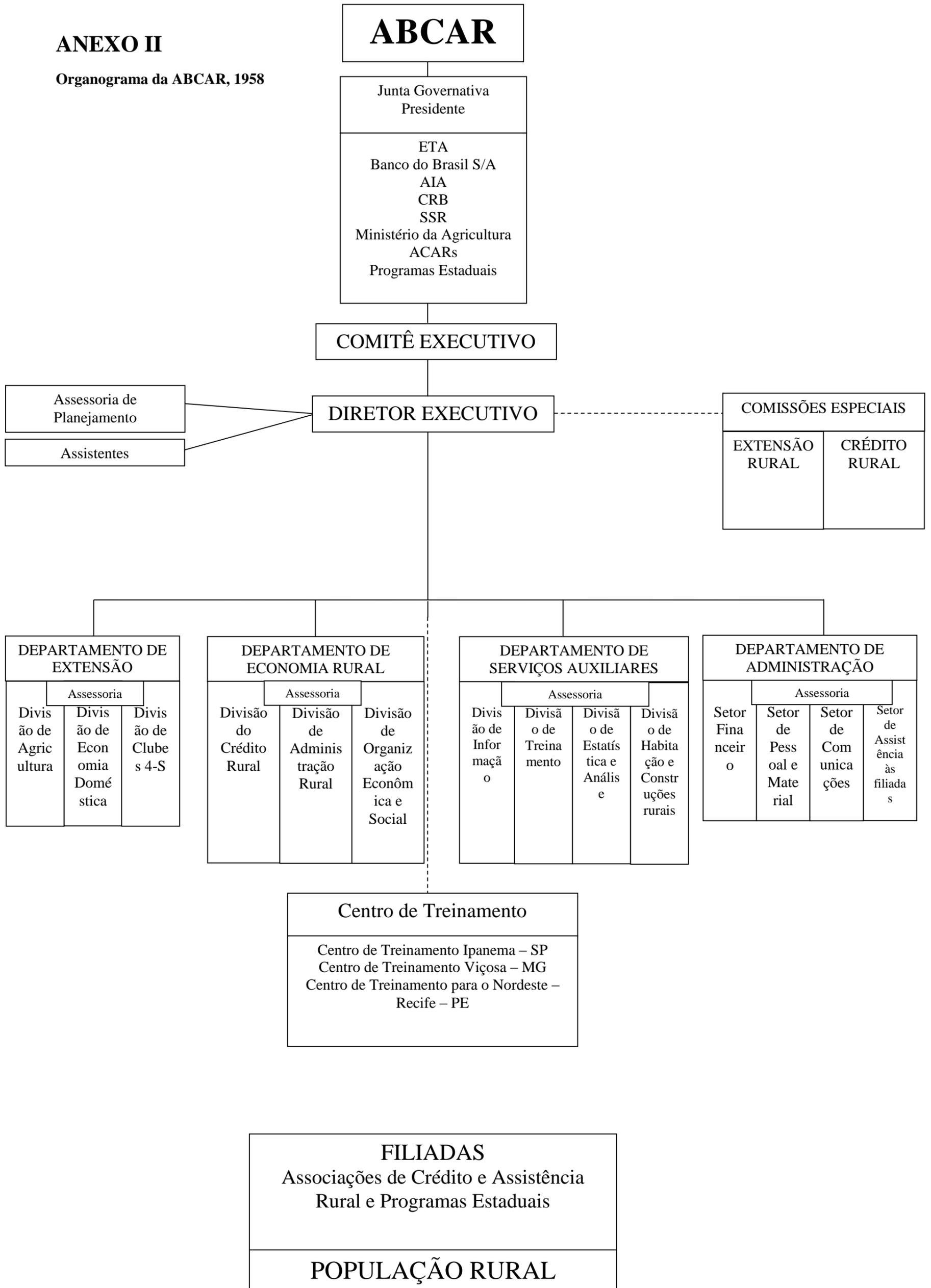
SECRETÁRIO/DIRETORES EXECUTIVOS:

Nome:	Período:	Procedência	Trajatória:
Isnar Campêlo	1956-1957	Piauí	Funcionário da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, foi também extensionista na ABCAR.
Aloísio	1966-	Pernambuco	Técnico em Administração de Empresas. Foi secretário do

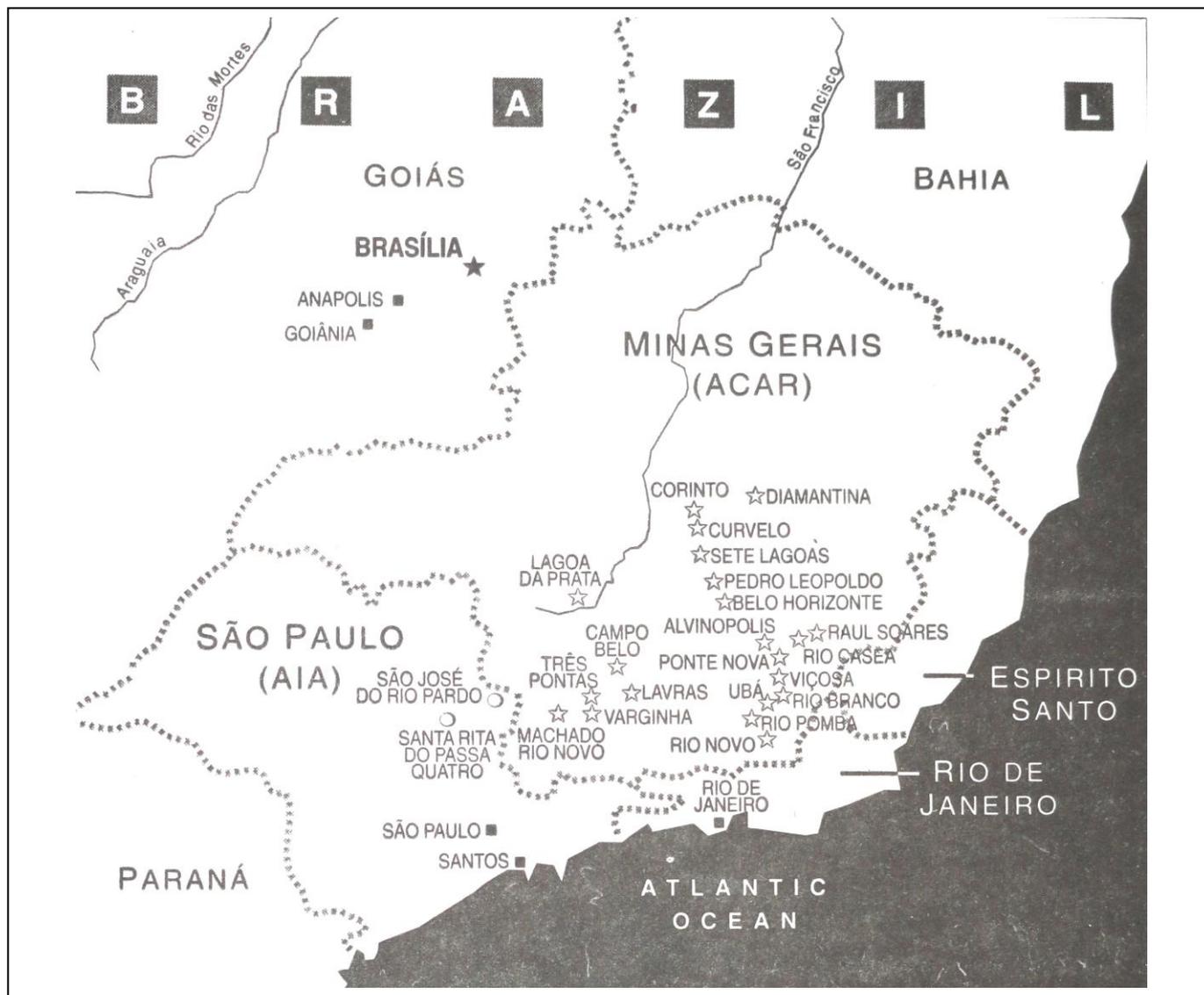
Monteiro C. Campelo	1974		Ministro da Agricultura, Dr. Neto Campelo, seu pai, em 1946. Manuel Neto Carneiro Campelo, seu pai, era usineiro de Nazaré da Mata, Pernambuco onde foi líder rural e integrante do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Chefiou o Serviço Imobiliário e o Departamento de Benefícios de 1951 a 1956. Chefiou o Departamento Administrativo da ABCAR no período de 1958 a 1966. Dirigiu Comissão de Financiamento da Produção de 1971 a 1973. Recebeu a medalha do Mérito “Ministro Fernando Costa” oferecida pela SNA em 1978.
José Irineu Cabral	1958-1963	Pernambuco	Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura (1950-54); Secretário da ANCAR de 1954 a 1958; diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD , FAO , OEA , Cepal-IICA (1964-1965); Consultor em Missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu)
Marcos Carvalho Pereira	1961-1966	Informação não disponível	Engenheiro Agrônomo, formado em 1942 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras-MG. Iniciou sua vida profissional participando como técnico de campo nos Estados do Pará, Acre e no território de Rondônia, devido a borracha, durante a II Guerra Mundial. Implantou e coordenou os trabalhos de extensão de Santa Rita do Passa Quatro – São Paulo. Foi chefe do Departamento Técnico, Assessor técnico e Chefe do Setor de Informação e Comunicação e Diretor executivo substituto, enquanto José Irineu foi chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho. Assumiu a presidência da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA de 1974 a 1975. Foi assessor técnico da EMBRATER. Realizou treinamento nos EUA, Peru e Honduras
Orlando de Almeida Albuquerque	1974	Minas Gerais	Informação não disponível
Pedro Merçon Vieira	1974		Dados não encontrados.

ANEXO II

Organograma da ABCAR, 1958



**ANEXO III:
A rede de crédito de Rockefeller em Minas Gerais
(1948-1961)**



Fonte: Mapa das operações AIA-ACAR, Arquivos da AIA, Arquivos Rockefeller, (apud COLBY & DENNETT, 1998, anexos)

Depois do sucesso de projetos-pilotos em agricultura implantados em São Paulo, a AIA de Rockefeller patrocinou a criação de uma rede de agência de crédito rural (ACAR), em colaboração com o governo de Minas Gerais. A ACAR tentou impedir a insolvência de fazendas e a politicamente indesejada migração para as cidades. Durante o governo Kubistchek (1956-1960), os créditos rurais e o mecanismo de assistência da AIA foram levados a todo o Brasil, patrocinando o avanço da agricultura familiar em direção às fronteiras brasileiras.

Anexo IV:

Membros mantenedores da ABCAR do período de 1956-1965

		1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Filiadas Estaduais	ACARs e Programas Estaduais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ministérios	Agricultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Educação e Cultura			X	X	X	X	X	X	X	X
Aparelhos de Estado	Serviço Social Rural – SSR	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Instituto Brasileiro do Café – IBC				X	X	X	X	X	X	X
Entidade Patronal	Confederação Rural Brasileira – CRB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entidades estadunidenses	Associação Internacional Americana – AIA	X	X	X	X	X	X	X			
	Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos – ETA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	USAID - Brasil – Aliança para o Progresso							X	X	X	X
Bancos	Banco do Brasil – BB	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC					X	X	X	X	X	X
	Banco do Nordeste do Brasil – BNB	X							X	X	
Superintendências	Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE					X	X	X	X	X	X

Legenda para os anexos IV e V:

X – Membros ativos

 – Não existia ou deixou de existir

Anexo V:

Membros mantenedores da ABCAR do período de 1966-1974

		1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Filiadas Estaduais	ACARs e Programas Estaduais	X	X	X	X	X	X	X	X	
Ministérios	Agricultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Educação e Cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Saúde				X	X	X	X	X	X
	Planejamento				X	X	X	X	X	X
	Interior				X	X	X	X	X	X
Aparelhos de Estado	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					X	X	X	X	X
	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola – INDA	X	X	X	X	X				
	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA	X	X	X	X	X				
	Instituto Brasileiro do Café – IBC	X	X	X						
Entidades de classe	Confederação Nacional da Agricultura – CNA/CRB*	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG					X	X	X	X	X
	Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos – ETA	X	X	X	X	X				
	USAID – Brasil – Aliança para o Progresso	X	X	X	X					
Bancos	Banco do Brasil – BB					X				
	Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC	X	X	X						
	Banco do Nordeste do Brasil – BNB					X				
Superintendências	Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM**					X	X	X	X	X
	Superintendência da Borracha			X	X	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento da Região Sul						X	X	X	X
	Vale do São Francisco							X	X	X
	Fundação Nacional do Bem-Estar do menor								X	X

*Em 1964 devido ao Estatuto da Terra, a CRB vira oficialmente o sindicato patronal rural mudando de nome para Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

** A SUDENE e a SUDAM aparecem e desaparecem na Junta Governativa. Uma possível leitura para esse fato seria o estabelecimento da ABCAR em acordos específicos com prazos determinados e não uma participação ativamente direta no financiamento e na distribuição dos fatos

Obs1: A FAO não aparece em nenhum momento como membro da Junta Governativa, porém em algumas documentações a FAO e a UNICEF fechavam parcerias específicas com a ABCAR sobretudo sobre projetos que envolvessem a questão da segurança alimentar.

Obs2: as organizações internacionais como FAO e UNICEF terão participações em projetos específicos ao longo da trajetória institucional da ABCAR.

ANEXO VI

Ministros da Agricultura no período da ABCAR (1956-1975)**Gestão Juscelino Kubitschek (1956-1960)**

Nome:	Período:	Procedência:	Trajatória:
Ernesto Dorneles	Janeiro a setembro de 1956	Rio Grande do Sul	Colégio Militar em Porto Alegre e Escola Militar em Realengo. Membro do Partido Social Democrático (PSD). Depois de alguns meses no cargo de Ministro da Agricultura, foi membro do Conselho administrativo que organizou a nova Capital (Brasília). Em 1962 foi Conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até a sua morte em 1964
José Parsifal Barroso	Setembro a outubro de 1956	Ceará	Advogado, membro do PSD em 1945 mudando de legenda nas eleições de 1954 quando foi para o PTB
Mário Meneghetti	1956 a 1960	Rio Grande do Sul	Médico, membro do PSD , teve sua indicação à pasta da Agricultura devido ao seu apoio a JK durante a campanha. Em 1958 acumulou à pasta da Agricultura e do Trabalho
Paulo Fróes da Cruz	Agosto de 1958	Rio de Janeiro	
Fernando Nóbrega	Abril a junho de 1960	Paraíba	Advogado e jornalista. Em 1945 foi membro da UDN . Em 1951 foi para o PTB . De 1951-1953 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Em 1958 foi Ministro do Trabalho e em 1960 foi ao mesmo tempo Ministro da Agricultura. Ficou no Ministério do Trabalho até 1962, onde é conhecido por tentar barrar o prestígio de João Goulart no movimento sindical, prolongando a gestão da diretoria dos sindicatos. Em 1971 foi conselheiro do Banco do Estado da Paraíba.
Antônio de Barros Carvalho	1960 a 1961	Pernambuco	Farmacêutico e dentista. Como membro da UDN torna-se deputado federal por PE em 1950. Em 1953 elege-se novamente deputado federal pelo PTB . Em sua gestão como Ministro da Agricultura torna a “Semana da Agricultura” evento de caráter nacional.

Gestão Janio Quadros (janeiro a agosto de 1961)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajatória:
Romero Cabral da Costa	Janeiro a agosto de 1961	Pernambuco	Usineiro. O poeta João Cabral de Melo Neto foi o chefe de seu gabinete quando era Ministro da Agricultura

Gestão Ranieri Mazzilli (agosto a setembro de 1961)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajatória:
Ricardo Greenhalgh Barreto Filho	Agosto a setembro de 1961	Não encontrado	Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização em 1962.

Gestão João Goulart – parlamentarismo, Primeiro Ministro: Tancredo**Neves, Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima (1961-1962)**

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória:
Armando de Queirós Monteiro Filho	1961-1962	Pernambuco	Engenheiro, Deputado Federal pelo PSD em 1954. Participou do projeto que criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste em 1959, que se tornou no mesmo ano a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi Indicado para o Ministério da Agricultura pelo, então Primeiro-Ministro Tancredo Neves. Em sua administração criou o Fundo Federal Agropecuário. Com o fim do parlamentarismo deixou a pasta.
Renato Costa Lima	12 de julho a 22 de janeiro 1962	São Paulo	Começou seus estudos na ESALQ , porém abandonou para tomar conta dos negócios da família. Em 1940 tornou-se Diretor da Empresa de Mecanização Agrícola, implantada por Rockefeller. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola em São Paulo e Secretário da Agricultura de São Paulo de 1951 a 1955. De 1957 a 1963 foi eleito presidente da SRB . Em 1958 foi presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC) permanecendo até 1960. Durante sua administração como Ministro da Agricultura, criou a Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) e a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal).b
José Ermínio de Moraes	1962-1963	Pernambuco	Filho de usineiros em Pernambuco formou-se em engenharia nos Estados Unidos. Industrial do setor têxtil e, posteriormente dono do Grupo Votorantim. Foi Senador de 1963 a 1971 pelo PTB . Como Ministro da Agricultura, aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural
Oswaldo Lima Filho	1963-1964	Pernambuco	Advogado, membro da Aliança Integralista Brasileira (AIB) de 1937 a 1938. Um dos fundadores do PSD em Pernambuco

Gestão Ranieri Mazzilli (02 de abril de 1964 a 15 de abril de 1964)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória:
Arnaldo Lopes Süssekind	6 a 15 de abril 1964	Rio de Janeiro (a confirmar)	Jurista, no governo Vargas ajudou a escrever a CLT. Foi Ministro da Agricultura enquanto durou o governo provisório de Ranieri Mazzilli

Gestão Castelo Branco (1964-1967)

Nome:	Período:	Procedência	Trajetória
Oscar Thompson Filho	Abril a junho de 1964	São Paulo	Estudou na ESALQ e foi secretário de Agricultura de São Paulo antes de se tornar Ministro. Membro da Diretoria da SRB
Hugo de Almeida Leme	Junho 1964 a novembro de 1965	São Paulo	Agrônomo estudou na ESALQ
Ney Aminthas de Barros Braga	1965-1966	Paraná	Militar, estudou na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro. Em sua gestão como Ministro da Agricultura, criou a Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural.

Severo Fagundes Gomes	1966-1967	São Paulo	Filho de um empresário paulista do ramo têxtil. Criador de Gado Gersey na Amazônia. Membro do Conselho Consultivo e Diretor do Departamento de Pecuária e Leite SRB . Kursou a ESG em 1965. Morreu no acidente aéreo junto com o político Ulisses Guimarães
-----------------------	-----------	-----------	---

Gestão Costa e Silva (1967-1969)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória
Ivo Arzua Pereira	1967-1969	Paraná	Engenheiro, Prefeito de Curitiba de 1962 a 1966 quando foi ser Ministro da Agricultura

Gestão Médici (1969-1974)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória
Luís Fernando Cirne Lima	1969-1973	Rio Grande do Sul	Agrônomo, Pecuárta, foi presidente da FARSUL de 1968 a 1969. Integrou o Conselho Superior da SNA e foi diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC). Atualmente é presidente de honra da Associação Brasileira de Criadores de Gado Devon (ABCD).
José Francisco de Moura Cavalcanti	1973-1974	Pernambuco	Advogado, membro de família tradicional de Pernambuco da aristocracia açucareira. Primeiro Presidente do INCRA (1970-1973).

Gestão Geisel (1974-1979)

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória
Alysson Paulinelli	1974-1979	Minas Gerais	Agrônomo. Presidente da Junta administrativa da ACAR-Minas. Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, 1979-1982. Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1971-1974; Membro do Conselho Superior da SNA de 1984 a 1986. Consultor em Projetos Agropecuários e Agroindustriais; Conselheiro, Fundação João Pinheiro e do Centro de Tecnologia de Minas Gerais Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, MG, 1983-1986; Presidente, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), 1987-1990; Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1991-1994; Presidente, Fórum Nacional de Agricultura, 1992-1993.

ANEXO VII



Exemplos do símbolo dos Clubes 4-S estampados nos uniformes desenvolvidos pela Extensão Rural da ABCAR. Fonte: EMBRATER. **30 anos de extensão rural no Brasil**. Brasília: Embrater, 1978

“A criação de aves para corte, em Santa Catarina teve início nos projetos individuais de jovens quattrossentistas. Na foto [acima] mais um **campeão de produtividade**”. Fonte: Olinger, 1996, p.478, grifos nossos.

ANEXO VIII

Crédito Orientado e Supervisionado da ABCAR no período de 1960-1968.

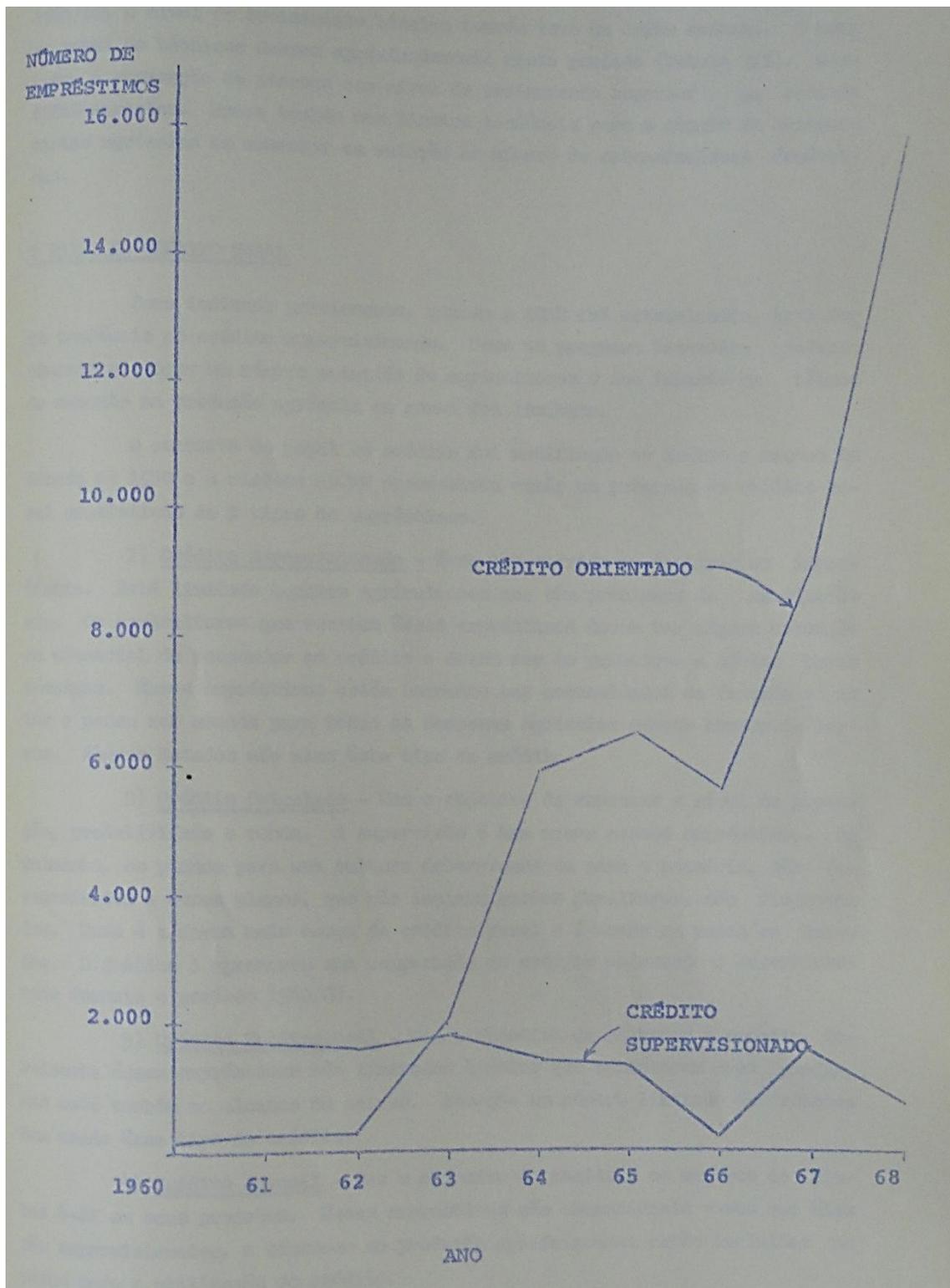


Figura extraída de PATRICK, G. F. **ABCAR como instrumento de política de desenvolvimento agrícola**. IPEA, 1970, p. 12.

ANEXO IX

CADA LAVRADOR BRASILEIRO TEM 3 BILHÕES DE BÔCAS PARA ALIMENTAR.

Três bilhões de bôcas.
O mundo quer consumir.
O Brasil vai exportar. A palavra de ordem do Governo é esta: todo prestígio ao lavrador. Sem uma agricultura forte não existe desenvolvimento. O homem da cidade está torcendo por você, pelo aumento da produção, e da produtividade agrícola. Você tem o preço mínimo - uma arma de defesa contra a oferta injusta. Você tem assistência técnica gratuita em qualquer posto do Ministério da Agricultura ou do sistema ABCAR. Utilize o crédito agrícola. Os financiamentos para a aquisição do adubo, inseticida, sementes selecionadas, máquinas. O Banco do Brasil e toda a rede bancária particular estão à sua espera.

Use o seu crédito.
Plante mais.
Plante melhor.

**PLANTE
QUE O GOVERNO
GARANTE**



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 22 de agosto 1971, p. 26

Propaganda do governo Médici "Plante que o governo garante" incluía a ABCAR como instrumento de assistência técnica gratuita para médios e grandes produtores que quisessem exportar.